

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

ELISABETH DE SOUZA ANDRADE

**AGRICULTURA FAMILIAR E A FORMAÇÃO DE
CIRCUITOS CURTOS NO TERRITÓRIO CONSAD VALE DO
IVINHEMA/MS**

CAMPO GRANDE - MS
2011

ELISABETH DE SOUZA ANDRADE

**AGRICULTURA FAMILIAR E A FORMAÇÃO DE
CIRCUITOS CURTOS NO TERRIÓRIO CONSAD VALE DO
IVINHEMA/MS**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em
Administração.

Orientador: Cícero Antônio Oliveira Tredezini,
Dr.

**CAMPO GRANDE - MS
2011**

ELISABETH DE SOUZA ANDRADE

**AGRICULTURA FAMILIAR E A FORMAÇÃO DE
CIRCUITOS CURTOS NO TERRITÓRIO CONSAD VALE DO
IVINHEMA/MS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 22 de março de 2011.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Cícero Antônio Oliveira Tredezini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. José Flores Fernandes Filho
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, a Deus – que foi meu socorro tão presente em momentos de aflição – e aos meus pais – a quem devo, mais que a vida, a lição de vida e os bons exemplos –.

Agradeço também, com a emoção de quem sabe que pode muito pouco, a todos os que, de alguma forma, em algum momento, não permitiram que me faltassem forças para chegar até aqui.

Agradeço ainda a todas as pessoas e entidades que contribuíram para que eu pudesse desenvolver e concluir este trabalho. E foram muitos os que, de alguma forma, direta ou indireta, deram essa contribuição. Nomear a todos seria tarefa quase impossível, além de oferecer o risco de uma omissão absolutamente injusta e imperdoável.

Registro o meu agradecimento aos professores do programa de Pós-Graduação em Administração, a todos os funcionários da Coordenação do Programa e aos meus colegas de curso, com os quais pude estabelecer uma rica convivência pessoal e intelectual ao longo de todo esse tempo. A cada um deles, por diferentes razões, agradeço pela oportunidade de aprender um pouco mais a ver o mundo e a pensar soluções para pequenos e grandes problemas.

Em especial agradeço ao meu companheiro de jornada e de muitas tensões: Leonardo Dresch que em todos os momentos me fez acreditar que eu superaria todos os desafios. Amor, muito obrigada!

A todos estes (e a todos aqueles que, por falha minha, não foram mencionados), o meu muito obrigada.

Eu creio em mim mesmo.
Creio nos que trabalham comigo, creio nos meus amigos e
creio na minha família.
Creio que Deus me emprestará tudo que necessito para
triunfar, contanto que eu me esforce para alcançar com
meios lícitos e honestos.
Creio nas orações e nunca fecharei meus olhos para dormir,
sem pedir antes a devida orientação a fim de ser paciente
com os outros e tolerante com os que não acreditam no que
eu acredito.
Creio que o triunfo é resultado de esforço inteligente, que
não depende da sorte, da magia, de amigos, companheiros
duvidosos ou de chefe.
Creio que tirarei da vida exatamente o que nela colocar.
Serei cauteloso quando tratar os outros, como quero que eles
sejam comigo.
Não caluniarei aqueles que não gosto.
Não diminuirei meu trabalho por ver que os outros o fazem.
Prestarei o melhor serviço de que sou capaz, porque jurei a
mim mesmo triunfar na vida, e sei que o triunfo é sempre
resultado do esforço consciente e eficaz.
Finalmente, perdorei os que me ofendem, porque
compreendo que às vezes ofendo os outros e necessito de
perdão.

Mahatma Gandhi

RESUMO

ANDRADE, Elisabeth de Souza. **Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos no território Consad Vale do Ivinhema/MS**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientador: Cícero Antônio Oliveira Tredezini

Defesa: 22 de março de 2011

As transformações que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da década de 1960 mostraram-se excludentes com relação ao pequeno produtor. Somente na década de 1990 a agricultura familiar começa a ganhar notoriedade e a ser discutida como um dos principais elementos dos modelos de desenvolvimento rural. Apesar dos avanços obtidos pela agricultura familiar com relação ao acesso a terra e a crédito, algumas dificuldades, como a comercialização, ocupam o papel central no que diz respeito aos estudos de desenvolvimento da agricultura familiar. Este estudo tem por objetivo analisar a importância dos circuitos curtos para o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema. Para tanto, foram estabelecidos como objetivos específicos: i) Desenvolver um diagnóstico socioeconômico do território CONSAD Vale do Ivinhema; ii) Descrever e analisar os circuitos curtos encontrados nos municípios integrantes do território CONSAD Vale do Ivinhema, identificando os atores envolvidos e as dinâmicas do mercado local. A pesquisa teve caráter exploratório, descritivo e analítico, com ênfase qualitativa, e incluiu pesquisa de campo, realizada no período compreendido entre março e novembro de 2010, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com atores dos assentamentos rurais do território CONSAD Vale do Ivinhema e informantes-chave. Foi constatado que as dinâmicas produtivas dos assentamentos rurais vêm sofrendo alterações com as interferências institucionais que possibilitam o acesso dos produtores aos mercados. A importância dos circuitos curtos para o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema traduz-se na geração de renda, inserção em mercados, garantia de segurança alimentar e alterações nas relações sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento; agricultura familiar; circuitos curtos.

ABSTRACT

Andrade, Elisabeth de Souza Andrade. **Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos no território Consad Vale do Ivinhema/MS**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: Cícero Antônio de Oliveira Tredezini

Defesa: March, 22, 2011.

The transformations that occurred in the Brazilian countryside from the 60's proved to be exclusive with respect to the small producer, only in the 90 family farms began to gain notoriety and be discussed as a major component of rural development models. Despite the advances made by the family farm with respect to access to land and credit, some difficulties such as marketing occupies the central role with regard to studies of development of family farming. This study aims to examine the importance of short circuits for the development of family farming in the territory CONSAD Vale of Ivinhema. Therefore, we established the following objectives: i) develop a socioeconomic diagnosis of the territory CONSAD Vale of Ivinhema ii) describe and analyze the short circuits found in cities belonging to the territory CONSAD Vale of Ivinhema identifying the actors involved and the dynamics of the local market. The research was exploratory, descriptive and analytical, with emphasis on qualitative and include field research that was carried out between march and November 2010, using semi-structured interviews with actors of rural settlements in the territory CONSAD Vale of Ivinhema and key informants. The results show that the productive dynamics of rural settlements have been changing with the institutional interference enabling producers' access to markets. The importance of short circuits for the development of family farming in the territory CONSAD Vale of Ivinhema translates into income generation, entry into markets, ensuring food safety and changes in social relations.

Key Words: Development; Family farm; short circuits.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Sistema Agroindustrial e suas transações	17
Figura 2. Sistema familiar de empreendimentos agrícolas.....	18
Figura 3. Mapa do CONSAD Vale do Ivinhema	22
Figura 4. Comprimento dos canais de distribuição	31
Figura 5. Dualismo estrutural na produção-comercialização agrícola no Brasil.....	33
Figura 6. Distribuição da população de Mato Grosso do Sul por zonas urbanas e rurais	55
Figura 7. Distribuição do PIB de Mato Grosso do Sul por setores da economia (2007)	58
Figura 8. Distribuição de estabelecimentos agropecuários conforme área (hectares).....	62
Figura 9. Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários por hectares (2006).....	62
Figura 10. Desigualdade e incidência da pobreza (IBGE, 2003)	64
Figura 11. Produto Interno Bruto do CONSAD Vale do Ivinhema conforme IBGE (2007)	65
Figura 12. Participação dos municípios na composição do PIB do CONSAD Vale do Ivinhema conforme IBGE (2007).....	66
Figura 13. Mercado de trabalho do CONSAD Vale Ivinhema de acordo com o CNAE (2006)	66
Figura 14. Fatores que determinam a escolha do produtor sobre o que produzir.....	68
Figura 15. Circuitos curtos encontrados no CONSAD Vale do Ivinhema.....	72
Figura 16. Relação entre os atores do município de Anaurilândia.....	79
Figura 17. Relação entre os atores do município de Bataguassu	81
Figura 18. Relação entre os atores do município de Batayporã	83
Figura 19. Relação entre os atores do município de Nova Andradina	85
Figura 20. Relação entre os atores do município de Taquarussu	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estabelecimentos rurais de Mato Grosso do Sul (Censo Agropecuário 2006).....	18
Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários do CONSAD Vale do Ivinhema (2006)	61
Tabela 3. Renda Média Mensal do produtor do CONSAD Vale do Ivinhema obtida em todas as fontes	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	36
Quadro 2. Relação de entrevistados CONSAD Vale do Ivinhema	52
Quadro 3. Estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul por grupo de área (2006)	56
Quadro 4. Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários por área (hectares).....	57
Quadro 5. Estabelecimentos educacionais CONSAD Vale do Ivinhema em 2009.....	59
Quadro 6. Relação de assentamentos do CONSAD Vale do Ivinhema (2010).....	63
Quadro 7. Beneficiamento e agregação de valor aos produtos das unidades familiares	74
Quadro 8. Canais de comercialização em circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema	75
Quadro 9. Mecanismos utilizados pelos agricultores para definir os preços de venda	75
Quadro 10. Renda Média das atividades praticadas pelos produtores rurais	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEVD	Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
CAMDA	Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRESCER	Criança, Esporte, Cultura, Educação e Recreação
DAP	Declaração de Aptidão Pronaf
DAPAA	Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FLV	Fruta, Legumes e Verduras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEADER	Instituto Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SAI	Sistema Agroindustrial
SEMAC	Secretária de Estado do Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TCU	Tribunal de Contas da União
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	23
1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	23
2. AGRICULTURA FAMILIAR, CIRCUITOS CURTOS E TERRITÓRIO.....	24
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS CONCEITOS.....	25
2.1.1 MERCADO E AGRICULTURA FAMILIAR	27
2.2 CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO.....	30
2.2.1 AS FEIRAS LIVRES.....	34
2.2.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	35
2.2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	37
2.2.4 Venda porta-a-porta.....	38
2.2.5 COOPERATIVAS.....	39
2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	41
2.4 TERRITÓRIO.....	44
2.4.1 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO.....	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 INFORMAÇÕES DA PESQUISA	49
3.2 DA COLETA E ANÁLISE DE DADOS	50
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONSAD VALE DO IVINHEMA.....	53
4.1.1 Formação do Estado de Mato Grosso do Sul	53
4.1.1.1 Mato Grosso do Sul.....	54
4.1.1.2 Estrutura Fundiária do Estado	56
4.1.1.3 Dados Econômicos de Mato Grosso do Sul	57
4.1.2 CONSAD Vale do Ivinhema.....	58
4.1.2.1 Estrutura Fundiária	60
4.1.2.2 Dados Econômicos do CONSAD Vale do Ivinhema	64
4.2 A FORMAÇÃO DOS CIRCUITOS CURTOS NO TERRITÓRIO CONSAD VALE DO IVINHEMA	67
4.2.1 Decisões sobre o que produzir	67
4.2.2 Circuitos curtos CONSAD Vale do Ivinhema	71
4.2.2.1 Números dos circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema	74
4.2.3 As Manifestações no Território.....	78
4.2.3.1 Anaurilândia	78
4.2.3.2 Bataguassu	80
4.2.3.3 Batayporã.....	82
4.2.3.4 Nova Andradina	84
4.2.3.5 Taquarussu	86
4.2.4 As Transformações do território	88
4.2.4.1 Dimensões Econômicas.....	89
4.2.4.1 Dimensões Socioculturais	93

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 96
5.1 Conclusões96
5.2 Contribuições97
5.3 Limitações e Recomendações97

1. INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da revolução verde, na década de 1960, demonstraram características de um modelo fordista, expansionista e excludente em relação ao pequeno produtor rural. Nos anos 1970, os preços no mercado internacional favoreciam as exportações, tendo como consequência um acelerado processo de tecnificação e produção para o mercado externo, com desabastecimento do mercado local. Como esse processo de crescimento foi concebido sem a realização de uma necessária reforma agrária, concepções teóricas questionaram as bases do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Em 1980, a crise inflacionária do país colocou em debate a política de modernização da agricultura brasileira e começou-se a discutir a reforma agrária. Somente nos anos 1990 a agricultura familiar começaria a ganhar notoriedade, tanto no cenário político – com os movimentos sociais, programas de reforma agrária e criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) – como na academia, a partir de estudos que procuravam, nas ciências sociais e rurais, bases para um novo modelo de desenvolvimento rural, fundado nas potencialidades locais, no território e no caráter multifuncional da agricultura familiar. (SACCO DOS ANJOS, 2001).

A agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, diferentemente da agricultura patronal, que se desenvolve em detrimento do emprego rural e pela forte concentração de terras. A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas ela própria contém toda a diversidade: o próprio caráter familiar provoca profundas alterações na forma como agem econômica e socialmente os indivíduos. Empiricamente, colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, ribeirinhos, camponeses e tantas outras categorias do senso comum estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual. (WANDERLEY, 2010).

De acordo com Maluf (2004), a agricultura familiar consiste na forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário; por meio dela, promove-se a equidade e inclusão social, porque ela proporciona, aos locais onde se desenvolve, geração de ocupação e renda, além de uma oferta maior e mais diversificada de alimentos. A agricultura familiar no Brasil representa 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa 24,3% das terras de uso agrícola, além de que é responsável por 38% do valor bruto da produção e emprega 74,4% do pessoal ocupado no campo. (IBGE/ CENSO AGROPECUÁRIO, 2010).

Apesar da expressividade dos números da agricultura familiar, o acesso dos produtos da agricultura familiar ao mercado ocorre de forma muito mais desigual do que o dos produtos da agricultura patronal (SABOURIN, 2007). Sem participar do processo de tecnificação, o pequeno produtor assistiu, de forma impassível, ao acelerado processo de transformação da agricultura brasileira. Para resolver essa questão, as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar no campo refletem-se na diversificação, agregação de valor, comercialização em mercados locais e na criação de identidade territorial para os produtos.

Maluf (2004) afirma que a construção de uma identidade territorial deriva, em boa parte, do valor que se atribui aos produtos de agricultura familiar. O aspecto territorial permite aproximar as relações entre produção e consumo e, na identificação com hábitos de consumos diferenciados, a abordagem espaço-territorial amplia as possibilidades de aproveitamento de eventuais vantagens de aglomeração e de favorecimento aos circuitos de produção.

Os circuitos sobressaem-se em locais com maior dificuldade de acesso aos varejos de grande porte, em pequenos municípios onde a permanência de grandes redes é dificultada pela baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos. Os circuitos regionais dinamizam o mercado local, promovem a diversidade e eliminam a ação dos intermediários quando incluem a venda direta ao consumidor pelos produtores rurais.

Os circuitos ocorrem de forma desagregada, mas não desarticulada, e cada um deles ajuda a compreender a organização do espaço. É importante, em primeiro lugar, reconhecer a estrutura desses circuitos produtivos, seus agentes, suas categorias de transações econômicas e os fatores de produção envolvidos para melhor avaliar a sua real dimensão e valor na compreensão da dinâmica do desenvolvimento regional. (DALL'ACQUA, 2003).

Na concepção do Instituto Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER, 2000) da União Europeia, os circuitos curtos caracterizam-se como a venda realizada diretamente ao consumidor, sem a presença de intermediários, constituindo-se, portanto, em oportunidades para criar valor e identidade para o território e reforçar a especificidade dos produtos. Essa definição de circuitos curtos é similar à definição de circuitos regionais apresentada, mas diferente desta, à medida que a venda direta é tratada como a principal característica dos circuitos curtos de produção pelo LEADER.

A comercialização em circuitos curtos, além das vantagens econômicas, sociais e culturais, favorece a reciprocidade (trocas e favores realizados entre vizinhos), possibilita a criação de uma identidade para o território, impulsiona a criação de associações e cooperativas, pela necessidade de formalização das relações, e promove o desenvolvimento

do território, alterando a dinâmica social e econômica com uma maior circulação de renda, serviços e produtos. (LEADER, 2000).

Silva (2007) faz distinção entre circuitos longos e curtos de produção com base na forma de inserção da agricultura familiar: os longos são caracterizados pelas cadeias integradas e os curtos, pela produção, distribuição e consumo. Para o autor, existe um “espaço social alimentar” subdividido em lugares de produção, transformação, distribuição e consumo, conectados por relações hierárquicas ou de reciprocidade. A noção de circuitos econômicos permite investigar a participação da agricultura familiar nesse processo e traçar ações de desenvolvimento.

De acordo com Veiga (2007), o início dos debates sobre desenvolvimento rural envolvia, de um lado, a agricultura familiar como uma unidade de análise relevante para a compreensão dos fenômenos do desenvolvimento; de outro, as articulações territoriais e interdependência entre rural e urbano. O conceito de território, nesse contexto, tem um papel relevante, pois, segundo Schneider (2004), é no território que se desenvolvem as ações e as transformações sociais, institucionais, políticas e econômicas ocorridas em um espaço construído a partir de relações estabelecidas entre indivíduos.

Para Kageyama (2004), uma análise de desenvolvimento rural ou de potencial em âmbito local ou regional deve levar em conta a integração mercantil entre cidades da própria região, pluriatividade das famílias agrícolas, regiões de agricultura familiar consolidada, diversidade das fontes de renda, geração de empregos e existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos. E é a presença desses elementos, em maior ou menor grau, que determina quão desenvolvido é o território.

Esse novo olhar sobre as questões territoriais ganhou força em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), subordinada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com a missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como promover a implementação e integração de políticas públicas.

A SDT define territórios rurais como espaços socialmente construídos, onde estão presentes não somente fatores econômicos, mas também sociais, ambientais, socioculturais e político-institucionais. Em uma definição mais precisa de território, a SDT (2010) conceitua-o como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Considerando a importância do território para o desenvolvimento local e segurança alimentar, com apoio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e com vínculo ao programa Fome Zero, foram criados os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento local (CONSAD), que correspondem a organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, constituídas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante, com o objetivo de assegurar a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento local e de implantar ações de combate à pobreza, de promoção de trabalho e renda nos territórios instituídos. (MDS, 2010).

No Brasil, segundo o MDS, são 40 CONSAD, distribuídos em 26 estados, abrangendo 580 municípios, atendendo a uma população de 11 milhões de pessoas. No Estado de Mato Grosso do Sul, atualmente estão instituídos três territórios CONSAD: Serra de Bodoquena, Vale do Ivinhema e Iguatemi.

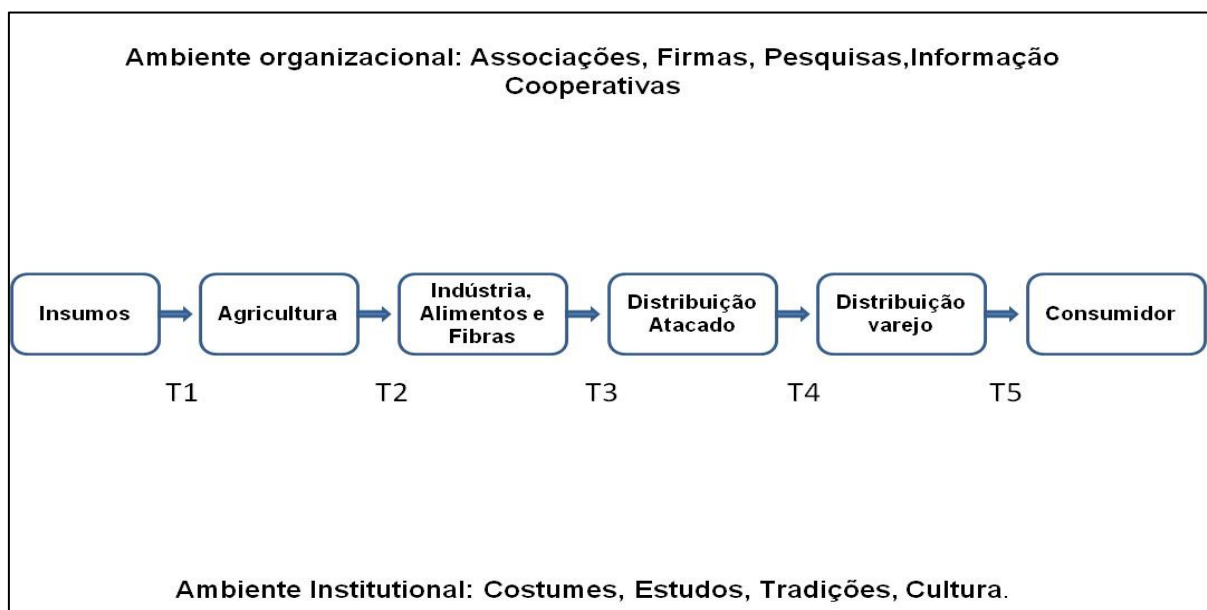
1.1 JUSTIFICATIVA

No Brasil, de acordo com Sabourin et al (1999), os agricultores familiares têm encontrado dificuldades de acesso a mercados e de inovação técnica. No caso das primeiras, referem-se a problemas de infraestrutura e falta de opção de comercialização. Conforme o autor, as políticas agrícolas e agroindustriais não foram concebidas para a agricultura familiar, mas sim adaptadas do modelo tradicional, de modo que o Brasil carece de políticas de integração e inclusão econômica dos pequenos produtores.

O relatório do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2006) descreve as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades agrícolas familiares do Brasil, entre elas a comercialização. O acesso a mercado acontece de forma muito desigual e diversificada, e os sistemas adotados de comercialização refletem as restrições encontradas, no campo institucional, organizacional, em questões básicas de infraestrutura e em relação ao distanciamento de mercados.

Assim, não é possível entender a inserção dos agricultores familiares pela mesma lógica da agricultura patronal. É preciso pensar em novas formas de inserção que amenizem as restrições impostas aos agricultores pelo ambiente. Os sistemas agroalimentares, em que se inserem a agricultura patronal, não podem ser utilizados como critério de análise para a pequena unidade.

Figura 1: Sistema agroindustrial e suas transações



Fonte: ZYLBERSZTAJN (2005).

Assim, pela análise das formas de inserção da agricultura familiar no mercado agroalimentar, levando em consideração as restrições impostas pelo ambiente, essa inserção poderia ser representada pela Figura 2:

Figura 2. Sistema familiar de empreendimentos agrícolas



Fonte: elaborado pela autora

Mato Grosso do Sul caracteriza-se como uma área predominantemente rural, considerado o critério de definição de rural e urbano da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): o rural é marcado por uma densidade demográfica inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado, e o estado possui aproximadamente 7 habitantes por km². A distribuição de terras no estado é fortemente concentrada nas mãos da agricultura patronal: 36% dos produtores detêm 96% das terras utilizadas pela agropecuária e 64% dos agricultores familiares ocupam apenas 4% destas (IBGE, 2010) :

Tabela 1. Estabelecimentos rurais de Mato Grosso do Sul (Censo Agropecuário 2006)

Estabelecimentos	Total de estabelecimentos	Area total (ha)
Agricultura Familiar - Lei 11,326	41.104	1.190.206
Não familiar	23.758	28.866.741
Total Mato Grosso do Sul	64.862	30.056.947

Fonte: Censo Agropecuário 2006/ IBGE (2010)

O setor agropecuário sul-mato-grossense, antes centrado na pecuária extensiva e considerado como portador do maior rebanho do Brasil, atualmente ocupa a terceira posição, com um rebanho de mais de 22 milhões de cabeças, destacando-se também, no cenário nacional, entre os maiores produtores de cana-de-açúcar e soja, ocupando a 4ª e 5ª posição, respectivamente (IBGE, 2010b). O Produto Interno Bruto (PIB) é fortemente influenciado

pela agroindústria, e, nos últimos anos, a produção de soja, milho e cana foi responsável pelo crescimento em 7,8% do PIB do estado.

As cidades mais representativas de concentração industrial e densidade demográfica são Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá. Os demais municípios têm sua economia dependente do setor agropecuário, com baixo desenvolvimento industrial e com a produção de *commodities* voltada para a exportação.

No Brasil, o primeiro grupo de CONSAD foi formado em 2003; atualmente são 40 territórios no país. Como parte do programa Fome Zero, o CONSAD busca a redução da pobreza, apoia projetos voltados para o desenvolvimento local e segurança alimentar. Sua abordagem territorial leva em consideração, de acordo com o MDS (2010 c):

- i) Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM);
- ii) Relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes na região;
- iii) Dimensão física e ambiental do território;
- iv) Potencialidades geoestratégicas para arranjos sócio-produtivos sustentáveis;
- v) Reorganização do território visando à inclusão social;
- vi) Construção de uma identidade institucional capaz de mediar conflitos e agregar esforços, de forma a direcionar a integração territorial para os objetivos de segurança alimentar e nutricional, com desenvolvimento local;
- vii) Identidade territorial e solidariedade.

A criação de territórios CONSAD em Mato Grosso do Sul representa uma tentativa de resolver problemas antigos referentes ao desenvolvimento de municípios no interior do estado. Os três territórios CONSAD – Vale Ivinhema, Iguatemi e Serra da Bodoquena – foram instituídos em regiões de baixo índice de desenvolvimento e congregam 24 municípios, abrangendo aproximadamente 430 mil pessoas, ou seja, quase 20% da população do estado.

Criados com o apoio do MDS, esses conselhos têm como característica o incentivo à implantação de projetos relacionados a sistemas agroalimentares que combatam a pobreza e que se mostrem capazes de intervir na realidade socioterritorial, integrando políticas públicas, envolvendo atores sociais e gerando trabalho e renda, ou seja, criando elementos que garantam o desenvolvimento da região onde se localizam. (MDS, 2010 c)

Para Abramovay (1999), a criação de uma nova dinâmica territorial somente será possível com o desenvolvimento da agricultura familiar, com a valorização de atributos locais

e com a desintegração dos produtores da indústria processadora. Esse desenvolvimento não acontecerá pelas forças do mercado, mas por meio de políticas que sejam capazes de promovê-lo. Esse modelo de desenvolvimento poderia ser fortemente impulsionado por políticas de reforma agrária eficazes, capazes de efetivamente dar condições de acesso a terra.

O acesso a terra, apesar de ser um fator condicionante para o desenvolvimento da agricultura familiar, não se constitui no único, pois fatores como infraestrutura, crédito, proximidade com mercados, assistência técnica, acesso a tecnologias e meios de comercialização podem ser determinantes para o sucesso de um empreendimento familiar.

No estado, a agricultura familiar fortaleceu-se com a constituição, em 15 anos, de assentamentos rurais, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2010), já que o número de projetos de assentamentos saltou de 23, em 1995, para 200, em 2009. Esses projetos, além de alterarem a dinâmica das cidades, proporcionam uma maior diversidade de alimentos, impulsionam o comércio local e o setor de serviços onde se desenvolve.

O desenvolvimento de assentamentos em regiões antes fortemente centradas na agricultura patronal demonstrou ser capaz de modificar a dinâmica das cidades tanto positiva como negativamente. De acordo com Medeiros (2001), a criação de assentamentos tende a promover um rearranjo do processo produtivo local, à medida que amplia a demanda por vestimentas, eletrodomésticos, materiais de construção, insumos, entre outros, além de favorecer a diversificação de atividades agrícolas ou a introdução de novos produtos no mercado e promover mudanças tecnológicas. Essas atividades resultam na geração de impostos e movimentação de contas bancárias, contribuindo assim para a dinamização do mercado local. Apesar dos fatores positivos, os serviços públicos são afetados: novas demandas são geradas nos campos da saúde, educação e segurança pública e nem sempre são atendidas pelas prefeituras locais.

Para Abramovay (1992), uma agricultura familiar moderna é aquela integrada a mercados, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não podendo nem de longe ser caracterizada como camponesa. A realidade da agricultura brasileira não pode ser comparada com a de outros países onde esse segmento é tradicionalmente desenvolvido. Os agricultores familiares brasileiros, conforme afirma o autor, constituem-se como uma sociedade parcialmente integrada a mercados.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) e a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) nº 42, de abril de 2010, mais de 70% dos agricultores familiares não conseguiam vender antecipadamente alguma parte de sua

produção. Esse mesmo estudo demonstra que metade da produção dos agricultores permanece nas mãos de intermediários e apenas 20% são vendidos diretamente ao consumidor.

Para Maluf (2002), a agregação de valor constitui-se numa estratégia de mercado capaz de reverter os poderes dos intermediários e concentrar mais renda nas mãos dos agricultores. Por intermédio da agregação e da venda realizada em mercados locais, o agricultor consolidaria o circuito regional de produção, distribuição e consumo. Essas consolidações, além de fortalecerem o mercado local, proporcionariam o desenvolvimento da agricultura familiar e contribuiriam para a construção de uma identidade territorial.

Mior (2005) descreve a participação dos agricultores familiares em redes: as verticais corresponderiam à integração em cadeias, estas cada vez mais dominadas pelo setor de distribuição; as horizontais corresponderiam à abordagem territorial, em que a inovação, associada a elementos naturais, representa um enorme potencial de desenvolvimento local.

Um bom exemplo de valorização local são os circuitos curtos de produção, distribuição e consumo. Nos circuitos curtos de agricultura familiar, o produtor é responsável por todas as etapas: desde a produção até a disponibilização ao consumidor final. Os circuitos curtos são marcados pela ausência de intermediários.

Em regiões do sul do país, a presença de agroindústrias familiares rurais representa uma estratégia de agregação de valor e aumento de renda aos produtores, que produzem, processam ou transformam a matéria-prima agrícola ou pecuária. A transformação converte o valor de uso (produtos antes destinados ao autoconsumo) em valor de troca (comercialização de produtos coloniais). (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2009).

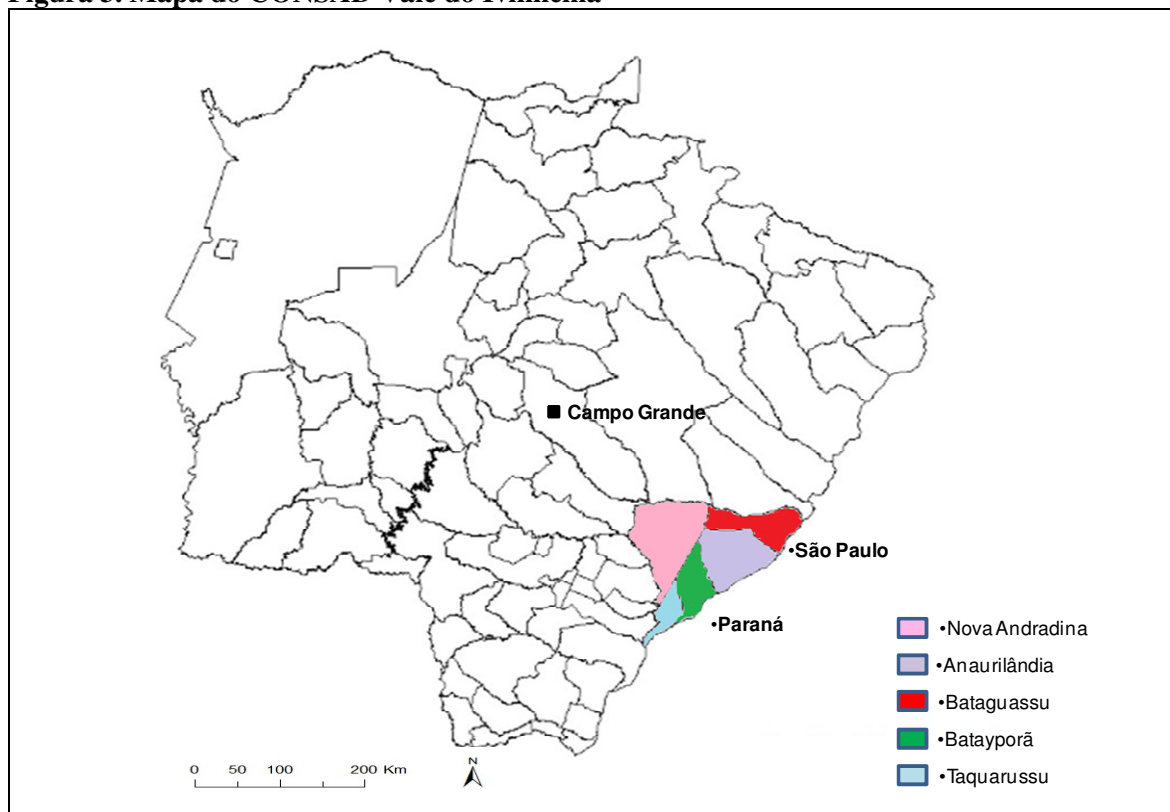
Esse processo de transformação realizado na unidade familiar utiliza a mão de obra da família ou de pequenas associações de produtores, com uso de tecnologia dominada pelos próprios produtores, geralmente processos artesanais, fortemente marcados pela presença de mulheres. A matéria-prima utilizada no processo é produzida pelos próprios estabelecimentos, ou advém de trocas com vizinhos. (MIOR, 2005).

Levando em consideração as vantagens sociais, econômicas e culturais da comercialização em circuitos curtos pela agricultura familiar, o problema que este estudo se propõe responder é: Qual a importância dos circuitos curtos para o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema em Mato Grosso do Sul?

O principal critério utilizado na escolha do CONSAD Vale do Ivinhema foi o baixo IDH: escolheu-se esse território por englobar alguns municípios com baixo índice de desenvolvimento humano. Os municípios do Vale do Ivinhema possuem mais de 50% de sua arrecadação municipal comprometidos com a agricultura e pecuária extensiva, e os

estabelecimentos familiares representam mais de 75% dos estabelecimentos rurais do território. A agricultura familiar é de subsistência, com baixo dinamismo, fortalecida pela criação de assentamentos rurais na região a partir da década de 1990. (SEMAG, 2010).

Figura 3. Mapa do CONSAD Vale do Ivinhema



Fonte: Elaborado pela autora

Justifica academicamente este estudo a ausência de trabalhos relativos a estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar em territórios CONSAD; quanto a sua relevância social, vincula-se ao fato de a participação do agricultor em circuitos curtos proporcionar maior autonomia de produção, contato direto com o consumidor, identidade social, utilização da mão de obra familiar, aumento do nível de renda e fortalecimento dos laços culturais.

Vários trabalhos acadêmicos discutem a temática de desenvolvimento rural, e alguns autores e instituições exaltam os circuitos curtos como estratégias privilegiadas para tal fim, entre os quais podemos citar Maluf (2004) e Instituto Leader (2000). Na região de Mato Grosso do Sul, ou especificamente sobre esta, não se identificou a existência de trabalho com tal foco.

Na academia, a agricultura familiar é tida como um dos elementos centrais de desenvolvimento rural do campo. Essa postura diante dessa categoria rural demonstra uma

importância social, econômica e cultural dos agricultores familiares em territórios rurais, refletida nos números, nas suas formas de sobrevivência e reprodução social. A importância acadêmica de estudos relacionados a fatores que impulsionam o desenvolvimento dessa classe repousa no fato de que, em geral, esses estudos propõem soluções que respaldem os formuladores de políticas públicas.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre a formação dos circuitos curtos e o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, identificando possíveis vantagens dessas ações.

Como desdobramento do objetivo geral, especificamente pretende-se:

- i) Desenvolver um diagnóstico socioeconômico do território CONSAD Vale do Ivinhema.
- ii) Descrever e analisar os circuitos curtos encontrados nos municípios integrantes do território CONSAD Vale do Ivinhema, identificando os atores envolvidos e as dinâmicas do mercado local.

1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No capítulo 1, o estudo é introduzido, apresenta-se uma breve contextualização, a justificativa, o problema de pesquisa e o objetivo geral e os específicos do trabalho desenvolvido. No capítulo 2, procurou-se fundamentar as ideias centrais do trabalho. Primeiramente, discute-se a agricultura familiar, seus conceitos e participação em mercados; em um segundo momento, aborda-se o conceito de circuitos curtos e suas modalidades de análise; por último, apresenta-se o conceito de território e a noção de território na perspectiva do desenvolvimento. O capítulo 3 discute em detalhes os procedimentos metodológicos utilizados na realização do trabalho, as características da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados e análise. O capítulo 4 apresenta, discute e analisa os resultados alcançados na pesquisa. Por fim, o capítulo 5 contém as considerações finais do estudo.

2. AGRICULTURA FAMILIAR, CIRCUITOS CURTOS E TERRITÓRIO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS CONCEITOS

No Brasil, a expressão “agricultura familiar” é recente e somente a partir da década de 1990 passou a integrar o campo de outras denominações, tais como: posseiros, camponeses, assentados, pequenos produtores, sitiantes entre outros. A variedade de categorias usadas para determinar o que é agricultura familiar não permitia o estudo sistêmico dessa classe: a compreensão de sua dinâmica, suas relações sociais, econômicas e sua forma de reprodução.

Em 2000, um estudo do INCRA com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) considerou o caráter familiar da agricultura a partir da presença das seguintes características:

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/ FAO, 2000).

A definição de empreendimento agrícola familiar aceita formalmente pelas instituições governamentais considera os critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

Assim, agricultura familiar é considerada uma categoria abrangente, que, mesmo do ponto de vista do camponês, conseguiu sobreviver ao capitalismo, não participando das relações antagônicas entre assalariado e proprietário. Conforme Abramovay (1992), “ele é alguém que não vende a força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do

trabalho alheio”, de modo que, num mundo capitalista, a economia de mercado levaria a sua eliminação.

De acordo com Chayanov (1983), essa categoria tem sobrevivido porque não é nascida da ocasionalidade, mas sim de conhecimento racional e positivo, e existe porque atende a uma necessidade social, fazendo dessa forma o mais velho modo de produção conhecido.

Para Chayanov (1983), o agricultor familiar no sentido “camponês” é um sujeito criando sua própria existência. Assim, o camponês usa o trabalho para satisfazer às necessidades familiares: cada esforço despendido é unicamente para atingir seus objetivos e, uma vez assegurado o consumo familiar, o trabalho é negligenciado. Assim, o comportamento do produtor depende de uma dinâmica interna da família.

Segundo Abramovay (1992), nas sociedades de hoje, o termo “camponês” não pode ser utilizado e nem considerado para explicar ou propor modelos de desenvolvimento para a agricultura familiar, tendo em vista que o próprio desenvolvimento social, econômico e político tende a eliminar essa categoria.

O que se tem atualmente é a tentativa de desenvolver modelos de desenvolvimento para o campo baseados na formas de inserção da agricultura familiar. De acordo com Maluf (2004), empreendimentos agroalimentares de pequeno porte constituem-se em componentes centrais para estratégias de desenvolvimento utilizadas em atividades promotoras de equidade e inclusão social.

Para Portugal (2004), a inclusão dos agricultores familiares no mercado e no processo de desenvolvimento só será possível mediante:

- i) Desenvolvimento de tecnologias apropriadas;
- ii) Condições político-institucionais representadas por: acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, meios de transporte e energia;
- iii) Melhoria na capacidade organizacional dos agricultores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos, agregar valor e encontrar novas alternativas de uso da terra;
- iv) Qualificação da mão de obra utilizada na produção.

De acordo com o autor, um dos principais desafios a serem enfrentados é a diversidade de situações, visto que o processo de desenvolvimento da agricultura não ocorre

de forma igual em todo o país. Na região norte, as dificuldades referem-se à comercialização, em face da distância em relação aos mercados, e ao esgotamento das terras; no nordeste, os minifúndios são inviáveis economicamente; no sudeste, há uma exigência de qualidade e saudabilidade dos produtos, enquanto, no sul, os agricultores enfrentam a concorrência externa com outros produtores de países do Mercosul.

Para Abramovay et al. (2010), os principais desafios da agricultura familiar referem-se à educação, particularmente dos jovens. Segundo os autores, sem educação apropriada os agricultores não conseguem nem ter acesso aos demais direitos adquiridos. Nesse contexto, os pesquisadores defendem que as dificuldades de acesso a terra e educação, bem como as deficiências institucionais são algumas condicionantes da pobreza e baixo desenvolvimento do rural.

Para Soares (2001), o caráter multifuncional da agricultura atribui a ela uma função de contribuir para a segurança alimentar, uma função econômica, uma função ambiental e uma função social. O reconhecimento da multifuncionalidade não pode ser determinado unicamente pelas relações comerciais; a agricultura familiar provê um infindável conjunto de bens e serviços, tangíveis ou intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral.

Vejamos:

- i) Função social: Reflete-se no reconhecimento de que a função produtiva da agricultura familiar desempenha um papel positivo na manutenção da natureza, paisagem e aspectos sociais do mundo rural. A agricultura familiar é capaz de mobilizar arenas políticas diferentes, de modo que o caráter multifuncional deriva de novas demandas sociais. (CARDOSO; FLEXOR; MALUF, 2003).
- ii) Função econômica: A agricultura familiar produz a maior parte dos produtos vegetais e animais consumidos no Brasil, emprega 74,4% da mão de obra rural e é responsável por 38% do VBP da produção agropecuária (IBGE, 2010). De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), os agricultores familiares são mais eficientes do que os patronais na utilização dos seus recursos: mesmo em menor área e com menor crédito, conseguem produzir mais e empregar mais do que os patronais.
- iii) Função ambiental: Para Sabourin (1999), o agricultor familiar, assim como qualquer outro cidadão, tem como dever não degradar o ambiente. Embora seja certo que a prática da agricultura consiste em uma das atividades mais predatórias ao ambiente, a valorização das

paisagens naturais e a busca por uma agricultura agroecológica, além de agregarem valor aos produtos familiares, têm, como consequência, práticas sustentáveis de produção agrícola.

iv) Função de segurança alimentar: a própria condição da agricultura familiar como produtora de alimentos já cumpre uma importante função com relação à segurança alimentar. A insegurança alimentar é determinada pelas dificuldades de acesso a alimentos em qualidade e quantidade adequadas, seja esse acesso financeiro ou físico. Nesse contexto, a função econômica de prover emprego e renda desempenha também seu papel na garantia de segurança alimentar (SOARES, 2001).

2.1.1 MERCADO E AGRICULTURA FAMILIAR

O mercado, como o conhecemos, apresenta-se como uma etapa complexa entre a determinação sobre o que deverá ser produzido e a efetivação do consumo final. Para Polanyi (2000), o mercado originalmente correspondia ao local onde se compravam, a preços estabelecidos, pequenas quantidades de gêneros de primeira necessidade. Até o final do século XVIII, a economia estava imersa na sociedade, e os mercados eram espaços dominados pelas atividades de redistribuição e reciprocidade. A sociedade industrial ocasionou a criação de um mercado autorregulável, onde as trocas desiguais ocorrem de forma a propiciar a acumulação de valor e a apropriação de excedentes.

Conforme Polanyi (2000, p. 72), saímos de uma sociedade explicada pelos aspectos culturais para uma sociedade identificada por sua economia de mercado. Para o autor, o mercado não pode ser extinto, visto que não existe sociedade sem mercados, mas deve servir como meio para a sobrevivência da sociedade e não seu fim. Destaca o autor que: “ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico”.

Nesse sentido, Demo (2005) concebe o mercado, no sentido capitalista, como maldito, à medida que tenta regular a cidadania e promover o enriquecimento de minorias. O autor não imagina como a sociedade pode sobreviver sem o mercado, mas assevera que podem coexistir se a sociedade aprender a controlá-lo e utilizá-lo como instrumento de cidadania.

A sociologia econômica discute a impossibilidade de separar as relações sociais da comercialização. Nessa abordagem, as relações sociais estão enraizadas no processo de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos; nesse contexto, o mercado é um composto de variáveis econômicas e não econômicas. (SMELSER, 1968).

Para Smelser (1968), os mercados podem ser classificados em três tipos: mercado de trabalho, de serviços e de bens de consumo. Os aspectos culturais e étnicos, desigualdades, raça, sexo, entre outros, influenciam as decisões de produção, uma vez que, em um mercado competitivo, a decisão sobre o que produzir deve ser orientada em função dos consumidores.

Bagnasco e Triglia (1993) colocam a criação dos mercados num contexto social, visto que os mercados não são criados por uma mão invisível e mágica, mas são socialmente construídos pela interação entre indivíduos, pela força institucional e pela capacidade de organizações e empresas desenvolverem ligações dinâmicas que possibilitem o fortalecimento de culturas e tradições.

O mercado não se restringe ao espaço onde se realiza a compra e a venda, mas sim ao conjunto de todas as operações e relações que ocorrem desde o momento em que está sendo planejada a produção até a efetivação da compra pelo consumidor final. Nesse intervalo de tempo, uma complexidade de relações se desenvolve, e informações sobre preferências, oportunidades e nichos de mercado estão sendo repassadas. É dessa forma que o mercado se reproduz: “a noção de mercados consiste de estruturas que são reproduzidas através da sinalização ou comunicação entre os participantes”. (WHITE, 1981, p. 268).

Radomsky e Schneider (2007) apresentam a importância das redes sociais, cooperação e reciprocidade como fatores importantes no processo de construção social de mercados. Nesse contexto, a articulação entre os atores sociais, além de promover a diversificação do mercado local, altera as dinâmicas e exerce efeitos no desenvolvimento de territórios como um todo.

De acordo com Wilkinson (2008), em face das transformações ocorridas nas grandes cadeias, novos mercados podem ser criados pela agricultura familiar: os mercados locais, aproveitando-se de uma vantagem estratégica à medida que forem associados à tradição, à natureza, ao artesanal, ao local. Dessa forma, dois tipos distintos de fatores poderiam ser amplamente explorados:

- i) persistência de mercados locais de proximidade (condição de economia “informal”). (Ex. política pública merenda escolar, à beira de rodovias).

ii) timidamente nos mercados domésticos e mais enfaticamente nos mercados dos países desenvolvidos, são os próprios aspectos “tradicionais” da pequena produção que se transformam em valores de mercado (Ex. atividades tradicionais, *small farmer*, preservação do meio ambiente, *fair trade*, orgânicos).

No contexto da agricultura familiar, duas vertentes divergentes procuram meios de promover sua inserção nos mercados. A primeira é ligada a uma agricultura familiar integrada à agroindústria: os agricultores inseridos em cadeias agroindustriais aproveitam-se de vantagens tecnológicas e de pesquisas, a que não teriam acesso sem a integração. Nessa vertente, destacam-se Bonano (1999), Batalha *et al* (2004), Goodman *et al* (1990). Na segunda vertente, com destaque para Ploeg (2008) e Long (2007), o agricultor familiar é visto como um agente de interação social, dotado da capacidade de construir estratégias e meios de sobrevivência. Na perspectiva da teoria centrada no ator, o agricultor é o sujeito capaz de promover sua própria inserção nos mercados e de buscar seus resultados econômicos.

A agricultura familiar, ainda que camponesa, sempre buscou formas de interação social com setores econômicos. O camponês produzia tudo o que era necessário para sobrevivência da sua família na propriedade. O que excedia ou o que não era possível de ser produzido eram negociados pelas trocas e reciprocidade, conforme Chayanov (1983), Mendras (1978) e Shanin (1980). O mercado, no sentido social, não é necessariamente econômico (SMELSER, 1968).

O desenvolvimento capitalista e o processo acentuado de divisão do trabalho impuseram, ao agricultor, necessidades que não são mais atendidas dentro da propriedade, sejam essas sociais ou materiais, de modo que se estabeleceram relações de dependência entre o agricultor e o mercado. O agricultor utiliza o mercado para adquirir outros bens que não consegue produzir, para complementar seu processo de produção e para satisfazer às necessidades de sua família. (WOLF, 1970).

De acordo com Wolf (1970), as relações que os agricultores mantêm com o mercado são complexas; não se restringem apenas à comercialização, mas também ao atendimento das necessidades de consumo da família e à necessidade de interação social.

Para Ploeg (2008), o camponês é constantemente ameaçado por redes de varejo, leis institucionais, mecanismos estatais e modelos científicos e tecnológicos que procuram manipular e controlar o consumo de alimento global. Dessa perspectiva, o agricultor, para fugir do domínio imposto, desenvolve estratégias de resistência e luta por autonomia.

As estratégias de sobrevivência da agricultura camponesa estão centradas no fortalecimento da base de recursos, na coprodução do camponês com a natureza e no valor agregado. Conforme Ploeg (2008), existem diferenças entre a agricultura camponesa e a agricultura empresarial, pois, enquanto a primeira é capaz de estabelecer as raízes do desenvolvimento rural por meio da valorização do local e da região, a segunda se preocupa com os lucros obtidos por ganhos de escala.

Alguns autores, entre eles Schneider (2003), Wilkison (1999) e Mior (2005), defendem a participação da agricultura familiar nos mercados por meio da agregação de valor aos produtos, ou seja, a criação de agroindústrias familiares. Para esses autores, a agroindústria familiar representa uma alternativa de inclusão produtiva fora das cadeias agroalimentares. Nesse contexto, Schneider destaca a agroindústria familiar como forma “para-agrícola”, ou forma pluriativa de oportunidades.

Maluf (2004) defende a criação de cadeias da agricultura familiar; Silva (2007), a inclusão de agricultores em circuitos econômicos. A partir desses estudos, é possível estabelecer que existe um esforço teórico para definir qual a melhor alternativa de inclusão econômica da agricultura familiar. O recorte de análise deste trabalho centra-se especialmente nos mercados onde é possível a venda direta ao consumidor final.

2.2 CIRCUITOS CURTOS DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

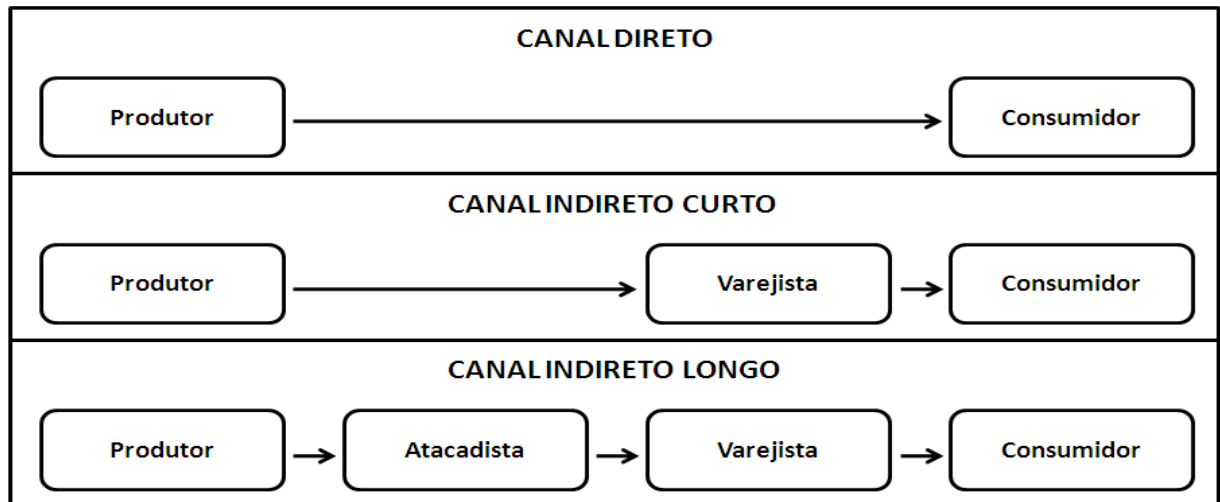
Em um sistema agroalimentar, o caminho percorrido por um produto desde o momento de sua produção, no estabelecimento agrícola, até a disponibilização ao consumidor final é realizado por uma sequência de atividades distintas; nesse fluxo, as matérias-primas sofrem uma série de transformações operadas por intermediários, e pelas quais são repartidos os valores acrescentados nos produtos. O circuito mais curto de produção é aquele em que o produtor vende seus produtos diretamente ao consumidor, independente de transformado ou não. (LEADER, 2010).

A diferença entre circuitos curtos e longos não leva em consideração a distância percorrida pelos produtos até sua comercialização, mas sim o número de intermediários presentes no canal produtor-consumidor. Os circuitos mais longos são constituídos pela cadeia agroindustrial clássica.

Sproesser e Lima-Filho (2007) caracterizam os canais de distribuição por meio da forma de participação dos seus agentes, podendo esses, quanto a sua característica, ser curtos ou longos e, quanto ao critério, diretos ou indiretos. O canal é direto e curto quando o

produtor realiza todas as atividades de distribuição junto ao consumidor e é indireto e longo quando comporta um número significativo de agentes intermediários.

Figura 4. Comprimento dos canais de distribuição



Fonte: Sproesser e Lima-Filho (2007, p. 261)

Para Cruz (2009), as cadeias curtas são capazes de contrapor a dominação que as grandes redes de varejo impõem ao produtor, que é o direcionamento da produção de alimentos.

A inclusão de agricultores familiares em novos circuitos mercantis representa, para Ploeg (2006, p. 47), um reforço à autonomia, constituindo-se em um processo de recampezinação: a diminuição da dependência dos produtores a indústrias de insumos. Para o autor, esse processo em desenvolvimento promove uma reconexão da agricultura com a natureza e novas formas de cooperação local são redescobertas; é uma reintrodução à artesanidade, sendo importante notar que tais mudanças traduzem-se em maiores níveis de agregação.

Para Ploeg (2006), os circuitos longos são dominados pelos impérios alimentares (grandes redes varejistas), em que o produtor é apenas um subordinado. Esse processo de redistribuição da produção onde cada atividade em cada momento do canal apropria-se do valor é um contínuo movimento desagregador de valor. Para não reduzir a sua margem de lucro, o império pressiona os agentes do canal, e essa pressão acaba por reduzir os lucros do produtor, que se vê obrigado a produzir as demandas identificadas pelo império a preços mais reduzidos. Assim, a autonomia consiste na apropriação da agregação de valor, uma vez que, libertos do domínio dos impérios, os agricultores poderiam obter um crescimento autônomo, com sua própria base de recursos, e a conquista de novos mercados locais.

A participação da agricultura familiar em circuitos curtos não exclui a possibilidade de participação em canais longos de distribuição, ou seja, um conjunto de agricultores é capaz de organizar-se e explorar as potencialidades dos dois circuitos (LEADER, 2010). As únicas observações referem-se às diferenças cruciais entre as modalidades, especialmente nos aspectos pertinentes a aparatos tecnológicos e possibilidades de atendimento a demanda. Na venda direta, ocorre a credibilidade das relações *face to face* do produtor com o consumidor; nas relações da cadeia, o produtor é apenas mais um fornecedor e, portanto, sujeito a determinada escala de produção e regularidade na entrega.

Guimarães e Silveira (2009) concebem os circuitos curtos como uma estratégia de desenvolvimento endógeno, em que o produtor exprime, na comercialização de seu produto, sua especificidade, que pode estar ligada a sua história, à geografia, às condições climáticas, ao seu modo de fazer agricultura e a práticas alimentares que perpassam gerações.

Nesse contexto, Silva (2007) afirma que a noção de circuitos econômicos permite investigar as formas de participação da agricultura familiar como produtora de alimentos. Para o autor, as formas de comercialização da agricultura familiar revelam as conexões entre lugares e processos de construção de um território socioespacial, de modo que o sistema alimentar pode ser “construído de modo a criar condições favoráveis à continuidade social e promoção econômica das famílias”.

Para Mendes e Padilha Junior (2007), a atividade da comercialização é responsável por 40% de cada real gasto pelo consumidor na aquisição de produtos, ou seja, quase metade dos reais gastos fica nas mãos de vários especialistas da comercialização. Para os autores, a comercialização deve ser considerada nas estratégias de desenvolvimento econômico, uma vez que os paralelismos entre agricultura tradicional e familiar condicionam a existência de estruturas e análise de mercados diferenciados.

Em sua análise sobre a agricultura tradicional (neste contexto, entende-se como familiar) e moderna (patronal), Mendes e Padilha Junior (2007) identificam a existência de um dualismo estrutural-tecnológico, evidenciado pelas dificuldades enfrentadas por produtores em países em desenvolvimento, tanto no âmbito da produção quanto no da comercialização, em relação às formas de inserção nos circuitos longos do mercado (Figura nº 5).

Figura 5. Dualismo estrutural na produção-comercialização agrícola no Brasil

Dualismo Tecnológico	CARACTERÍSTICAS EM NÍVEL DE:	
	PRODUÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO

<u>Pequenos produtores</u>		
1. Agricultura Tradicional	a) Pequena escala	a) Mercado Interno
	b) Insumos tradicionais	b) Grande Número de Comerciantes
	c) Baixo nível tecnológico	c) Pequenos lotes
	d) Pouca Especialização	d) Comerciantes ineficientes
	e) Crédito Dificil	e) Custos e margens elevadas
	f) Produção Dispersa	f) Baixos preços aos produtores
	g) Produção Conjunta	g) Elevados preços aos consumidores
		h) Demanda-preço mais inelástica
		i) Qualidade inferior
		j) Consumidores de baixa renda
<u>Médios e Grandes produtores</u>		
2. Agricultura Moderna	a) Escala maior	a) Mercado Externo e Interno
	b) Insumos modernos	b) Poucos intermediários
	c) Tecnologia Moderna	c) Maior Organização de produtores
	d) Maior Especialização	d) Demanda mais elástica
	e) Fácil acesso ao crédito	e) Menor variabilidade dos preços
	f) Maior Grau de mecanização	f) Melhor infra-estrutura
	g) Maior uso de capital	

Fonte: Adaptado de Mendes e Padilha Junior (2007, p. 40)

A construção social de mercados em âmbito local tem-se caracterizado como novas alternativas de comercialização para a agricultura familiar. Por meio da participação em cadeias curtas, o valor agregado fica retido com o agricultor; novas definições de qualidade são agora associadas à localidade, a região, sua especialização e natureza. Assim, novas redes e associações são construídas, pois as cadeias curtas têm a capacidade de ressocializar e reespecializar a distribuição de alimentos. (MARSDEN, 2003).

No Brasil, podemos incluir exemplos de canais circuitos curtos: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as feiras-livres, vendas de porta em porta, cooperativas.

2.2.1 AS FEIRAS-LIVRES

As feiras-livres estão presentes há muito tempo no mundo. No período medieval, eram utilizadas pelos mercadores que, vindos de muito longe, traziam todos os tipos de mercadorias, que duravam semanas e promoviam o intercâmbio de costumes e padrões de vida regionais. Com o aumento da especialização do comércio no século XIX, as feiras tornaram-se locais de vendas de produtos alimentícios. (RENNÓ, 2006).

Essa modalidade de comercialização é caracterizada pela presença em locais públicos, em pontos estratégicos de centros urbanos, com a predominância de instalações provisórias: cada comerciante instala sua banca lado a lado com outro, procurando elaborar estratégias a fim de destacar-se dos demais. (COLLA et al. 2007).

Apesar de as feiras representarem uma oportunidade da venda direta ao consumidor, nos últimos anos as mudanças nos hábitos de consumo têm levado à segmentação do setor de hortaliças no Brasil. Nos grandes centros onde há o predomínio de grandes redes varejistas, está ocorrendo uma queda da participação das feiras na venda de produtos frescos: essa forma de comercialização está perdendo espaço pelas facilidades encontradas pelos consumidores ao realizarem suas compras domésticas. (FAULIN; AZEVEDO, 2003).

Nos centros urbanos, os produtos alimentícios são comercializados por produtores e também por intermediários que veem nessa comercialização uma possibilidade de emprego e renda. Em Campo Grande/MS, as feiras-livres representam espaço para a venda de produtos eletrônicos, roupas, brinquedos, refeições prontas, entre outros, correspondendo a um espaço onde a presença do público é aproveitada para a comercialização de outros itens não relacionados à alimentação.

As feiras-livres desempenham um papel fundamental para a economia de pequenos municípios por se constituírem num espaço de comercialização de produtos locais. Esse espaço de comercialização é frequentemente utilizado por agricultores familiares para a venda do excedente, ou até mesmo de parte significativa de seus produtos, uma vez que não conseguiriam participar de um circuito comercial maior. (IICA, 2004).

Na última década, as feiras de produtos da agricultura familiar vêm ganhando notoriedade no cenário nacional. Criada em 2003, a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada anualmente com o apoio do MDA, chega esse ano a sua sexta

edição. Nela são comercializados, em sua maioria, produtos alimentícios e artesanais com forte apelo à valorização cultural do local onde são produzidos. (MDA, 2010).

Essa modalidade de comercialização apresenta as vantagens de proporcionar melhor divulgação dos produtos da agricultura familiar e possibilidades de realização de vários negócios, mas tem como desvantagem seu caráter sazonal e sua localização, que geralmente é em grandes centros.

Recentemente, programas municipais buscam incluir os produtores familiares em circuitos de comercialização. As iniciativas vão desde cessão de espaços públicos para a realização de feiras permanentes até ajuda de custo para aquisição de barracas e transporte de produtos. Em Mato Grosso do Sul, estratégias similares já ocorrem em Campo Grande, Ponta Porã, Nova Andradina, entre outros. Essas iniciativas visam promover a agricultura orgânica e familiar e têm como principal característica o incentivo à circulação de produtos locais, além de gerar renda aos produtores familiares.

2.2.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui-se em uma das ações estruturantes do programa federal Fome Zero e tem como princípio a segurança alimentar, por meio da oferta de alimentos. Trata-se de um instrumento de política pública que virou lei em 2 de julho de 2003, e tem como objetivo norteador:

[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; promover o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituir estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar (MDS, 2010)

Dessa forma, o PAA foi instituído para o fortalecimento da agricultura familiar e para a garantia da segurança alimentar de famílias marginalizadas, em face das dificuldades de acesso a alimentos. A compra de alimentos diretamente da agricultura familiar fortalece as relações comerciais locais e garante aos agricultores acesso a mercados institucionalizados.

A compra de alimentos da agricultura familiar foi regulamentada pelo Decreto de Lei nº 6.447, de 7 de maio de 2008, alterado em 15 setembro de 2009 pelo Decreto nº 6.959,

em que ficou estabelecida a isenção de licitação e a utilização de preços de referência, que não podem ser superiores e nem inferiores aos praticados nos mercados regionais.

Para participar do programa, o produtor deve ser identificado como agricultor familiar ou acampado, por intermédio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA).

No Quadro 1, são destacadas as modalidades do PAA:

Quadro 1. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Modalidade	Objetivos	Valor máximo/ano por agricultor (R\$)	Fonte de Recursos	Executor	Formas de acesso
Aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar (PNAE)	Permite a aquisição de alimentos da produção familiar, de acordo com os padrões e regulamentação do PAA para que sejam destinados à merenda escolar.	R\$ 9.000,00	MEC – PNAE	FNDE, estados e municípios	Organizações da Agricultura Familiar
Compra direta	Polos de compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar, cumprindo um importante papel na regulamentação de preços.	R\$ 8.000,00	MDS e MDA	CONAB	Individual
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Instrumentos de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros para que a organização adquira produção de agricultores familiares sócios/filiados e forme estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis.	R\$ 8.000,00	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associações
Compras com doação simultânea	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares para doação a entidades integrantes da rede socioassistencial	R\$ 4.500,00	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, Cooperativa e Associação
* Incentivo à produção e ao consumo de leite "Programa do Leite"	Propiciar o consumo de leite às famílias, que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional, além de incentivar a produção familiar	R\$ 4.000,00	MDS	Estados do Nordeste e MG (norte)	Individual, Cooperativa e Associação

Fonte: Programa de Aquisição de Alimentos (MEDEIROS, 2010)

* Valores semestrais

A gestão do PAA é realizada por seis ministérios: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Conab, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação. O Grupo Gestor é responsável pela operacionalização, e sua coordenação está a cargo do MDS.

De acordo com o MDS, o programa tem um grande potencial a ser explorado em territórios, se integrado a outras políticas e programas. Além de incentivar a diversificação de alimentos produzidos pela agricultura familiar, servirá como um estímulo e resgate à valorização da cultura alimentar local.

O PAA é um dos instrumentos-chaves do MDA no que concerne ao apoio à comercialização da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que atende à necessidade de garantir a segurança alimentar no país.

Os debates acadêmicos sobre a eficiência do PAA estão centrados na importância do programa para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento local. De acordo com Grisa (2010), o programa incentiva a diversidade e resgata o modo de vida camponês, além de que, em algumas regiões, o produtor deixou de praticar a monocultura para se dedicar a uma matriz de fornecimento.

Para Ortega et al (2006), o programa é inovador, pois auxilia o produtor no momento crítico de sua produção: a venda. Para os autores, o programa desvincula a imagem de que o Fome Zero é irremediavelmente assistencialista, à medida que promove a articulação entre ações emergenciais e estruturantes, visando à inclusão social e ao desenvolvimento local.

As críticas ao programa refletem-se: na falta de informações por parte dos agricultores; em dificuldades de obtenção de DAP para quem não tem documentação da terra; na ausência de planejamento da produção pelos produtores; em dificuldades de logística.

2.2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O direito à alimentação escolar é reconhecido pela Constituição Federal. De acordo com o Art. 208, inciso IV a VII do texto constitucional, é dever do estado garantir suplementação de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde. A alimentação escolar tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional e, dessa forma, propiciar crescimento, desenvolvimento e aprendizagem e formação de hábitos saudáveis aos alunos.

O programa recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, cujo repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base nas informações obtidas

no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por conselhos, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, institui que no mínimo 30% dos valores gastos com alimentação escolar sejam utilizados para adquirir produtos da agricultura familiar, sendo priorizada a aquisição de produtores que sejam assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

As diretrizes da alimentação escolar incluem:

- i) A alimentação saudável, com uso de alimentos diversificados, mas que respeitem as culturas, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis;
- ii) Promoção do desenvolvimento sustentável, aquisição de alimentos diversificados, preferencialmente produzidos em âmbito local.

Os desafios do fornecimento de alimentos pela agricultura familiar à merenda escolar estão ligados a: certificação dos alimentos, capacitação dos produtores em produção sustentável e planejamento da produção e discussão sobre a equalização dos preços praticados (FNDE, 2010).

2.2.4 VENDA PORTA A PORTA

Para especialistas, o comércio porta a porta sobrevive mesmo em tempos de crises econômicas, pois, além de representar uma estratégia de marketing de algumas empresas (Nestlé, JBS, Avon, etc.), representam alternativas de emprego a marginalizados do mercado de trabalho. Essa modalidade de comercialização, de acordo com Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABVED, 2010), registrou um crescimento de 18,4% em 2009, gerando um volume de negócios superior a 21 bilhões de reais.

Esses números registrados pela ABVED não retratam a realidade desse setor, uma vez que, segundo a própria associação, as estatísticas representam apenas as vendas realizadas por empresas formalmente constituídas, não incluindo todas as variedades de produtos que são comercializados diariamente no Brasil.

Para Ratto (2004), a venda porta a porta é aquela realizada sem local fixo, sendo o ponto forte a abordagem direta ao cliente, que, após contatos sucessivos, pode resultar no estabelecimento de relações de confiança e lealdade. Segundo o autor, nessa modalidade é mais fácil adaptar produto e preços aos recursos do cliente.

Segundo Conterato, Gazolla e Shneider (2007), a comercialização porta a porta continua sendo uma estratégia para agricultores familiares escoarem seus produtos feitos de maneira quase artesanal ou não processados, como leite *in natura*, queijos, doces, artesanatos, entre outros.

2.2.5 COOPERATIVAS

A busca de alternativas que minimizem os efeitos excludentes do capitalismo não são recentes. Assim, de acordo Souza Santos (2005), o pensamento e as práticas de formas cooperativistas modernas são tão antigos como o próprio capitalismo industrial. De acordo com o autor, as primeiras cooperativas surgiram na Inglaterra em 1826, como forma de reação à crescente pauperização, que transformou camponeses e pequenos produtores em trabalhadores assalariados. Na França, em 1823, há relatos de cooperativas de trabalhadores que, indignados com as condições desumanas de trabalho, decidiram fundar e administrar coletivamente suas próprias fábricas.

A primeira cooperativa brasileira, fundada em 1891, foi a Associação Cooperativa dos Empregados de Cia. Telefônica, com características voltadas para o sentimento capitalista reinante na época. Desde a sua criação no Brasil, as cooperativas sofreram forte intervenção estatal, o que, segundo Campos Jr. (2000), fundava-se na pretensão de que se tornassem grandes empresas. As cooperativas rurais surgiram em 1906. Voltadas especialmente para laticínios, desenvolveram-se mais no sul e no sudeste, onde apresentaram melhor desempenho como alternativas para o comércio e abastecimento.

As cooperativas urbanas desenvolveram-se, no entanto, mais rapidamente do que as rurais, particularmente após a segunda guerra mundial, quando ocorreu o crescimento da indústria nacional. No setor rural, o processo foi lento, em especial pela estrutura fundiária do Brasil, que mantinha uma forte concentração de terras nas mãos de poucos produtores, e pelo fato de a abolição haver ocorrido apenas em 1888.

No período de 1960 a 1975, o regime militar impôs severas regras ao funcionamento das cooperativas; cancelaram-se os incentivos tributários e aumentaram os favorecimentos do governo ao processo de mecanização do setor agrícola, fatores que

conduziram ao desaparecimento de várias cooperativas. A Constituição de 1988 vetou a intervenção do Estado no funcionamento e constituição das cooperativas. (SOUZA SANTOS, 2007).

Em 2005, vários movimentos sociais fundaram a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Esses movimentos não reconhecem a Organização Cooperativas Brasileiras (OCB) como única forma de representação do cooperativismo brasileiro.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2010) define os sete princípios e valores do cooperativismo:

- i) **Adesão voluntária e livre:** desde que estejam de acordo com o objetivo social da cooperativa, as organizações são abertas a todas as pessoas, sem distinção de gênero, raça, credo e condição social.
- ii) **Controle democrático dos membros:** participação ativa e democrática dos associados no estabelecimento de diretrizes políticas e na tomada de decisões. Essa participação pode ser individual, um homem/um voto, ou segundo a representação dos associados por determinado número de delegados credenciados.
- iii) **Participação econômica dos membros:** os membros devem contribuir equitativamente para o capital da cooperativa e controlá-lo democraticamente. Se as receitas forem superiores às despesas, aquelas devem ser distribuídas equitativamente entre os membros ou reinvestidas na própria cooperativa.
- iv) **Autonomia e independência:** sociedade autônoma controlada pelos sócios, podendo firmar convênios com outras instituições, desde que o controle e autonomia permaneçam nas mãos dos sócios.
- v) **Educação, formação e informação:** deve ser objetivo da cooperativa promover educação e formação no âmbito cooperativista e informar às sociedades as vantagens cooperativas.
- vi) **Intercooperação:** é necessário haver um intercâmbio de conhecimentos, informações e práticas entre cooperativas, de forma a melhorar seu potencial de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais.
- vii) **Interesse pela comunidade:** as cooperativas devem interessar-se pelo bem-estar da comunidade e trabalhar por seu desenvolvimento.

Lauschner (1994) conceitua cooperativismo como um modelo de economia solidária que procura maximizar o fator trabalho sobre o fator capital, significando que o cooperativismo é uma associação socioeconômica de pessoas destinada à produção de bens e

serviços. Para o autor, “a redução de custos em relação às receitas e a conquista de mercados privilegiados, como resultado da eficiência gerencial da cooperativa, redundará, portanto, em benefício dos produtores, isto é, em eficácia da empresa”, residindo aí, para a agricultura familiar, a principal razão da conveniência cooperativa em relação a empresas não cooperativas.

Para Lauschner, a união de agricultores familiares em cooperativas permite gerar economias de escala tanto local como globalmente, permitindo aos agricultores condições de concorrência com os setores oligopolizados do complexo rural.

Como forma de incentivo à organização produtiva dos agricultores, o MDS lançou o PAA, que traz como requisitos, para a aquisição de alimentos, a organização dos produtores em associações ou cooperativas. Apesar dos incentivos, uma das grandes dificuldades a serem superadas pela agricultura familiar é a de se organizar e conseguir sucesso no gerenciamento de seus empreendimentos agrícolas.

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de desenvolvimento não é recente; anos atrás, esse termo era utilizado para designar países com um forte crescimento econômico. Em 1987, o Relatório Brundtland, definido em assembléia geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), incrustou, no termo “desenvolvimento”, um novo olhar: a sustentabilidade. A nova expressão “desenvolvimento sustentável”, apesar do cunho ambiental, recobria também os problemas econômicos como a pobreza como um dos principais problemas ambientais do mundo. (SACHS, 2008).

Pereira (2003) conceitua o desenvolvimento como um processo de transformação econômica, política e social capaz de promover o crescimento do padrão de vida da sociedade de forma autônoma e automática. Para o autor, não faz sentido falar apenas de desenvolvimento econômico, ou político ou social; o desenvolvimento não ocorre de forma parcial. Se as ações econômicas promovidas não forem capazes de melhorar o social e o político e vice-versa, não foi alcançado o desenvolvimento.

Para Sen (2008), o desenvolvimento é visto como liberdade, sendo as principais fontes de restrição da liberdade: fome, pobreza, carência de serviços públicos, destituição social sistemática, carência de oportunidades econômicas, intolerância e repressão estatal.

Nessa visão, a liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento: a eliminação das privações de uma sociedade é a constituição do desenvolvimento.

Assim, “desenvolvimento” diferencia-se de “crescimento econômico”, pois o crescimento é visto como um fator quantitativo, mensurável no tempo, como o crescimento do PIB e renda *per capita*, enquanto o “desenvolvimento é um processo de longo prazo essencialmente qualitativo em suas modalidades e seus resultados”. O crescimento é limitado o desenvolvimento é ilimitado. (GÉNÉREUX, 2006).

Atualmente, o termo “desenvolvimento” é amplo e não se restringe a definir diferenças concernentes a crescimento econômico; as discussões sobre desenvolvimento englobam várias dimensões, tais como: sociais, culturais, institucionais, econômicas, políticas e ambientais, fazendo emergirem novos tipos de desenvolvimento, como o humano, o rural e o territorial.

De acordo com Ploeg (2000), o desenvolvimento rural na Europa vem sendo implementado como um novo modelo para o setor agrícola, com a meta de produzir bens públicos, sinergias com ecossistemas locais, maior valorização das economias de escopo em relação a economias de escala, com consequente aumento da pluriatividade das famílias rurais. O desenvolvimento rural propõe a criação de novos produtos e novos serviços, novos mercados, redução de custos, novas tecnologias, configurando-se, portanto, como um processo e multifacetado, multiníveis e com multiatores.

Os novos “esquemas” do desenvolvimento rural envolvem a agricultura familiar no sentido de diversificar e aglutinar. Primeiro, importa dar incentivo a todas as formas de diversificação de produtos e de atividades pelos agricultores familiares; segundo, é necessário que todas as atividades geradas a partir da diversificação se aglutinem de forma a garantir renda e condição social digna aos agricultores. Dessa forma, a dependência dos produtores não se apoiaria numa única fonte de ingresso. (SACCO DOS ANJOS, 2003)

Para Kageyama (2008), o desenvolvimento rural tem de específico o fato de se referir a bases territoriais, locais ou regionais nas quais interagem diversos setores produtivos e de apoio. Ainda de acordo com a autora, no Brasil a vertente desenvolvimento rural se apoia em quatro abordagens: i) Os agricultores familiares como empreendedores, inovadores, sendo responsáveis pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais; as instituições desempenham papel crucial no seu desenvolvimento; ii) Rurbanização: com ênfase nas atividades não agrícolas e pluriativas, agronegócio voltado à produção de *commodities* e à agroindústria ou atividades agrícolas voltadas para nichos de mercados; iii) A análise da

tradição política que dificulta as transformações estruturais e as de natureza sociocultural; iv) a que focaliza a integração dos pequenos produtores em cadeias agroindustriais.

O enfoque deste trabalho utiliza a primeira abordagem, que consiste na atribuição, à agricultura familiar, do papel de elemento principal no desenvolvimento rural. A essa ideia devem combinar-se diferentes aspectos: o econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o social, que se configura na obtenção de um nível de vida socialmente aceitável, e o ambiental, que consiste na diversificação de atividades.

Para Kageyama (2008), os elementos comuns dos enfoques do desenvolvimento rural consideram a presença:

- i) Integração mercantil com as cidades da própria região;
- ii) Agricultura familiar consolidada, combinada com descentralização urbana e industrial, gerando mercado local de consumo de produtos diversificados;
- iii) Pluriatividade das famílias rurais;
- iv) Diversidade de fontes de renda;
- v) Programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida;
- vi) Existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos, possibilitando a internalização de externalidades positivas.

Para Veiga (2001), os principais fatores que favorecem o desenvolvimento rural são:

- i) Menores desigualdades no acesso à terra e à educação e demais fatores que potencializem o crescimento da renda e a redução da pobreza;
- ii) Diversificação da agricultura de base rural, visto que esta tem muito mais chances de alavancar o desenvolvimento local;
- iii) Concentração espacial de atividades propícias para o dinamismo de áreas rurais;
- iv) Presença de arranjos institucionais adequados que permitam a valorização do território.

Nos últimos anos, os debates sobre desenvolvimento rural tinham o viés de pesquisas agrícolas, do agronegócio e seus mercados. Com a criação da SDT, o enfoque do desenvolvimento ganha uma abordagem territorial a partir da criação de “territórios rurais apoiados”.

2.4 TERRITÓRIO

Etimologicamente, o termo “território” vincula-se a “terra”, a “dimensões geográficas”. Por muito tempo, o termo foi sinônimo de poder, soberania e garantia de abrigo, e sua posse ou propriedade instigou batalhas, guerras políticas e religiosas. Mesmo hoje, está ligado à soberania de uma nação com relação a suas dotações naturais. Para além das questões geográficas, conceituar território hoje é destituir fronteiras e limites espaciais; é “necessário substituir a idéia de espaço homogêneo e a de posição geográfica pela posição relacional”. (SAQUET, 2007).

No contexto de Saquet (2007), a posição é relacional, pois advém de relações e interações sociais dos atores entre si e com o meio. Dessa forma, o território é produto de uma rede de relações, produções e interações, ainda que conflituosas, entre homem e meio, e essas relações assumem formas específicas no campo da política, da economia e da sociedade.

Observa-se, na formação do território, caracteres materiais e imateriais indissociáveis, que se constituem em duas dimensões de análise. A dimensão material do território é tida no sentido geográfico, como forma de explicar a área e os objetos apropriados pelo sujeito do território; a dimensão imaterial é percebida nas ações do sujeito, nas representações espaciais, ideologias, discursos políticos, manifestações culturais e outras formas de poder. (FERNANDES, 2005).

Muito além dos limites geográficos, a noção de território é composta de tessituras sociais, políticas e econômicas que determinam as relações de poder e as dinâmicas estabelecidas entre os atores envolvidos. Para Raffestin (1993), as relações sociais, políticas e econômicas estão de tal maneira incrustadas no território, que o privilégio de apenas uma é capaz de pôr em crise as bases territoriais.

Dessa forma, para o autor, definir os limites de um território é considerar a historicidade local, como as relações foram construídas e se desenvolvem, o modo de produção, as relações de troca e consumo, as “nodosidades”, as redes, os acessos e as influências políticas econômicas locais.

Para Reis (2006), é possível definir o que é território a partir da análise de três dimensões: de proximidade, densidade e polimorfismo estrutural. As dimensões proximidade e densidade representariam a identidade, a copresença, os dinamismos, os conflitos e as tendências. O polimorfismo estrutural seriam as relações de poder e o modo como o território se posiciona no mapa estrutural do mundo.

A relação entre território cultura é quase inseparável: é pela existência de uma cultura que surge o território. A cultura usa o território como fonte de disseminação; a cultura penetra no território e, a partir dele, delimita os espaços. O território no sentido social é produzido pelo homem: o homem territorializa os espaços com sua história, sua cultura.

Os atores territorializam os espaços por meio da criação de inúmeros signos, do passar das gerações, das atitudes e comportamentos que demonstram aos outros os limites de seu território. O território também está relacionado com as raízes, a formação, o povoamento. O homem, em coletividade, instala-se em determinada área e nela produz e reproduz suas condições de sobrevivência, de modo que a diversidade quantitativa e qualitativa dessa categoria é imensurável.

A identidade territorial está ligada ao sentimento de pertencimento, proveniente não só das relações econômicas e de apropriação, mas de ligações afetivas. O lugar passa a ser uma referência, a base da reprodução da vida. A tríade habitante-identidade-lugar determina que o território também seja um espaço de apropriação para a vida. (CARLOS, 1966)

O território, para Santos (2002), sempre compreenderá um espaço socialmente habitado, onde a história é contada a partir das ações e interações humanas, das relações de troca, de construção e reconstrução. Para o autor:

[...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...] (SANTOS, 2002)

No sentido da multiterritorialidade, é possível verificar vários territórios sendo formados em um só espaço, mediante a rede de relações e articulações sociais que se forma entre os atores. A múltipla territorialidade também implica as múltiplas identidades territoriais e relações de poder ocorrendo em um mesmo espaço, nem sempre ocorrendo com a participação dos mesmos atores.

A multiterritorialidade possui

[...] implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (HAESBAERT, 2004)

Para Haesbaert *apud* Barel (1986), o homem é um animal territorializador, capaz de produzir e habitar mais de um território. Segundo o autor, é raro apenas um território conter todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo; o homem pode vivenciar experiências em seu âmbito, no de uma família, no de um grupo ou no de uma nação, dotando-se, portanto, de multipertencimento territorial.

2.4.1 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO

A noção de território emergiu no repertório acadêmico e político como um recorte para se proporem políticas públicas que desencadeassem um processo de desenvolvimento rural. Esse enfoque impõe um pensamento da agricultura não somente como produtora de alimentos, mas também (e sobretudo) como detentora de um papel maior em relação a questões econômicas, sociais, institucionais e ambientais.

Na perspectiva de Schneider e Tartaruga (2004), o território é um espaço possível para se explicarem as dinâmicas econômicas, ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento. Nesse contexto, o espaço territorial é um lugar onde se realizam as cooperações entre empresas, a divisão social do trabalho, ou seja: um lugar onde se reencontram as formas de mercado e as formas de regulação social. Para Schneider, “o território é um componente permanente do desenvolvimento”.

O instituto LEADER alargou o conceito de território ao recusar determinadas condições biofísicas e limites político-administrativos. Em sua abordagem, território é uma construção social, com uma identidade que une os atores e uma imagem que está presente nas relações entre os atores do território e com atores externos. (FERREIRA, 2010).

Para Adib (2005), a abordagem territorial do desenvolvimento favorece a combinação da proximidade social com a diversidade social dos atores, melhorando a articulação dos serviços públicos e os acessos ao mercado interno, e é nesse contexto de identidade e coesão social e territorial que o capital social é formado.

A abordagem territorial, de acordo com a SDT (2010), implica que o desenvolvimento não seja pensado apenas como crescimento econômico, mas que envolva também questões sociais, culturais e ambientais. Assim, nesse contexto, o desenvolvimento territorial compreenderia algumas dimensões, tais como:

- i) *Dimensão econômica*: Capacidade de inovar com eficiência, diversificação e articulação para gerar emprego e renda, fortalecimento das cadeias produtivas e integração de redes de pequenos empreendimentos;
- ii) *Dimensão sociocultural*: maior equidade social, participação de cidadãs e cidadãos na estrutura de poder, levando em consideração a história, valores e cultura do território, respeito à diversidade e a melhoria da qualidade de vida;
- iii) *Dimensão político-institucional*: desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, renovação das institucionalidades, ressaltação do conceito de governabilidade democrática e promoção do exercício da cidadania;
- iv) *Dimensão ambiental*: O meio ambiente é compreendido como ativo do desenvolvimento, utilização de uma base sustentada de recursos, assegurando a sua disponibilidade também para gerações futuras.

Abramovay (2005) considera como principal tarefa das organizações territoriais a inclusão de novas formas de incentivo às atividades locais que ampliem a capacidade de os mais pobres se inserirem em mercados mais dinâmicos e desfrutarem de melhores oportunidades em suas vidas cotidianas. Segundo o autor, “o maior desafio do desenvolvimento territorial não está apenas na valorização de ativos e recursos específicos de certas regiões e sim na sua conversão em base para mudar a qualidade da inserção social dos mais pobres”.

O MDA (2005) sugere que um dos principais desafios éticos da sociedade brasileira é banir a miséria e a fome de sua população. Esse desafio pode ser alcançado com mecanismos de inclusão digna da população no processo de desenvolvimento do país. As assimetrias de oportunidades no processo de desenvolvimento têm produzido, no meio rural brasileiro, o maior contingente de pobres e excluídos.

Assim, o desenvolvimento territorial deve superar o crescimento segmentado e intermitente; deverá criar iniciativas para diminuir a falta de oportunidades e de capacidades, derrubar barreiras sociais e políticas, valorizar recursos e pessoas e, dessa forma, promover uma harmonização da cultura e crescimento endógeno. (MDA, 2005).

Shejtman e Berdegú (2004, p.4) destacam os elementos que devem ser levados em consideração nas políticas de desenvolvimento territorial:

- i) *Competitividade*: determinada por uma rápida difusão do progresso técnico e do conhecimento, é uma condição necessária às unidades de produção. Ser competitivo

- significa superação da pobreza e capacidade de geração de emprego e renda para garantir melhores condições de sobrevivência das famílias rurais;
- ii) Inovação tecnológica: com a capacidade de elevar a produtividade, agregar valor, gerenciar relações com o mercado e aumentar a eficiência na transformação de insumos em produtos, é um determinante crítico para inclusão da população rural pobre;
 - iii) Caráter sistêmico: determina que o desenvolvimento dependa do ambiente em que as unidades estão inseridas; nesse ambiente, atuam multiatores e as articulações são multissetoriais;
 - iv) Demanda externa do território: é um motor de transformação da produção interna. Reduzido somente a demanda interna (especialmente quando é pobre), um território pode terminar condenado a reproduzir somente o ciclo de sua produção precária;
 - v) Vínculo entre urbano e rural: essencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas;
 - vi) Desenvolvimento institucional: é determinante para o desenvolvimento territorial, especialmente quando relacionado às relações sociais de reciprocidade, baseadas na confiança, identidade cultural e participação em redes. As instituições são os elementos que ligam os projetos de desenvolvimento rural e são indispensáveis aos desafios que o desenvolvimento tem a superar, que consistem na criação de oportunidades e benefícios aos marginalizados pelas relações de poder.

Para Abramovay (1999), a agricultura familiar representa a melhor forma de ocupação de territórios rurais, desde que alicerçada por um forte aparato institucional, com condições dignas de acesso a terra e alternativas de comercialização que não exponham suas fragilidades às flutuações mercantis. O apoio institucional à agricultura familiar e à mobilização de forças sociais deve conduzir à valorização rural e, a partir daí, fazer nascerem novas instituições capazes de promover desenvolvimento em regiões marcadas pelo atraso e abandono.

Dessa forma, algumas mudanças devem ocorrer na formulação de políticas públicas no Brasil, passando pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar e do acesso a terra como mecanismo de combate à pobreza e à fome no meio rural. O reconhecimento dessa categoria como multiplicadora de oportunidades, de valorização e integração do território potencializa o desenvolvimento e combate à exclusão social no campo (MDA, 2005).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 INFORMAÇÕES DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do estudo. O cenário que permeia esta pesquisa são os municípios integrantes do território Consad Vale do Ivinhema de Mato Grosso do Sul, e os atores, os agricultores familiares da região que, por meio de diferentes formas de relações sociais e comerciais, constroem as bases do desenvolvimento rural.

A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como um estudo exploratório-descritivo. Segundo Triviños (1987), para desenvolver um estudo descritivo torna-se necessária a realização de um estudo preliminar exploratório. Dessa forma, visando a informações sobre os agricultores familiares atuantes em circuitos curtos no Vale do Ivinhema, questionários foram enviados à AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) de cada município para obtenção de dados necessários à pesquisa de campo.

Num segundo momento, a pesquisa foi descritiva e analítica, visando à riqueza das informações sobre o local do estudo, pois, conforme Saquet (2007), descrever um território não é somente identificar as relações sociais e comerciais travadas em um solo. Para compreender por que e como as dinâmicas se desenvolveram, torna-se necessário conhecer a historicidade e as vantagens comparativas locais. De acordo com Collis e Hussey (2005), esse tipo de pesquisa é usado para obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão.

A característica analítica da pesquisa emerge da necessidade de aprofundamento científico, o que impulsiona o pesquisador a ir além da descrição, buscando analisar e explicar por que ou como os fatos estão acontecendo. Por ser a agricultura familiar uma categoria multifuncional, procurou-se a exploração de contradições e paradoxos em um espaço no qual a realidade pode ser socialmente construída.

Quanto ao paradigma de pesquisa predominante, foi o qualitativo, considerado adequado na identificação de culturas e comportamentos (VIERIA; ZOUAIN, 2006); no entanto dados secundários estatísticos foram considerados para descrever as variações dos indicadores em períodos determinados.

Os procedimentos de natureza qualitativa fundamentam-se no paradigma fenomenológico e traduzem-se numa série de técnicas interpretativas que procuram descrever,

decodificar, traduzir e entender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos que ocorrem com relativa naturalidade no mundo social. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

O universo de pesquisa compreendeu agricultores familiares residentes em assentamentos rurais nos municípios integrantes do território Consad Vale do Ivinhema. Optou-se por esse recorte de análise pela representatividade. De acordo com o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2010), há 3426 estabelecimentos rurais familiares no Consad Vale do Ivinhema e, segundo o INCRA (2010), foram assentadas 3548 famílias em propriedades rurais na região. As divergências entre dados oficiais são explicadas pelas diferenças de períodos de análise, sendo o censo agropecuário realizado a cada dez anos e a atualização de dados do INCRA, constante.

3.2 DA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo utilizou-se de dados primários e secundários como fonte de informações. O passo da coleta de dados, de acordo com Vergara (2006), estabelece as fronteiras do estudo; por meio da identificação dos dados necessários, definem-se os instrumentos de coletas mais adequados. Para Cooper e Shindler (2003), os dados constituem-se nos fatos apresentados ao pesquisador a partir da definição do ambiente de estudo. Os tipos de dados a serem coletados consistem em variáveis importantes, segundo Creswell (2007).

Os dados primários são buscados por sua proximidade com o fenômeno e o controle sobre o erro; os dados secundários, por sua vez, correspondem a uma fonte econômica e rápida de informações sobre problema de pesquisa. (COOPER; SHINDLER, 2003).

Os dados secundários foram obtidos nos censos demográficos e agropecuários do IBGE 85/95/2006. Também se utilizam os dados do IPEA e da SEMAC e ZEE/MS e de outras fontes secundárias, bem como bibliografia especializada no assunto. Neste levantamento, foram identificados:

- i) Documentos públicos e privados que detinham alguma relação com o objeto e pesquisa;
- ii) Estatísticas econômicas, rurais e demográficas disponíveis em órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

A coleta de dados primários foi realizada no período compreendido entre os meses de março e novembro de 2010, com instrumentos de coleta de dados. Os questionários

semiestruturados (APENDICE A) são caracterizados por um roteiro de perguntas abertas, aplicados por meio de entrevistas. O uso de questionário semiestruturado em pesquisa qualitativa justifica-se pela vantagem de se obterem informações não questionadas nas perguntas. Essa técnica possibilitou observar a interação entre as famílias. A liberdade das respostas possibilitou ao pesquisador colher informações preciosas enunciadas entre um relato e outro, entre uma história e um acontecimento importante que marcou a vida do entrevistado.

A determinação da amostra foi intencional ou não probabilística. Assim, a definição da amostragem obedeceu ao emprego do método “bola de neve” ou de rede, muito utilizada em estudos fenomenológicos, em que, a partir da identificação de um elemento relacionado com o objeto de estudo, o pesquisador coleta informações para definição dos demais elementos da amostra. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A coleta de dados primários ocorreu em três momentos:

- i) Primeiramente, pela aplicação de cinco (5) questionários a informantes-chave da AGRAER, nos municípios integrantes do território Consad Vale do Ivinhema (Nova Andradina, Anaurilândia, Taquarussu, Bataguassu e Batayporã). Esses questionários foram enviados por correio eletrônico.
- ii) Num segundo momento, com base nas informações colhidas com os técnicos da AGRAER, foram entrevistados seis (6) informantes-chave: a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o representante do Consad em Taquarussu, o representante do Consad em Batayporã, o presidente da associação de moradores do assentamento Santa Irene, em Anaurilândia, a presidente da associação de mulheres produtoras do assentamento Montana, em Bataguassu, e o presidente da cooperativa de leite do assentamento Santa Olga. Todas as informações colhidas nessas entrevistas possibilitaram ao entrevistador delimitar o objeto de estudo e identificar os agricultores familiares componentes da amostra dos circuitos curtos
- iii) Na última fase, foram entrevistados 36 (trinta e seis) agricultores familiares, distribuídos em onze assentamentos rurais, nos cinco municípios do Consad Vale do Ivinhema. Nessa etapa, foram percorridos mais de 1000 km de estradas, muitas vezes em péssimas condições de tráfego, como no município de Taquarussu, em que o assentamento Bela Manhã fica a mais de 50 km do centro urbano.

Quadro 2. Relação de entrevistados Consad Vale do Ivinhema (2010)

Município	Assentamento	Técnico Agraer	Informante Chave	A. Familiares
Nova Andradina	Casa Verde	1	1	3
	Santa Olga			10
Batayporã	São Luiz	1	1	3
	Mercedina			3
	São João			2
Bataguassu	Montana	1	1	6
Taquarussu	Bela Manhã	1	2	2
Anaurilândia	Santa Ana	1	1	3
	Santa Irene			4
Total		5	6	36

Fonte: Elaborado pela autora

A identificação dos agricultores familiares atuantes em circuitos curtos foi realizada por meio do diagrama de redes sociais, onde cada agricultor apontava vizinhos, parentes ou conhecidos como possíveis elementos da amostra, porém, muitas vezes, em decorrência das dificuldades de acesso e da falta de conhecimento, éramos guiados até estes pelos próprios entrevistados. A amostra teve limitações decorrentes do período em que foram realizadas as entrevistas, semana do feriado de finados, quando muitos agricultores apontados como elementos da amostra estavam ausentes por terem se deslocado até municípios vizinhos.

A característica qualitativa da pesquisa impõe ao pesquisador a utilização de regras não muito precisas para analisar os dados. O contexto social em que se inserem os atores são complexos, de modo que modelos prontos não podem ser considerados. A análise de dados qualitativos exige do pesquisador a capacidade de interpretação necessária à (re)construção da realidade observada, ou seja: o pesquisador deve adaptar o modelo ao ambiente de pesquisa e não os pesquisados ao modelo. (DEMO, 1995).

Dessa forma, os dados foram analisados e interpretados com base na percepção do ator sobre a realidade vivida, seus problemas e possíveis soluções. Nesse contexto, o modelo deixa de ter relevância, e a construção conjunta entre pesquisador e pesquisado passa a direcionar os resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONSAD VALE DO IVINHEMA

4.1.1 Formação do Estado de Mato Grosso do Sul

Em 1940, praticamente todos os 43 milhões de brasileiros viviam no litoral; tudo o que se conhecia sobre o interior do país era permeado por mitos de índios comedores de gente, por riquezas e pela existência de uma imensidão territorial incalculável. O sentimento nacionalista estimulado por Getúlio Vargas com a criação do Estado Novo chocava-se com a necessidade de preenchimento de um vazio demográfico do interior do país, que, cada vez mais, era alvo de interesses de garimpeiros e de autoridades estrangeiras. (VESENTINI, 1986).

A Marcha para Oeste representava uma continuidade às obras iniciadas pelos bandeirantes e consistia na conquista e ocupação da terra, impulsionada por objetivos ousados: ocupar a Amazônia, interiorizar a capital do país e promover o desenvolvimento econômico do Brasil central.

Muito além do sentimento nacionalista, a Marcha para Oeste era uma tentativa de resolver problemas econômicos representados por uma grande massa de desocupados nos grandes centros urbanos. Muitos acreditaram nas promessas de terras e riquezas extraordinárias e partiram rumo ao Oeste para desbravar terras desconhecidas, com a assistência do Estado, a que cabia fazer coincidirem as fronteiras econômicas e as fronteiras políticas. (MOTTA, 2005).

A necessidade de ocupar o Oeste e reduzir as correntes migratórias para o litoral contribuiu para a construção de estradas que direcionavam fluxos de migrantes do nordeste do país para o norte da Amazônia e de sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) para o centro-oeste. Dessa forma, sulinos chegaram ao então estado de Mato Grosso e, com estes, as atividades voltadas à pecuária e agricultura. (VIALOU, 2006).

O Estado de Mato Grosso, pela sua proximidade com o sul da Amazônia, desenvolveu-se especialmente na região norte; a parte sul era praticamente desvinculada do resto do país e recebia nítida influência dos povos da fronteira: os paraguaios e bolivianos.

As fronteiras “secas” do sul de Mato Grosso com o Paraguai e Bolívia tornaram-se motivo de preocupação. De acordo com Abdala Junior e Scarpelli (2006), percebia-se uma falta de identidade nacional nos habitantes da fronteira: a identificação com o resto do país era quase nula. Segundo os autores, “era necessário imprimir a fronteira um padrão mínimo de brasilidade, civilidade e modernidade e, sobretudo, de homogeneidades étnica, linguística, cultura, moral e religiosa”.

Assim, em 11 de outubro de 1977 foi criado, pela Lei Complementar nº31, sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel, o Estado de Mato Grosso do Sul. A criação do novo estado deu-se pela divisão do então Estado de Mato Grosso, instituindo-se, por lei, o que na prática já ocorria, em virtude das grandes diferenças sociais e econômicas existentes entre o norte e o sul. (MRE, 2010).

Mato Grosso do Sul passou a existir como unidade federativa somente em 1º de janeiro de 1979, sendo necessários quase dois anos para que o recém-criado estado estabelecesse sua legislação e suas instituições, uma vez que todo o aparato político-institucional era quase restrito a Cuiabá, capital de Mato Grosso.

A chegada de mineiros e paulistas e das atividades de pastoreio, em 1899, e, posteriormente, de sulistas, contribuiu definitivamente para o desenvolvimento das atividades de pecuária e agricultura e da formação política e social de Mato Grosso do Sul, primitivamente povoado por indígenas.

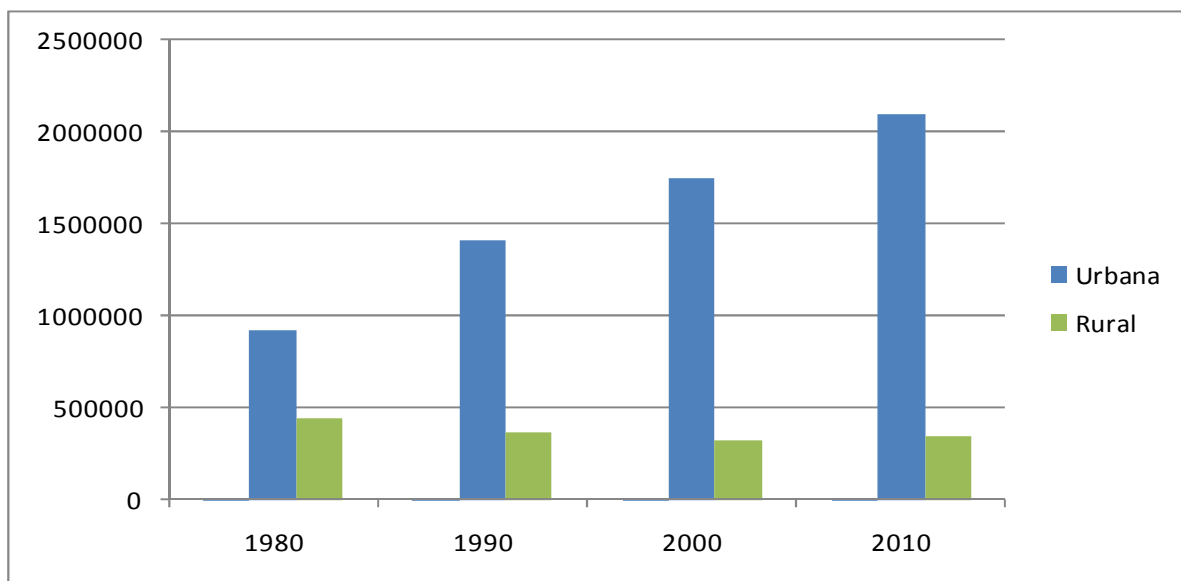
4.1.1.1 Mato Grosso do Sul

De acordo com o censo demográfico (IBGE, 2011 f), a população do Estado de Mato Grosso do Sul foi estimada em 2.449.341 habitantes, distribuídos por uma área de 357.146,8 km², com densidade populacional de 6,85 hab/ km². A área do estado representa 4,19 % do território nacional e 22,23% da região centro-oeste.

A área do estado está dividida em 78 municípios, fazendo fronteira com os estados brasileiros de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás, bem como com os países limítrofes Paraguai e Bolívia. A planície pantaneira abrange nove municípios e ocupa 25,01% (89.318 km²) de área no estado; 64,6% do bioma pantaneiro encontram-se em MS.

O estado tem forte potencial turístico, merecendo destaque a região pantaneira, o município de Bonito, a serra de Bodoquena, a capital, Campo Grande, entre outros, regiões em que predominam o turismo ecológico e o de negócios.

Figura 6. Distribuição da população de Mato Grosso do Sul por zonas urbanas e rurais



Fonte: IBGE/ Censo Demográfico (1980/1990/2000/2010)

A Figura 6 demonstra, segundo o IBGE, a relação rural e urbana. A população urbana nas últimas três décadas cresceu 128%, enquanto a população rural teve uma queda de 18,76% entre 1980 e 1990 e permaneceu estável entre 1990 e 2010. As transformações do rural entre 1980 e 1990 podem ser explicadas pelas políticas de desenvolvimento agrícola implantadas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Essas políticas, além de promover o desenvolvimento agrícola no estado, também favoreceram o surgimento de núcleos urbanos.

A definição de “rural”, nesse contexto, é contestada por Eli da Veiga. Para o autor, o critério de definição de rural no país “considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais”. (VEIGA, 2001).

Outro recorte de análise do estado refere-se aos seus indicadores: o IDH médio do estado equivale a 0,778, o que o coloca como o sétimo melhor do país; a taxa de analfabetismo atinge cerca de 13,6% da população; o abastecimento de água é realizado em 97,8% dos domicílios, mas apenas 18,4% têm acesso à rede coletora de esgoto; a coleta de lixo é realizada diretamente em 88,2% dos municípios.

Os principais produtos minerais encontrados no estado são: argila, basalto, ferro, manganês, calcário (maior reserva do país), granito, mármore, areia e cascalho, cobre, pedras britadas, quartzo, calcita, filito e outras pedras naturais. A principal fonte de arrecadação de ICMS no estado é obtida pela atividade comercial, com 61,7% das receitas, seguida do setor de serviços, com 13,9%.

O estado possui o terceiro maior rebanho de bovinos do Brasil, destacando-se também na produção de soja e cana-de-açúcar, 5º e 4º maior produtor, respectivamente.

4.1.1.2 Estrutura fundiária do Estado

Não há dúvidas sobre a principal atividade produtiva nos estabelecimentos rurais do estado: a pecuária é praticada em 75% dos estabelecimentos e ocupa 84,1% das áreas; a agricultura corresponde a 23,6% dos estabelecimentos e abrange uma área de 14,5%. Também merecem destaque as atividades de silvicultura, pesca e aquicultura. (IBGE / SEMAC 2010).

Quadro 3. Estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul por grupo de área (2006)

Estabelecimentos agropecuarios por grupo de área		
Especificação	Estabelecimentos	Área (hectares)
de 0 a menos de 20 há	24.872	236.625
de 20 a menos de 100 há	17.801	701.890
de 100 há a menos de 1.000 há	15.286	5.995.105
de 1.000 há a menos de 2500 há	4.150	6.405.129
de 2.500 há a mais	2.453	16.718.198
Produtor sem área	300	-
Total	64.862	30.056.947

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 2006

Em Mato Grosso do Sul, os pequenos estabelecimentos rurais (menos de 100 hectares) representam 65,7% das propriedades e ocupam menos de 4% das áreas. Os proprietários com mais de 2.500 hectares correspondem a 4%, ocupando 55,6% das áreas. A agricultura familiar no estado representa 64% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares e ocupa menos de 4% das áreas, enquanto em regiões do Rio Grande do Sul onde a agricultura familiar é mais desenvolvida esse número é de 33% das áreas agricultáveis e 86% dos estabelecimentos. (IBGE, 2010a).

Até 1995, existiam no estado aproximadamente 23 assentamentos rurais. Nos últimos 15 anos, mais de 690 mil hectares foram desapropriados para fins de reforma agrária; desde então, 177 projetos de assentamentos rurais foram implantados no estado. (INCRA, 2010).

Quadro 4. Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários por área (hectares)

Utilização das terras nos estabelecimentos (1985-2006)			
Especificação	1985	1995	2006
Lavouras permanentes	28.501	16.215	60.745
Lavouras temporárias	1.874.469	1.367.496	2.123.088
Pastagens Naturais	9.658.224	6.082.778	6.197.149
Pastagens Plantadas	12.144.529	15.727.930	14.746.665
Matas e/ ou Florestas Naturais	4.170.597	5.696.659	5.982.648
Matas Plantadas	45.151	181.080	101.822

Fonte: IBGE/ Censo Agropecuário 85/95/ 2006

O quadro 4 demonstra as transformações agropecuárias que estão ocorrendo no estado, o crescimento das áreas destinadas a lavouras, em especial às culturas temporárias, como a cana-de-açúcar, a soja e o milho. Observa-se o crescimento de pastagens em áreas plantadas e o decréscimo do uso de pastagens naturais. A utilização das pastagens no estado é quase exclusiva para a bovinocultura de corte e, em menor escala, para a bovinocultura de leite.

Embora a atividade pecuária seja exercida há muito tempo no estado, a produtividade média por hectare é considerada muito baixa: 68 cabeças por km². O crescimento das áreas de matas e florestas plantadas pode ser um indício do processo de reflorestamento observado em algumas áreas, como na região do Bolsão, que ultimamente recebeu unidade de processamento de celulose.

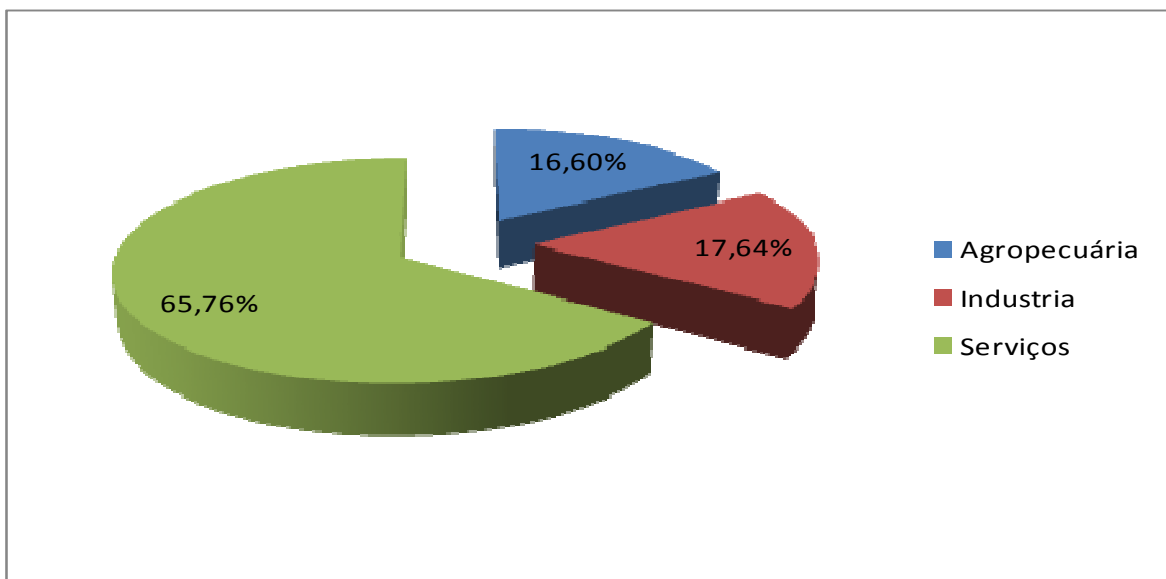
4.1.1.3 Dados econômicos de Mato Grosso do Sul

O Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul apresentou, em 2008, um crescimento de 6,36% a.a, ultrapassando a soma de 33 bilhões de reais e superando a taxa de crescimento nacional, que alcançou 5,1% a.a no mesmo período.

O bom desempenho do PIB de Mato Grosso do Sul no período reflete o desempenho da indústria nos últimos anos, que só em 2008 acumulou alta de 12,61%. As atividades industriais que mais se destacaram foram a indústria de utilidade pública e indústria de transformação e construção civil. (SEMAC, 2011).

O setor de serviços teve um crescimento de 4,65% em 2008, seguido do setor agropecuário, com desempenho de 3,61%. Mato Grosso do Sul ocupa a 17^a posição no *ranking* do PIB, e a 10^o no PIB *per capita*.

Figura 7. Distribuição do PIB de Mato Grosso do Sul por setores da economia (2007)



Fonte: IBGE (2011)

O setor de agropecuária acumulou, nos anos anteriores a 2008, taxas negativas, decorrentes de flutuações do agronegócio, que sofreu efeitos climáticos e de concorrência no mercado internacional. O crescimento do PIB da indústria em 2008 teve como principal fator o crescimento de produtos minerais.

Embora os acúmulos do PIB de forma geral evoluam positivamente, o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) no estado apontou aspectos críticos a ser melhorados, entre eles a falta de infraestrutura logística e de apoio à produção, baixo dinamismo econômico da região, cadeias produtivas desestruturadas, concentração de terras e rendas, política fiscal. (ZEE – MS, 2010).

4.1.2 Consad Vale do Ivinhema

O território CONSAD Vale do Ivinhema situa-se ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo os municípios de Nova Andradina, Taquarussu, Batayporã, Bataguassu e Anaurilândia. Criado em 2004, a partir de um acordo de cooperação técnica entre três esferas de governos: federal, estadual e municipal, o território CONSAD tem, como objetivo principal, fortalecer e ampliar ações de segurança alimentar e desenvolvimento local e, como objetivos específicos, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de ocupação

e renda aos agricultores, o acesso a alimentos de qualidade e a ampliação da oferta nos mercados municipais integrantes do território.

Os cinco municípios integrantes do Consad Vale do Ivinhema têm, de acordo com o IBGE (2009), sua população estimada em 88.259 habitantes, o que corresponde a menos de 4% da população do Estado. Nos aspectos sociais, os municípios apresentam densidade populacional média de 5,86 habitantes/quilômetro quadrado de área, com expressiva presença de população rural no município de Anaurilândia (45,38% do total da população), seguido de Taquarussu (32,53%), Batayporã (28,92%), Bataguassu (25,48%) e Nova Andradina (15,99%). Não foi constatada a presença de populações indígenas e quilombolas.

De acordo com a OCDE, os indicadores sociais representam as respostas da sociedade a programas e políticas adotadas pelo governo. Nesse sentido, o IDH representa o nível de qualidade de vida e as respostas da sociedade em relação a renda, educação e longevidade. Um IDH alto corresponde a valores superiores a 0,80, e o IDH médio dos municípios do Vale do Ivinhema é de 0,731, considerado um índice médio, mas inferior à média do Estado e do Brasil, que corresponde a 0,778 e 0,766, respectivamente.

A taxa de analfabetismo média do território ultrapassa 15% da população, o que o situa acima da média do estado, que corresponde a 13,6%. A baixa taxa de alfabetização da população do CONSAD não ocorre de forma homogênea em todos os municípios; Nova Andradina apresenta taxa de 89,2% de alfabetizados, enquanto Taquarussu possui taxas inferiores a 80%. (IBGE, 2010).

No território, observa-se o papel do estado na promoção de educação, especialmente em relação ao ensino de nível médio e fundamental, ficando as prefeituras com o papel de oferecer educação básica e ensino fundamental.

Quadro 5. Estabelecimentos educacionais Consad Vale do Ivinhema em 2009

Relação	Estaduais	Municipal	Privado	Total
Escolas	19	33	12	64
Matrículas Ens. Pré Escolar	-	1.743	291	2.034
Matrículas Ens. Fundamental	7.528	6.806	617	14.951
Matrículas Ens. Médio	3.184	-	65	3.249
Docentes	670	451	125	1.246

Fonte: Censo Educacional/ INEP 2009

Em relação ao ensino superior, este é ofertado por duas universidades públicas, sendo uma federal e a outra estadual, e também por universidades privadas. Estas oferecem a modalidade de ensino a distância. Embora o ensino superior esteja presente no território, nenhum curso está diretamente relacionado à principal atividade econômica da região, a pecuária.

A situação da saúde reflete as condições encontradas nos demais municípios do interior do estado. De acordo com dados da SEMAC (2010), o número de leitos disponível no território é 188 (2,13/1000 hab), valor que está abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 4,5 leitos a cada mil habitantes.

Outros fatores que impactam sobre a saúde são a destinação do lixo e o abastecimento de água. Com relação ao primeiro, apenas 76% dos domicílios são atendidos pela coleta de lixo, enquanto o abastecimento de água é oferecido a 79% dos domicílios do território.

Os municípios apresentam ocorrências minerais muito parecidas, com destaque para terras arenosas e argilosas. Em relação à principal atividade econômica desenvolvida nos estabelecimentos rurais dos municípios investigados, constatou-se que, em todas as localidades, a pecuária é a principal ocorrência, com destaque para os municípios de Nova Andradina e Anaurilândia, que concentram os maiores rebanhos. (SEMAC, 2010).

Quanto aos estabelecimentos comerciais, tem-se relativo destaque dos municípios de Nova Andradina e Bataguassu, que atualmente, somados à região de Anaurilândia, exercem também protagonismo no setor sucroalcooleiro, com a presença de usinas de açúcar e álcool nesses territórios. No quesito estabelecimentos industriais, também se tem o destaque desses municípios.

No que se refere às ocorrências vegetais dos municípios, tem-se a presença das culturas da soja e milho na maioria deles, com exceção de Bataguassu, que se destaca pela produção de mandioca, e de Nova Andradina, que desponta na produção de cana-de-açúcar.

4.1.2.1 Estrutura fundiária

Apesar dos avanços que a reforma agrária brasileira proporcionou nos últimos anos a Mato Grosso do Sul, no que diz respeito à distribuição de terras, passando de 140 mil há, em 1994, para mais de 690 mil, em 2009, com relação às terras disponibilizadas para assentamentos, a concentração de terras nas mãos de poucos ainda é notória. (INCRA, 2010). No CONSAD Vale do Ivinhema, 73% dos agricultores familiares ocupam apenas 9% das

terras, enquanto 27% da agricultura não familiar dispõem de 91% das terras dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários do Consad Vale do Ivinhema (2006)

Estabelecimento e área da agricultura familiar e patronal				
Municípios	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Anaurilândia	314	10 114	315	218 372
Bataguassu	545	15 093	183	159 351
Batayporã	504	13 111	233	155 188
Nova Andradina	1 908	52 498	484	407 220
Taquarussu	155	4 143	57	62 439
Total Consad	3 426	94 959	1 272	1 002 569

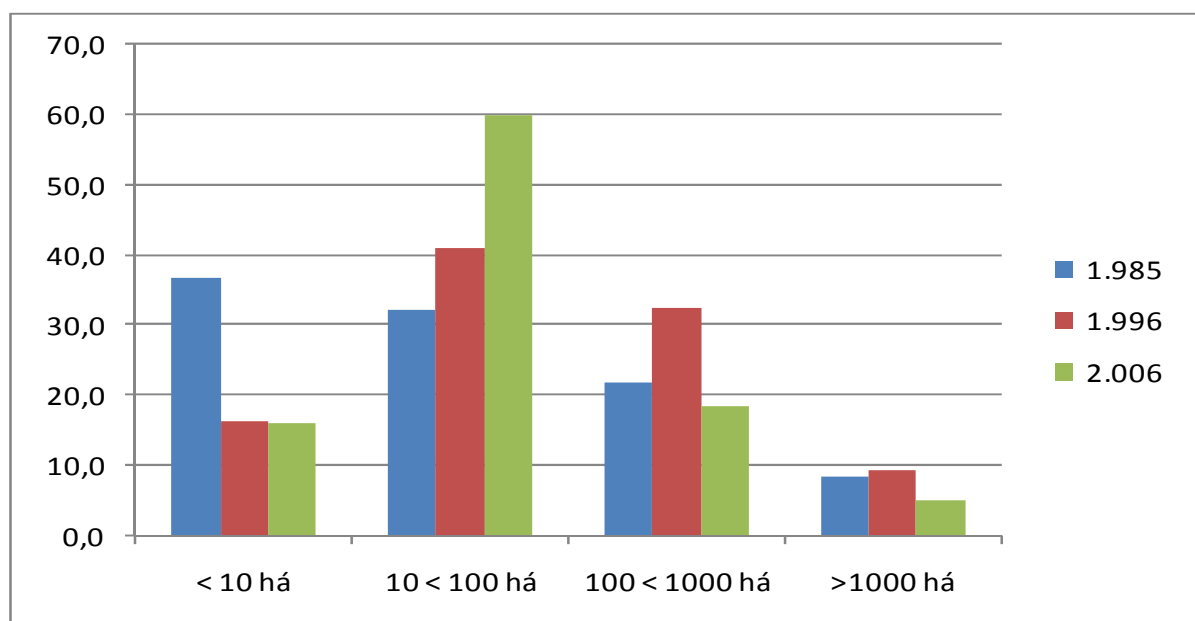
Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE)

Observa-se, na tabela, que, no município de Anaurilândia, a agricultura familiar possui a maior área média, aproximadamente 32 hectares por família, ao passo que a menor área foi encontrada no município de Batayporã 26 hectares.

Na última década, verifica-se um crescimento acelerado das propriedades com menos de 100 hectares, que, no território, representam 66% do total. As áreas com 100 hectares ou mais vêm diminuindo, mas não se pode dizer, pela análise desses dados, que o crescimento das áreas com menos de 100 hectares seja responsável pela redução do número de médias e grandes propriedades. Esse processo pode ter sido acentuado por incorporação de áreas (Figura 8).

Se, no entanto, analisarmos a Figura 8 conjuntamente com a Figura 9, podemos verificar que a diminuição de propriedades com mais de 100 hectares pode refletir a diminuição das áreas destinadas à pecuária, especialmente se considerarmos que, nos últimos anos, as fazendas desapropriadas pelo INCRA no CONSAD representam grandes áreas destinadas à bovinocultura de corte. Nesse aspecto, merece destaque a desapropriação da fazenda Teijin, em Nova Andradina, com mais de 60 mil hectares.

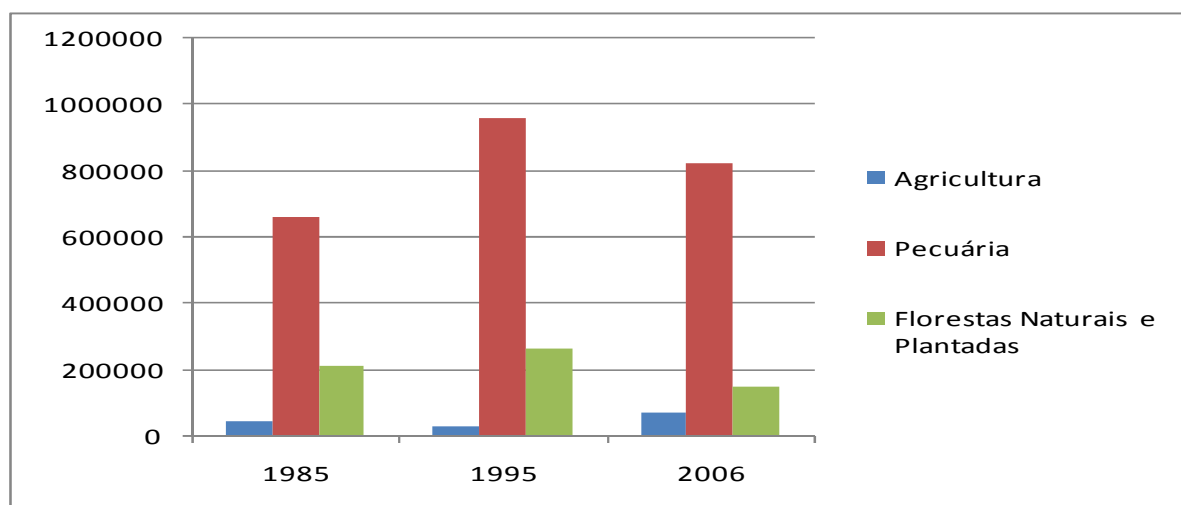
Figura 8. Distribuição de estabelecimentos agropecuários conforme área (hectares)



Fonte: SIDRA/IBGE 2010; SEMAC (2010)

As áreas destinadas à produção agropecuária têm demonstrado, nos últimos anos, uma sensível redução. Observou-se um crescimento das áreas destinadas à agricultura e uma redução das áreas de pastagens e destinadas à pecuária. O crescimento da agricultura deve-se à implantação de usinas na região e ao crescimento das lavouras de cana-de-açúcar. No município de Nova Andradina, estima-se que alguns produtores deixaram de praticar a pecuária para dedicar-se à produção de cana-de-açúcar.

Figura 9. Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários por hectares (2006)



Fonte: Censo Agropecuário 85/95/2006 (IBGE, 2010)

Apesar da redução nas áreas destinadas à bovinocultura de corte, a pecuária é a principal atividade econômica da região, com uma densidade média de 97,9 cabeças por km², sendo essa média superior à do Estado.

Em uma área de mais de 103 mil hectares, foram implementados, no CONSAD Vale do Ivinhema, 17 projetos de assentamentos rurais. Esses projetos representam 6,5% da área do território ocupado por 3.548 famílias. No município de Nova Andradina, concentra-se a maior área de reforma agrária e o maior número de famílias assentadas, o que pode ser atribuído à desapropriação da antiga fazenda Teijin, que representava 60 mil ha de terras.

Localiza-se também em Nova Andradina o assentamento rural mais desenvolvido. Fundado em 1987, o assentamento Casa Verde já se encontra emancipado pelo INCRA e o crescimento do povoado foi capaz de elevar o Casa Verde à categoria de distrito.

Quadro 6. Relação de assentamentos do Consad Vale do Ivinhema (2010)

Município	Assentamento	Data da Criação	Hectares	Nº Famílias	Média ha/Família
Anaurilândia	Santa Irene	27/03/2000	2.473,26	72	34,35
	Esperança	12/07/2004	4.074,56	270	15,09
	Barreiro	23/10/2006	3.570,71	280	12,75
	Santa Ana	30/10/2008	2.894,77	72	40,21
Bataguassu	Santa Clara	04/12/1997	4.353,33	156	27,91
	Aldeia	03/09/1998	10.718,23	217	49,39
	Santa Paula	26/11/1998	590,00	89	6,63
	Montana	08/07/1998	1.567,77	70	22,40
	Rural Aruanda	30/10/2008	3.857,65	67	57,58
Batayporã	São Luiz	22/07/1994	1.599,61	114	14,03
	São João	11/03/1996	856,16	58	14,76
	Mercedina	10/07/1996	803,24	56	14,34
Nova Andradina	Casa Verde	22/12/1987	29.859,99	471	63,40
	Teijin	26/07/2002	28.497,82	1126	25,31
	São João	23/04/2004	4.011,90	180	22,29
	Santa Olga	28/06/2004	1.488,30	170	8,75
Taquarussu	Bela Manhã	11/11/2005	1.862,36	80	23,28
Total Consad			103.079,67	3.548	29,05

Fonte: INCRA (2010)

Os assentamentos rurais mais estruturados possuem em geral mais de oito anos de implementação. Verificou-se, durante a pesquisa de campo, que os assentamentos com menos de quatro anos de criação ainda carecem de infraestrutura básica, tais como: moradia, abastecimento de água, energia, entre outros aspectos.

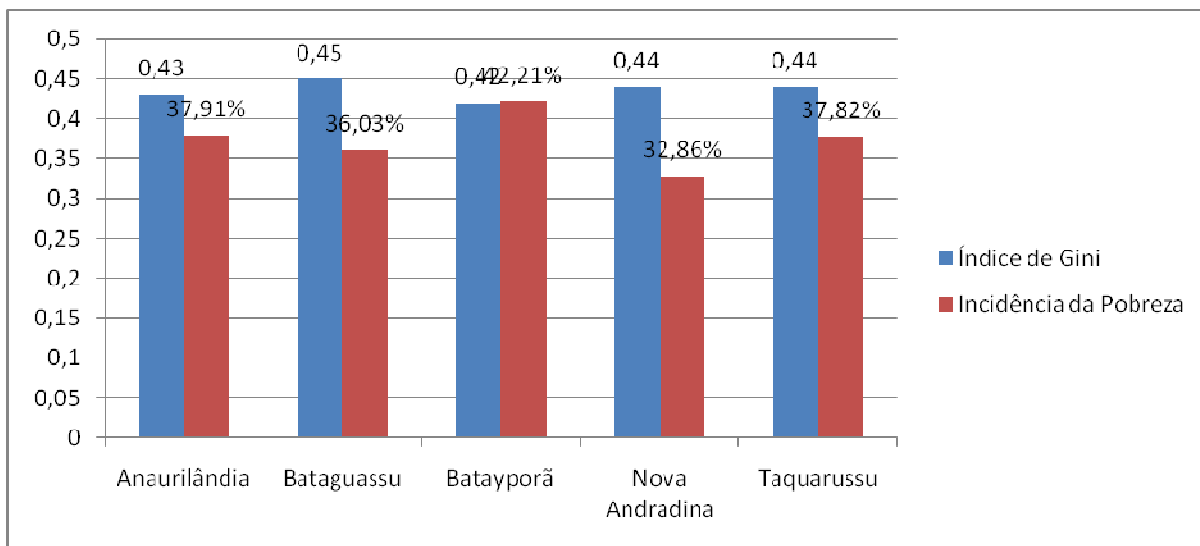
4.1.2.2 Dados econômicos do CONSAD Vale do Ivinhema

Os municípios apresentam o Índice de Gini médio de 0,44, um pouco abaixo do índice de Mato Grosso do Sul, que é de 0,46, porém a incidência da pobreza é de 37,3%, enquanto no Estado atinge 34% da população. (IBGE, 2010).

Para efeitos de comparação, o IBGE (2003) considera como desigualdade Índices de Gini superiores a 0,40; no mapa da desigualdade brasileiro, esse valor está relacionado ao tamanho do município, ou seja, municípios populosos tendem a ter um índice superior a 0,40. Em relação à incidência da pobreza (número de pessoas vivendo com menos de U\$ 1,00/dia), foi constatado que municípios mais populosos tendem a ter menores percentuais de pessoas abaixo da linha da pobreza. (IBGE, 2010).

A Figura 10 descreve a relação entre a desigualdade de renda e a incidência da pobreza nos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema. Observa-se que, nos municípios com menor população (Taquarussu e Batayporã), a incidência da pobreza é maior e, em todos os municípios considerados, o Índice de Gini é superior a 0,40.

Figura 10. Desigualdades e incidência da pobreza no CONSAD Vale Ivinhema (IBGE, 2003)



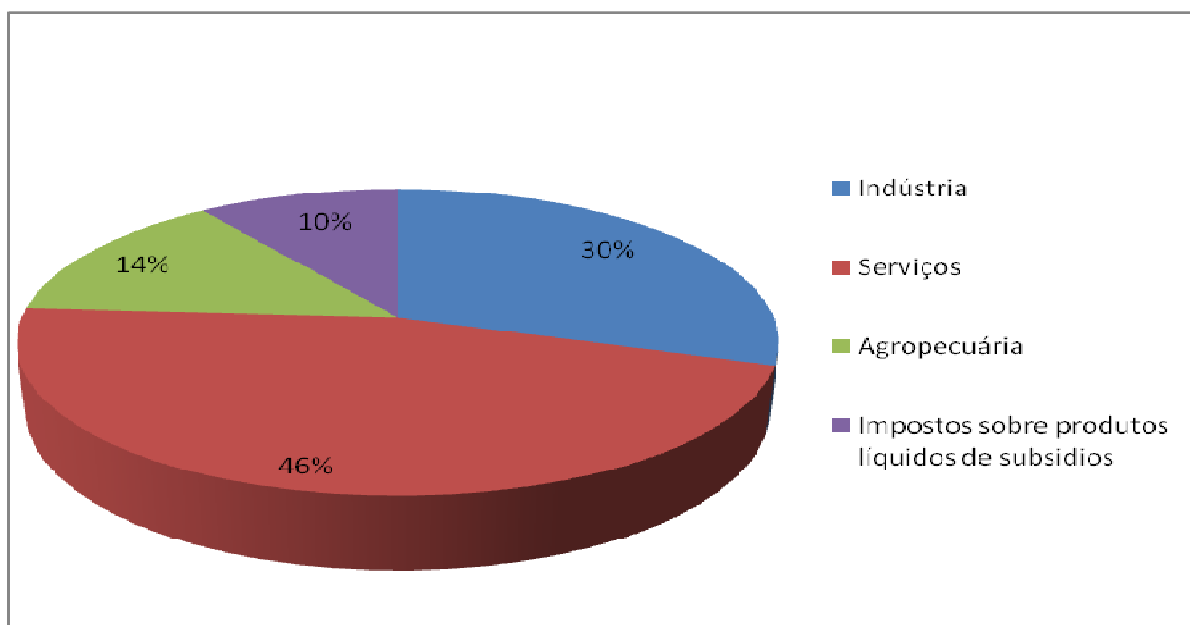
Fonte: IBGE Cidades (2003)

Para Rocha (2003), a incidência da pobreza é tratada como uma insuficiência de renda, porém não pode ser explicada somente pela renda, mas também pela falta de acesso de serviços públicos. Assim, a questão das desigualdades não pode ser explicada pelo PIB *per capita* do município, uma vez que essa renda está relacionada à razão do PIB do município dividido pelo número de habitantes.

De acordo com Sen (2008), um PIB *per capita* alto não significa uma maior equidade com relação à distribuição de renda, uma vez que as riquezas produzidas podem estar concentradas nas mãos de poucos. Dessa forma, a soma das riquezas produzidas em uma região não pode significar desenvolvimento, apesar de ser certo que países mais desenvolvidos apresentam PIB maiores do que os dos menos desenvolvidos.

A Figura 11 relaciona a participação de alguns setores da economia na composição do PIB do Consad Vale do Ivinhema, com especial destaque ao setor de serviços, responsável por 46%, seguido pela indústria, com 30%

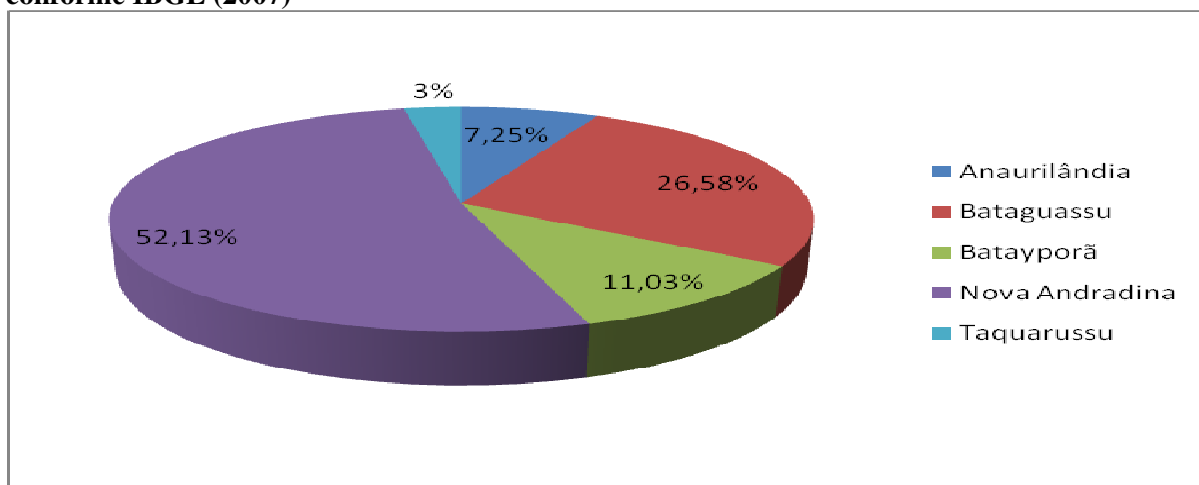
Figura 11. Produto Interno Bruto do CONSAD Vale do Ivinhema conforme IBGE (2007)



Fonte: IBGE (2007)

A participação dos setores no PIB não reflete as principais atividades econômicas praticadas nos municípios, tendo como destaque a pecuária e agricultura, que representam mais de 50% da arrecadação, mas aparecem apenas com a composição de 14% do PIB. Esse fato deve-se ao fato de as receitas obtidas não ficarem nos municípios em virtude de os produtores estarem estabelecidos em outros locais. (SEMAC, 2010).

Figura 12. Participação dos municípios na composição do PIB do CONSAD Vale do Ivinhema conforme IBGE (2007)

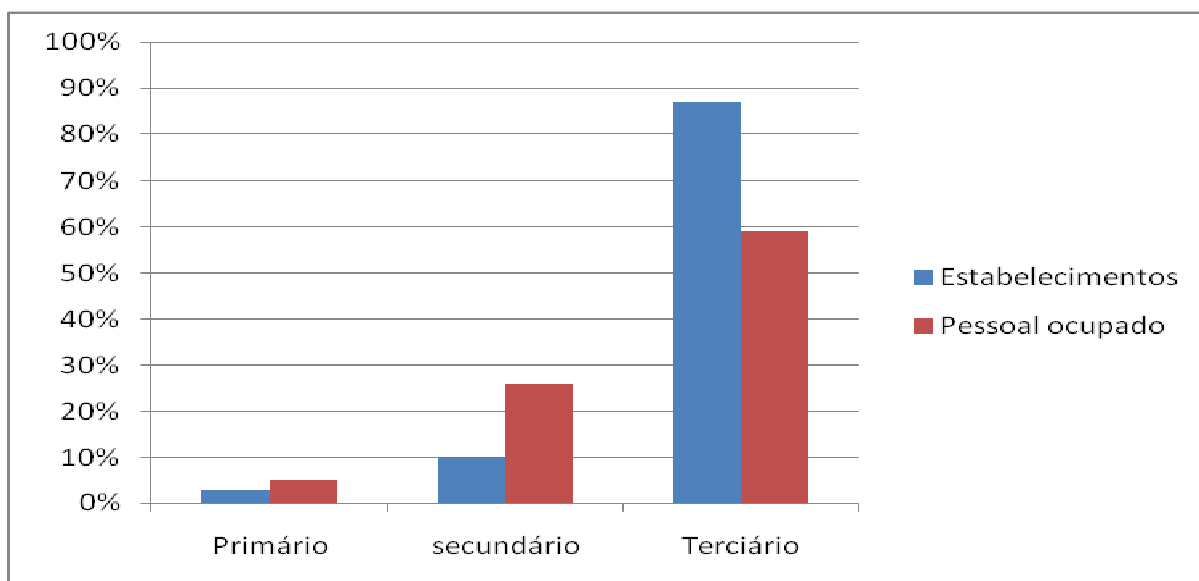


Fonte: IBGE (2007)

A participação dos municípios na composição do PIB refletem as evidentes diferenças entre eles. Nova Andradina destoa dos demais em relação a população, renda, acesso a educação, transporte, entre outros.

O mercado de trabalho é demonstrado na Figura 13, estabelecendo-se uma relação entre os estabelecimentos, pessoal ocupado e os setores da economia que têm maior oferta de emprego no Consad Vale do Ivinhema.

Figura 13. Mercado de trabalho do CONSAD Vale do Ivinhema de acordo com o CNAE (2006)



Fonte: Cadastro Nacional de Empresas (IBGE, 2006)

A Figura 13 demonstra que o setor de serviços é o mais representativo do Consad, abrange aproximadamente 90% dos estabelecimentos, além de oferta cerca de 60% dos empregos do CONSAD Vale do Ivinhema. No que tange à representatividade do setor de serviços, podemos destacar o comércio, com 26%, seguido de serviços prestados pela administração pública, com 18%, transporte, com 6%, alojamentos e alimentação, com 3%, e outros serviços, com 7%. Nesse contexto, merecem destaque o município de Nova Andradina, com 52% do pessoal ocupado, e Batayporã, com 50%.

A indústria corresponde ao setor que mais gera postos de trabalho no CONSAD Vale do Ivinhema, empregando 35% do pessoal ocupado. Os municípios que merecem destaque na indústria de transformação são Batayporã (40%) e Bataguassu (54%), que possuem frigoríficos, unidades processadoras de alimentos, entre outros.

O setor agropecuário congrega o menor número de pessoal ocupado, e a maior representatividade foi encontrada no município de Nova Andradina, com 7%, o que pode ser justificado pela presença de usinas processadoras de cana-de-açúcar. No município de Taquarussu, o percentual de pessoal ocupado no setor agropecuário é quase 0.

4.2 A FORMAÇÃO DOS CIRCUITOS CURTOS NO TERRITÓRIO CONSAD VALE IVINHEMA

Neste item, são apresentados os circuitos curtos encontrados nos municípios do Vale do Ivinhema, suas relações e articulações sociais entre o agricultor e meio. A construção desse ambiente considera desde as limitações que o produtor encontra na hora de planejar sua produção até sua devida inserção nos mercados. Para Portugal (2004), o desafio da agricultura familiar em comercializar está muito além da decisão sobre o que produzir; é necessário acesso a crédito, informação organizada, canais de comercialização, transporte, energia, tecnologia e apoio institucional.

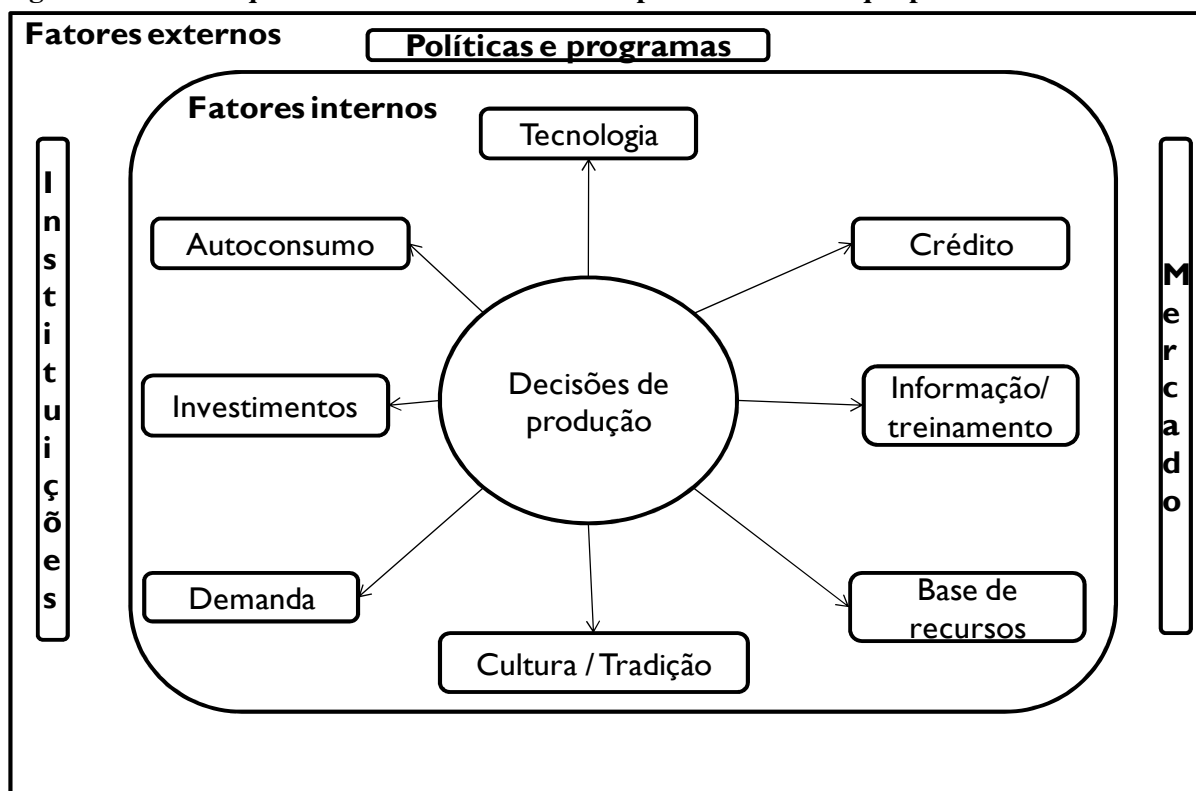
4.2.1 Decisões sobre o que produzir

As decisões sobre o que produzir representam, para Machado (2004), um grave problema a produtores rurais familiares, pois os produtos são, em sua maioria, frágeis e perecíveis, o transporte nem sempre é o ideal, sendo, portanto, difícil manter a regularidade e a quantidade ofertada.

Com base nas informações levantadas no período de pesquisa de campo, foi estruturado o ambiente de tomada de decisão do agricultor familiar. A pergunta feita aos entrevistados foi: De que forma é definido o que será produzido na propriedade?

Observa-se, na Figura 14, que o agricultor do CONSAD Vale do Ivinhema toma suas decisões sobre o que produzir em um ambiente complexo, que é composto de fatores externos que não podem ser controlados pelo produtor e de fatores internos.

Figura 14. Fatores que determinam as escolhas do produtor sobre o que produzir



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas na pesquisa (Novembro, 2010)

Fatores externos:

i) **Instituições:** As instituições desempenham um papel fundamental na articulação de programas de incentivo à produção e comercialização nos municípios do CONSAD, mas também podem criar barreiras à comercialização, como acontece no município de Anaurilândia. A atuação das instituições no território foi percebida nas relações de produção, transporte e comercialização de produtos da agricultura familiar.

Os incentivos criados pelas instituições centralizam-se na criação de feiras do produtor para a venda de produtos da agricultura familiar. Nessas cidades, as prefeituras cedem desde barracas até os espaços para a comercialização. Nos municípios de Nova Andradina e Batayporã, as prefeituras disponibilizam transporte para os agricultores.

Os agricultores familiares entrevistados relataram decidir sobre o que e quando produzir baseados na possibilidade de comercializar alimentos na feira do produtor.

Nos municípios de Anaurilândia e Taquarussu, os agricultores demonstraram insatisfação sobre a atuação das prefeituras locais no incentivo à produção e comercialização. Nesses municípios, foi observado que a pluriatividade das famílias é mais acentuada, sendo constatada forte ocorrência de renda não agrícola no município de Taquarussu.

ii) **Políticas e Programas:** No território pesquisado, alguns agricultores entrevistados conhecem as estruturas do PAA, mas ainda não têm acesso a esse programa. Um dos programas e políticas mais conhecidos dos agricultores é o PNAE. De acordo com os entrevistados, a participação da agricultura familiar na venda de alimentos para a merenda escolar foi capaz de diversificar a produção nos assentamentos.

Na merenda escolar, outros alimentos antes não produzidos pelos agricultores do território foram demandados. Os entrevistados relataram que investimentos foram necessários para atender à demanda da merenda escolar, e, para alguns produtores, a participação no abastecimento não foi possível em face das dificuldades de produção.

iii) **Mercado:** O acesso a mercados é outro determinante externo do produtor na decisão sobre o que produzir. No território em estudo, a principal atividade econômica dos assentados é a leiteira, encontrada em todos os assentamentos e em todos os municípios. Vender leite significa, para os assentados, garantir renda, ter um canal certo para a comercialização, mesmo que os preços não sejam elevados.

O acesso ao mercado foi um dos principais problemas citados pelos entrevistados. Sem a garantia de venda, os produtores não se sentem incentivados a produzir ou a investir na produção. Os preços não representam uma preocupação para os produtores. Segundo eles, há margem de manobra por não ter apropriação de intermediários. A facilidade para vender é um dos principais norteadores de produção e, nesse contexto, pode-se dizer que o agricultor familiar está preocupado com a demanda gerada pelo mercado consumidor.

Fatores internos:

i) **Autoconsumo:** A produção para o consumo da família agrega ao produtor experiências sobre o que pode ser produzido na propriedade. Verificou-se, pelas entrevistas, que o abastecimento familiar é uma preocupação dos agricultores; quase tudo o que é consumido pelas famílias é produzido na propriedade, e as experiências de comercialização iniciaram-se com pequenas vendas do que era produzido para a alimentação familiar.

ii) **Tecnologia:** A tecnologia disponível para o agricultor é um importante determinante sobre o que produzir. Nos municípios do CONSAD, a tecnologia impõe ao produtor condições de fornecimento. A utilização de irrigação e sombreiros é, de acordo com os entrevistados, uma tecnologia cara, mas necessária para garantir o fornecimento ininterrupto de alimentos para a merenda escolar.

As áreas onde se instalaram os assentamentos eram destinadas a pastagens. A produção de grãos, frutas, legumes e verduras só é possível após a correção do solo. Muitos assentamentos não possuem água disponível para a irrigação; somente para o consumo.

Em Bataguassu, os agricultores do assentamento Montana relataram ter construído poços para a produção na horta e adquirido, com recursos, próprios, equipamento para construir canteiros. Segundo os entrevistados, o equipamento consegue realizar em um dia o trabalho que antes demorava cerca de uma semana.

iii) **Demanda:** A percepção dos agricultores sobre a demanda também consiste em um norteador de produção. O agricultor toma suas decisões sobre o que produzir baseado na relação *face to face* com o consumidor. A interação entre agricultor e consumidor reduz a assimetria de informação e possibilita a àquele obter informação sobre as preferências (e o consequente direcionamento de consumo) dos principais clientes.

iv) **Investimentos:** Os investimentos na produção no território podem ser considerados incipientes, ou seja, restritos e em fase inicial. Somente agricultores de Anaurilândia e Bataguassu relataram haver investido recursos próprios no aumento de sua produção. Nos demais municípios, os agricultores temem realizar investimentos e não conseguir comercializar a produção. O nível de investimento também determina o que será produzido na propriedade: se o investimento é considerado alto o agricultor prefere não produzir. Alguns entrevistados relataram não realizar contrato com a prefeitura para a venda de produtos destinados à merenda escolar por ser necessário investimento em equipamentos.

v) **Crédito:** Foi relatado, no território, que o crédito para a agricultura familiar é liberado quase exclusivamente para a contratação da modalidade Pronaf Leite. Para outras modalidades, os agricultores relataram existir uma resistência dos técnicos da agência de extensão rural em submeter o projeto para aprovação.

Entrevistados relataram ter solicitado o Pronaf Leite e utilizado os recursos para outra atividade, como aquisição de insumos e equipamentos para produzir outras culturas. A percepção desses agricultores é que a sua situação está melhor do que se utilizassem o crédito para investimento na produção leiteira.

vi) **Cultura e tradição:** Alguns agricultores produzem de acordo com a experiência de produção e pelo que é culturalmente consumido pelos moradores de uma região. As frutas, por exemplo, não têm grande comercialização nas feiras; apenas são vendidas as frutas da estação que o agricultor possui em seu pomar (plantado para o consumo da família). Os produtos tradicionalmente consumidos na região são feijão de corda, milho verde, quiabo, maxixe, abobrinha e, especialmente, mandioca, que é plantada em todas as propriedades.

vii) **Informação e treinamentos:** foi observado que os agricultores recebem treinamentos de ONGs, universidades e outros órgãos sobre como produzir e fazer correção do solo. De acordo com os entrevistados, algumas informações e dúvidas sobre a produção são respondidas pela Agraer, em visitas de técnicos agrícolas, e pelo Senar, por meio de cursos. Muitos agricultores eram trabalhadores rurais especializados na atividade pecuária.

viii) **Base de recursos:** Para Ploeg (2008), a base de recursos autogerida é a chave para a autonomia do agricultor familiar. Nesse aspecto, o agricultor deve criar sua própria base de recursos e não manter relações de dependência de insumos com o mercado. O trabalho na terra no território CONSAD é realizado pela família, mas, em alguns casos, a formação de áreas destinadas ao cultivo é realizada mediante pagamento de diárias a operadores e de aluguel das máquinas.

As sementes destinadas à produção são, em muitos casos, selecionadas da própria produção, mas há relatos de trocas e doações de programas institucionais. A base de recursos dos agricultores ainda é dependente de fatores externos à propriedade, especialmente na aquisição de equipamentos e infraestrutura para a produção.

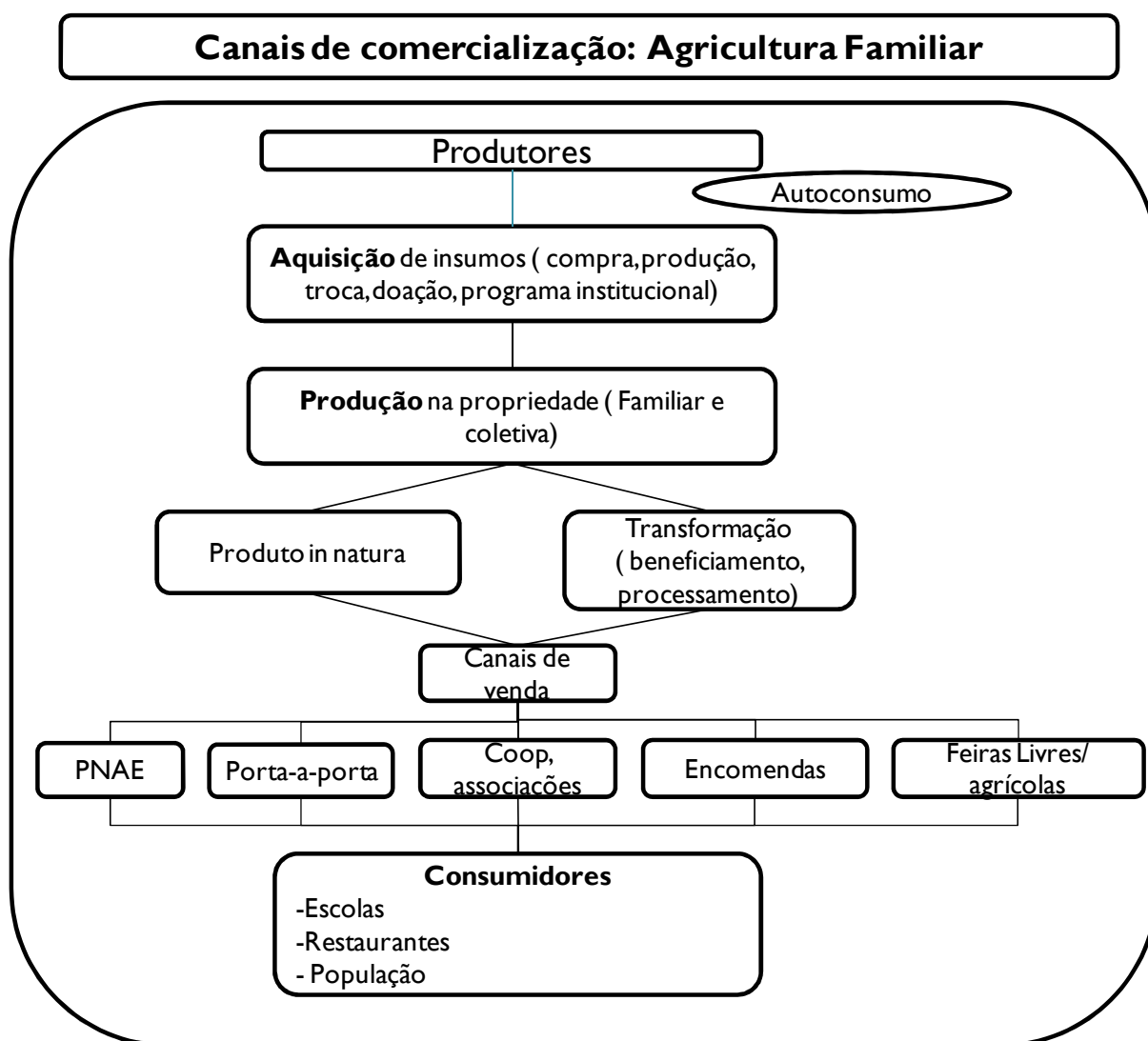
4.2.2 Circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema

As dinâmicas encontradas no território CONSAD Vale do Ivinhema não são iguais entre os municípios participantes, de modo que a análise de como se estruturam as

relações comerciais foi realizada com recorte municipal e subdivida pelos assentamentos visitados. Faz-se necessário entender, no entanto, em quais canais de comercialização estão inseridos os agricultores familiares e se ocorre a articulação entre os municípios na condição de território.

A Figura 15, estruturada pela análise de relatos dos agricultores pesquisados, demonstra como estão estruturados os circuitos curtos no território. Nesses relatos, foi possível identificar: Quem produz? O que produz? Como produz? Para quem vende? Como vende?

Figura 15. Circuitos curtos encontrados no CONSAD Vale do Ivinhema



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações da pesquisa (Novembro, 2010)

- i) **Produtores:** Em sua maioria, os agricultores familiares encontrados no território são assentados de reforma agrária. Somente em Anaurilândia foi encontrado um assentamento cujos produtores eram agricultores tradicionais e foram reassentados. Esse aspecto deve ser considerado, uma vez a agroindústria familiar mais estruturada foi encontrada nesse município.
- ii) **Autoconsumo:** Observou-se, em todos os assentamentos e em todas as propriedades, a produção para autoconsumo. Mesmo em níveis mínimos (horta), as famílias produzem alimentos destinados ao consumo da família, comprando no mercado somente o que não pode ser produzido na propriedade (materiais de higiene, vestuário, defensivos, entre outros produtos).
- iii) **Aquisição de insumos:** Muitos produtores conseguem gerar sua própria base por meio da seleção de sementes e mudas para a próxima plantação; muitas sementes são trocadas para obter uma diversidade produtiva. Alguns insumos foram doados por prefeituras e programas, tais como: Construção de miniusina de leite em Taquarussu e Nova Andradina (ambos com verba via MDA)
- iv) **Produção:** A produção nos assentamentos é realizada exclusivamente pela família; não há relatos de funcionários. Os produtos geralmente vendidos são *in natura*. Foram encontrados apenas dois casos de agroindústria familiar (Anaurilândia e Bataguassu). Algumas iniciativas de produção são coletivas, podendo-se destacar um grupo de mulheres que produzem doces e conservas de alimentos produzidos no assentamento Santa Olga, em Nova Andradina.
- v) **Canais de venda:** Os canais de venda mais explorados pelos assentados são as feiras do produtor e a venda de alimentos para a prefeitura; em menor ocorrência, há a venda porta a porta, encomendas ou venda por cooperativas. Muitos produtores exploram mais de um canal, ou seja, vendem na feira, para a prefeitura e mantêm a produção de leite para laticínios.
- vi) **Consumidores:** Em todos os municípios, à exceção de Taquarussu, está presente a compra de alimentos dos assentados para a merenda escolar (PNAE). Naquele município, a prefeitura adquire alimentos somente de agricultores tradicionais. Em Nova Andradina e em Batayporã, alguns assentados conseguem vender seus produtos por encomenda (destacando os restaurantes como principais clientes). A feira do produtor ocorre em três (Nova Andradina, Bataguassu e Batayporã) dos cinco municípios do CONSAD. Essas feiras são resultado de articulação entre agricultores e prefeitura.

4.2.2.1 Números dos circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema

Observou-se, durante as entrevistas, uma preocupação dos agricultores com relação à aparência dos produtos destinados a venda: aproximadamente 90% dos produtores entrevistados afirmaram beneficiar de alguma forma o produto vendido.

Os produtos beneficiados compreendem as verduras, legumes e raízes. O processo de beneficiamento mais comum entre os agricultores envolve a seleção, lavagem, pesagem e, em alguns casos, o ensacamento dos produtos. A mandioca vendida nas feiras e entregue nas escolas, por exemplo, é selecionada, descascada, lavada, pesada e ensacada.

Quadro 7. Beneficiamento e agregação de valor aos produtos das unidades familiares

Beneficiamento		Agregação de valor	
Sim	Não	Sim	Não
90%	10%	33%	67%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (Novembro, 2010)

A agregação de valor aos produtos das unidades familiares não é uma atividade comum à maioria dos agricultores; apenas 33% dos entrevistados relataram conseguir agregar valor a algum produto produzido. O processo de agregação de valor aos produtos no território ainda é rudimentar, com pouca tecnologia e baixa capacitação dos produtores. Apenas uma agroindústria familiar possui alvará de funcionamento e inspeção sanitária.

Os produtos comercializados com agregação de valor compreendem doces caseiros, conservas de legumes, queijos, mussarelas e transformação de cana-de-açúcar em doces e bebidas comercializadas na feira do produtor.

Um dos principais canais utilizados pelos produtores para acesso ao consumidor é a feira, seguido pela venda ao PNAE e encomendas em restaurantes ou de moradores dos municípios. A venda em outros municípios do território é praticada pelos produtores de Anaurilândia na feira de Bataguassu; dos produtores de Batayporã e Taquarussu, no município de Nova Andradina.

Nova Andradina, pela centralidade no CONSAD Vale do Ivinhema, consegue articulação comercial com outros municípios. Verificou-se que algumas prefeituras realizam compras destinadas à merenda escolar no município.

Quadro 8. Canais de comercialização em circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema

Porta-a-porta	Encomendas	Propriedade	Feira	PNAE	Barracas	Território
16%	33%	9%	71%	33%	0%	9%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

O canal de comercialização utilizado pelo produtor influencia, por exemplo, nas suas estratégias de composição dos preços cobrados pelos produtos. Para a comercialização na feira, os entrevistados relataram utilizar a análise de preços no supermercado e a demanda e oferta (mercado) de produtos na feira por outros produtores.

A estratégia dos preços para a merenda escolar, segundo os entrevistados, é realizada conforme a tabela de preços mínimos da Conab, ou pela análise de três cotações de mercado. A composição dos preços pelos custos da produção foi pouco citada pelos entrevistados.

A utilização dos supermercados como principal mecanismo de definição de preços (citado por 63% dos entrevistados) foi observada em todos os municípios. Conforme relatos, a opção por vender com preços abaixo dos cobrados nos supermercados consiste em uma estratégia de diferenciação, visto que os supermercados possuem facilidades de pagamentos e de instalações a que os produtores ainda não têm acesso.

Quadro 9. Mecanismos utilizados pelos agricultores para definir os preços de venda

Mecanismos	Produtores (%)
Conab	16%
Mercado	16%
Supermercados	63%
Custos	5%
Total	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

A concorrência com produtores do estado de São Paulo impõe ao produtor de Bataguassu estratégias de análise de oferta de produtos na feira. De acordo com os entrevistados do município, os produtores de São Paulo aumentam a oferta de produtos a preços mais baixos dos que os praticados pelos produtores locais e, em consequência disso, para evitar prejuízos, os produtores diminuem os preços dos produtos para desestimular a venda dos produtores do estado.

A área média das propriedades familiares no CONSAD Vale do Ivinhema equivale a 29,5 hectares. Nas propriedades onde as atividades são diversificadas, geralmente cerca de 3 ha são destinados à produção de FLV e o restante, à criação de animais. O rendimento médio por atividade demonstrado no Quadro 10 foi elaborado com base nas informações de entrevistados que possuíam como fonte única de remuneração a propriedade; foram desconsiderados os agricultores que recebem diárias, aposentadorias e bolsa-família.

Quadro 10. Renda média das atividades praticadas pelos produtores rurais

Propriedade / Área Média	Hectares	Atividade	Renda Média (R\$)
29,5	3	Produção de FLVs	961,00
	26,5	Criação de animais	392,00

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

Observa-se, a partir da análise do Quadro 10, que a produção de FLV destinadas à comercialização em circuitos curtos é quase três vezes mais lucrativa ao produtor que a atividade leiteira, além de ocupar área surpreendentemente menor. A produção de FLV permite ao produtor do CONSAD Vale do Ivinhema auferir uma renda média de R\$ 320 reais por hectare enquanto que atividade leiteira não corresponde a R\$ 15,00.

A participação dos produtores rurais em circuitos curtos de comercialização elevou a renda das famílias do CONSAD Vale do Ivinhema. De acordo com o relato dos produtores, a atividade leiteira rendia ao agricultor familiar menos de um salário por mês (geralmente oscilando entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00 reais); com a participação em outros canais de venda, a renda média dos agricultores subiu para R\$ 1.350,00.

De acordo com publicação do IPEA/PNAD, a renda média mensal obtida em todas as fontes de trabalhadores rurais em municípios pequenos equivale a R\$ 570,00 reais, e, no Brasil, a média equivale a R\$ 1.103,00. De acordo com o instituto, as oportunidades presentes em grandes municípios proporcionaram ao agricultor auferir uma maior renda.

Tabela 3. Renda Média mensal do produtor do CONSAD Vale do Ivinhema obtida em todas as fontes

Municípios	Renda Média mensal obtida em todas as fontes (R\$)
Anaurilândia	R\$ 1.467,00
Bataguassu	R\$ 1.799,00
Batayporã	R\$ 1.194,00
Nova Andradina	R\$ 1.401,00
Taquarussu	R\$ 905,00
Consad	R\$ 1.353,20

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

A maior renda média encontrada foi em Bataguassu, onde os produtores estão mais bem estruturados e conseguem obter bons resultados, participando da feira do produtor e do PNAE.

A segunda maior renda foi encontrada no município de Anaurilândia, esses assentamentos possuem áreas maiores. Mesmo não tendo feira no município, os agricultores vendem na feira em Bataguassu e para a merenda escolar. Em Anaurilândia, o assentamento Santa Ana foi formado por agricultores familiares tradicionais, em sua maioria capitalizados.

Em Nova Andradina, a terceira média, as relações comerciais dos agricultores entrevistados nas feiras e na merenda escolar são recentes, mas deve ser levada em consideração a menor área do CONSAD encontrada no assentamento Santa Olga (8 hectares por parcela).

Em Batayporã, as relações comerciais com o mercado também são recentes. Embora a formação do assentamento seja antiga, a feira do produtor foi inaugurada há poucos meses pela prefeitura (pesquisa realizada em novembro). Percebe-se uma organização dos produtores em investir no aumento da produção para ofertar a merenda escolar. Poucos assentados participam do PNAE e as dificuldades de água para irrigação constituem-se em uma das principais dificuldades de cultivo de FLV.

Taquarussu representa o caso mais crítico do CONSAD: a distância dos produtores em relação ao núcleo urbano é considerada a maior dificuldade. Não há feira do produtor no município e, dos dois produtores entrevistados, apenas um consegue fornecer algum tipo de alimento para a merenda escolar e vender nas residências de Taquarussu e Nova Andradina; o outro agricultor vende seus produtos apenas de porta em porta.

4.2.3 As manifestações no território

4.2.3.1 Anaurilândia

Em 1916, Ciríaco Gonzalez, vindo da então República do Paraguai, fixou residência às margens do rio Quiteroi, com intenção de ocupar terras devolutas. As terras eram utilizadas para a plantação de erva-mate vendida em São Paulo. Os ervateiros, especialmente paraguaios, ocupavam quase toda a região.

Em 1929, Ciríaco requereu a posse de 5.870 hectares de terras denominadas “Água Amarela”, com a intenção de ali fundar um povoado. Anos após, as terras são arrendadas à Companhia Mate Laranjeira, que passa a monopolizar o comércio local. Em 1948, as terras foram divididas em lotes e construídas as primeiras moradias, dando-se enfim a construção do povoado de Água Amarela. (IBGE, 2010c).

Anaurilândia não chegou a ser distrito: em 11 de novembro de 1963, o povoado foi elevado à categoria de município pela lei nº 1.948.

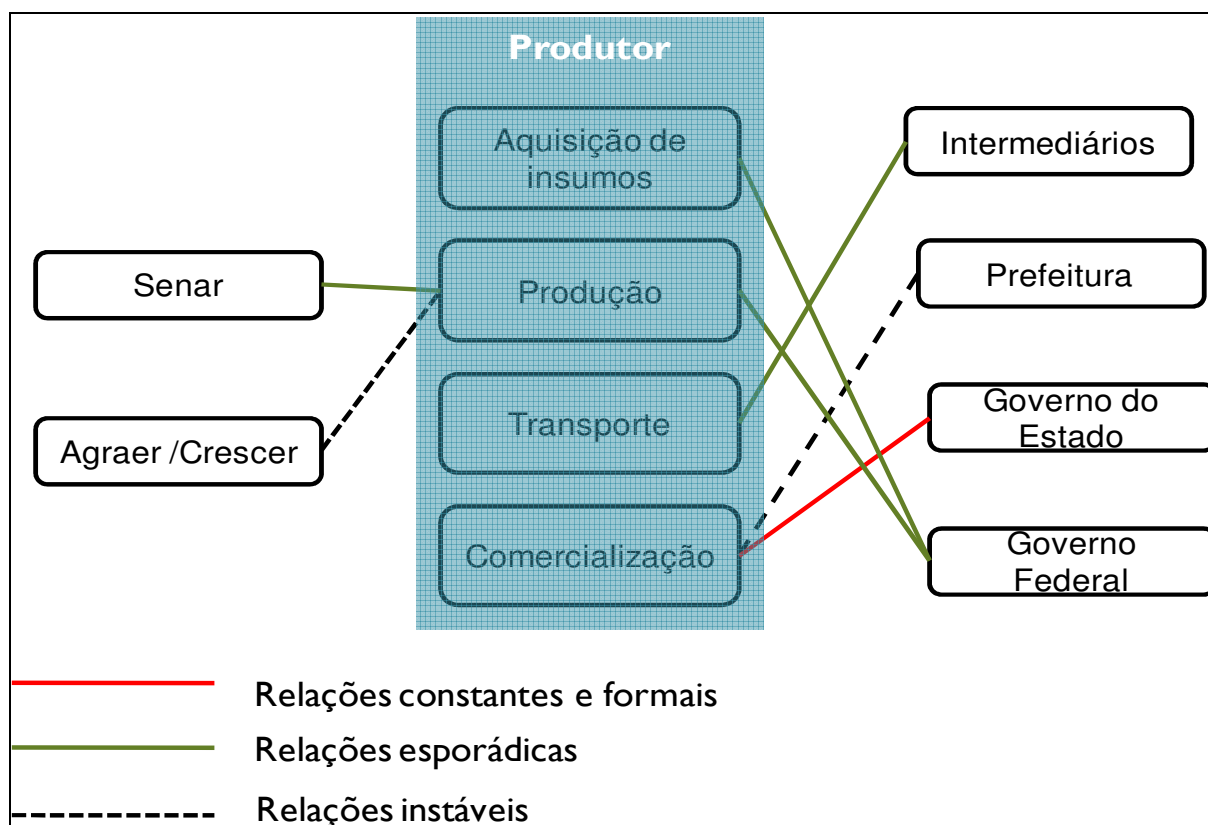
O município de Anaurilândia está localizado a 367 km da Capital de Mato Grosso do Sul e sua principal atividade econômica é a pecuária bovina; sua população, conforme o censo demográfico (2009), foi estimada em 8.697 habitantes.

Durante o processo de implantação da UHE Porto Primavera pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), em 1986, o município de Anaurilândia foi o mais atingido em inundação de áreas. Essa situação resultou em uma reconfiguração dos espaços e famílias atingidas pela inundação foram reassentadas em projetos de assentamentos rurais.

A comercialização em circuitos curtos realizada pelos produtores rurais no município de Anaurilândia restringe-se à venda de produtos para a merenda escolar e algumas encomendas de moradores do município. A comercialização na feira é realizada pelo deslocamento dos produtores ao município de Batayporã.

Os atores envolvidos no processo de comercialização e suas relações com os produtores foram demonstrados na Figura 16. As relações foram divididas em três categorias: relações formais e constantes, relações esporádicas e relações instáveis.

Figura 16. Relações entre os atores do município de Anaurilândia



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa

- i) **SENAR:** O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi apontado pelos produtores como uma das principais organizações de apoio na orientação sobre como produzir. Apesar das relações esporádicas, o órgão, por meio de cursos, tem orientado o produtor nas suas dificuldades de produção;
- ii) **AGRAER:** A agência de assistência técnica foi apontada como a principal responsável pelo apoio na criação da única agroindústria familiar do assentamento Santa Ana, mas o número de funcionários que prestam serviços de assistência técnica é considerado insuficiente pelos assentados. A insatisfação dos assentados com a agência refere-se também às dificuldades de implantação de projetos, gerando ansiedade e conflitos.
- iii) **Intermediários:** Os intermediários estão presentes na hora de transportar as mercadorias até os consumidores. Muitos agricultores dos assentamentos não têm condições de transportar os produtos para a comercialização e recorrem aos próprios vizinhos para transportar conjuntamente suas mercadorias. Esse transporte é pago, ou cobra-se um

percentual sobre a venda dos produtos quando o transportador vende os produtos no lugar do produtor.

- iv) **Prefeitura:** Apesar de a prefeitura negociar com alguns assentados a venda de produtos para a merenda escolar, muitos agricultores entraram em conflito com representantes da prefeitura pela proibição da venda de produtos no município e pela extinção da feira do produtor. Não foi observado nenhum outro incentivo da prefeitura à comercialização de alimentos da agricultura familiar.
- v) **Governo do Estado:** A atuação do governo do estado no incentivo à comercialização ocorre só na compra de produtos para merenda escolar.
- vi) **Governo Federal:** a atuação do governo federal foi identificada na disponibilização de crédito nas modalidades Pronaf Leite e na disponibilização de máquinas para preparação do solo.

4.2.3.2 Bataguassu

A primeira expedição colonizadora chegou às terras da cidade de Bataguassu em 1904, liderada por Manoel da Costa Lima, com o objetivo de ligar a cidade de Campo Grande a São Paulo. A primeira ação dos expedidores foi encontrar lugar para um porto, que mais tarde foi denominado Porto XV de Novembro.

Em 1927, a Companhia Viação São Paulo, fundada por Arthur Diederichen, compraria a concessão do porto e da balsa que servia de travessia de boiadas de Manoel C. Lima. Anos mais tarde, a companhia foi vendida a um imigrante de origem tcheca, Jan Antonin Bata.

Jan A. Bata, considerado fundador de Bataguassu, adquiriu 6 mil hectares de terras na região e, em 1942, decidiu criar uma cidade baseada em modelos fordistas: planejou o loteamento urbano e rural, construiu casas, serrarias, leiterias e granjas.

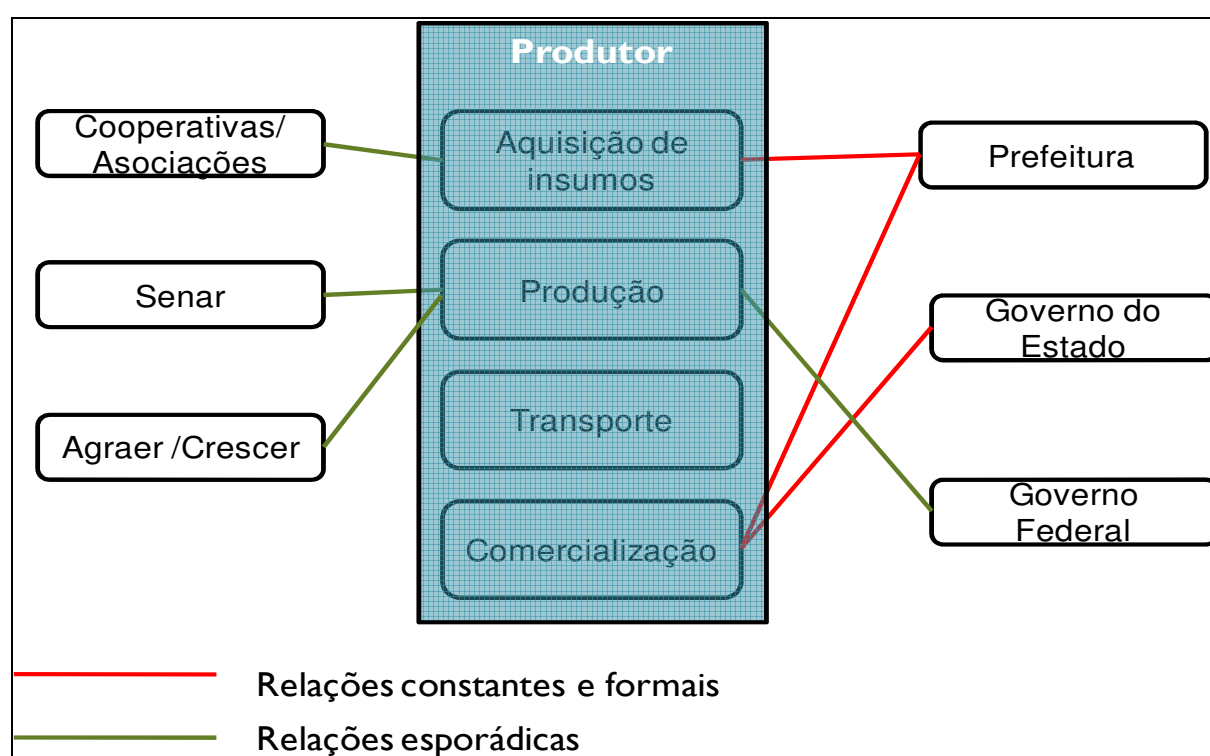
Em 1945, Bataguassu foi escolhida como sede do distrito de Ivinhema. A Lei 683, de 11 de dezembro de 1953, elevou o distrito à categoria de município, abrangendo as terras que hoje formam os municípios de Bataguassu, Batayporã, Anaurilândia, Nova Andradina e Taquarussu.

A cidade de Bataguassu situa-se na fronteira estadual entre São Paulo e Mato Grosso do Sul e fica distante de Campo Grande 330 km. Sua população está estimada em quase 20 mil habitantes. As principais dificuldades de desenvolvimento do município, de

acordo com o ZEE (2005), referem-se à diversificação de atividades agrícolas e à baixa qualificação da mão de obra local.

Os circuitos curtos de Bataguassu são dinâmicos, e as rendas mais elevadas foram encontradas nesse município. As relações entre os produtores e os outros atores sociais estão representadas na Figura 17 e são descritas abaixo:

Figura 17. Relações entre os atores do município de Bataguassu



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (Novembro de 2010)

- i) **Cooperativas:** Os agricultores familiares entrevistados filiaram-se à cooperativa CAMDA para obter benefícios de aquisição de insumos; não acontece a venda de produtos pela cooperativa; apenas compra.
- ii) **AGRAER:** As relações entre os agricultores e agência de extensão rural são consideradas boas, mas há reclamações de mau atendimento, que, de acordo com os entrevistados, decorre do pequeno número de funcionários disponibilizados para atender os assentamentos da região. Alguns agricultores relataram não terem sido atendidos quando

necessitavam de orientações sobre defensivos, utilizando muitas vezes produtos errados e em quantidades elevadas.

- iii) **SENAR:** O órgão foi identificado como o principal disseminador de conhecimento por meio das capacitações ocorridas no assentamento.
- iv) **Prefeitura:** A prefeitura municipal foi citada pelos entrevistados no incentivo à comercialização por intermédio da feira do produtor e da compra de produtos para a merenda escolar. Algumas iniciativas articuladas pela prefeitura referem-se à tentativa de desenvolver a criação de bicho-da-seda no assentamento e à produção de legumes destinados a venda em conservas.
- v) **Governo do Estado:** O governo do estado apenas adquire alimentos destinados à merenda escolar;
- vi) **Governo Federal:** As relações com o governo federal referem-se à aquisição de crédito.

4.2.3 Batayporã

Assim como Bataguassu, a cidade de Batayporã tem sua história ligada à família de Jan Antonin Bata. Batayporã nasceu de um projeto de colonização de Wladimir Kult, procurador da Companhia Viação São Paulo. Em 1953, chegavam à fazenda Samambaia, propriedade da companhia, os primeiros moradores: a família Venâncio Rodrigues.

O distrito de Batayporã foi efetivado pela Lei nº 669, de 11 de novembro de 1953, e, em 12 de novembro de 1963, foi elevado à categoria de município, pela Lei nº 1.967.

Em 1956, por iniciativa da firma Moura Andrade S.A, foram construídas estradas do Porto Primavera até o distrito de Batayporã, permitindo assim acesso aos estados de São Paulo e Paraná. Os acessos a outros estados permitiram a intensificação do movimento de colonização no distrito.

O município de Batayporã localiza-se a 12 km de Nova Andradina e a 302 km de Campo Grande; sua população foi estimada em quase 11 mil habitantes. A principal atividade econômica do município é a pecuária. (SEMAC, 2010).

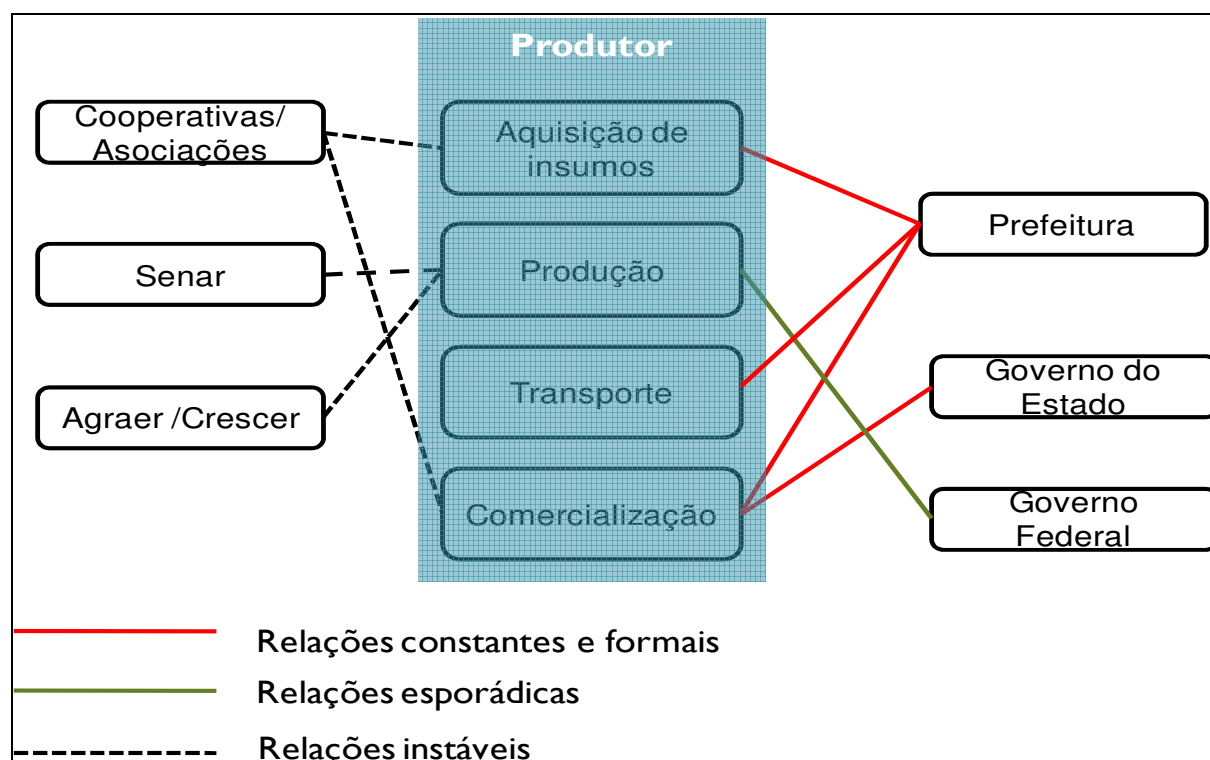
Em Batayporã, as relações comerciais desenvolvidas pelos produtores têm como apoio principal a prefeitura local, e não se restringem à comercialização no município; muitos produtores relataram ofertar seus alimentos nos municípios vizinhos.

De acordo com o ZEE (2005), os problemas diagnosticados no município referem-se a dificuldades de acesso a cursos de qualificação de mão de obra urbana e rural; à

desorganização do comércio local; à ausência de divulgação do potencial turístico da região e à ausência de cursos superiores no município.

As relações entre os atores participantes de circuitos curtos no município, descritas a seguir, podem ser observadas na Figura 18.

Figura 18. Relações entre os atores do município de Batayporã



Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

- i) **Cooperativas:** Os agricultores familiares dos assentamentos utilizam a cooperativa como forma de pressionar os preços do leite na região. Quando os preços pagos pelos laticínios estão abaixo do mercado, eles vendem seus produtos para a cooperativa que negocia o produto em outra região. Quando os preços dos laticínios estão iguais aos do mercado, optam por vender para os laticínios. Essa é uma das principais dificuldades que barram o desenvolvimento da cooperativa.
- ii) **AGRAER:** As relações entre os agricultores e a agência de extensão rural são conflituosas: os assentados reclamaram de não ser assistidos pela agência de extensão. A falta de organização produtiva no assentamento foi atribuída à agência.

- iii) **SENAR:** O órgão foi identificado como ausente quanto a capacitação e ajuda na organização da produção.
- iv) **Prefeitura:** A prefeitura municipal foi citada pelos entrevistados como um dos principais articuladores no incentivo à comercialização: disponibiliza o espaço para a feira do produtor, adquire produtos para a merenda escolar e oferece o transporte para levar os produtos do assentamento até o núcleo urbano. Algumas iniciativas articuladas pela prefeitura referem-se à doação de insumos necessários ao início da produção para a merenda escolar.
- v) **Governo do Estado:** O governo do estado apenas adquire alimentos destinados à merenda escolar;
- vi) **Governo Federal:** As relações com o governo federal referem-se à aquisição de crédito.

4.2.4 Nova Andradina

O pecuarista e cafeicultor Antônio Joaquim de Moura Andrade chegou à margem esquerda do rio Paraná em 1938 e fundou o Porto Primavera. Mais tarde, adquiriu propriedades de Domingos Barbosa Martins, entre elas a fazenda Baile, região onde hoje se localiza a cidade de Nova Andradina.

Desbravador, Joaquim M. Andrade, fundador da cidade de Andradina, em São Paulo, construiu, por iniciativa própria, 350 km de estradas que ligavam suas fazendas ao Porto Primavera. Em 1957, as fazendas foram loteadas e passaram a atrair migrantes nordestinos, paranaenses, paulistas e mineiros, atraídos pelas vantagens oferecidas aos adquirentes.

Em 20 de dezembro de 1958, a Lei estadual nº 1.189 elevou Nova Andradina à categoria de município, desmembrando-a do município de Bataguassu.

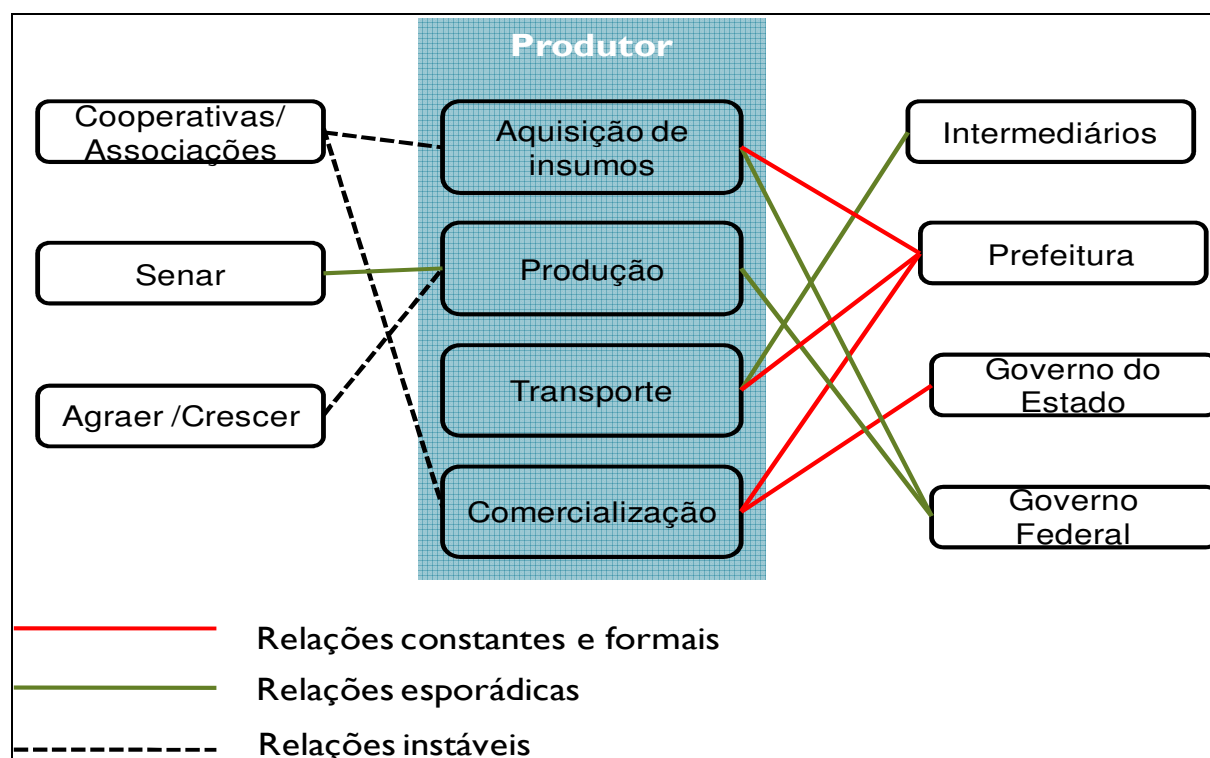
Nova Andradina é o maior e o mais desenvolvido município do CONSAD Vale do Ivinhema; é o principal centro comercial, que atrai os moradores da região em busca de trabalho, serviços e ensino superior público (estadual e federal).

O parque industrial é formado basicamente por frigorífico, usina de açúcar e álcool e fecularia. O município possui 6,5% de sua área formada por assentamentos rurais, sendo o assentamento Casa Verde o mais significativo em dinâmicas e desenvolvimento.

As dificuldades do município, segundo o ZEE (2005), relacionam-se ao pouco incentivo à diversificação das indústrias, à baixa capacitação dos empresários do setor, ao não investimento dos lucros obtidos das atividades econômicas no município, à baixa qualificação

de professores, a dificuldades de escoamento da produção municipal e à baixa organização dos produtores rurais.

Figura 19. Relações entre os atores dos municípios de Nova Andradina



Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (Novembro, 2010)

- i) **Cooperativas:** As cooperativas encontraram grande resistência dos assentados para se instalar; a Agroví, por exemplo, era vista com desconfiança por cobrar taxas dos agricultores para a comercialização na feira. Quando se instalaram, as cooperativas não alcançaram de imediato a confiança dos assentados, sendo necessárias muitas reuniões; um interesse maior pela cooperativa só foi obtido depois dos primeiros resultados positivos.
- ii) **AGRAER/ CRESCER:** Os agricultores do assentamento Santa Olga não são assistidos pela Agraer e sim pela Crescer, que, de acordo com os entrevistados, não cumpre o papel da extensão; apenas aparece para receber dinheiro. O assentamento Casa Verde é assistido pela Agraer, mas os assentados reclamam da insuficiência de pessoal para atender a todas as demandas.

- iii) **SENAR:** De acordo com os agricultores, os cursos ministrados pelo Senar deveriam ser mais focados no setor produtivo.
- iv) **Intermediários:** Para comercializar na feira que ocorre no município, alguns agricultores fretam pequenos caminhões em conjunto.
- v) **Prefeitura:** A prefeitura municipal é considerada uma grande aliada dos produtores na hora da comercialização. Ela atua na compra de alimentos para a merenda escolar, doa alguns insumos necessários à produção e oferece, em alguns casos, transporte para a Feira Mulheres de Atitude.
- vi) **Governo do Estado:** O governo do estado apenas adquire alimentos destinados à alimentação escolar;
- vii) **Governo Federal:** As relações com o governo federal referem-se à aquisição de crédito Pronaf.

4.2.5 Taquarussu

A criação do município de Taquarussu ocorreu pela necessidade dos pequenos produtores rurais da região de um ponto de apoio e um lugar para comercialização de seus produtos, além de maior facilidade de comunicação com as cidades mais próximas.

Assim, um grupo de fazendeiros se uniu e loteou suas propriedades com intenção de ali fundar um povoado. A fertilidade dos solos e a extração de madeiras propiciaram um rápido desenvolvimento à região.

Em 24 de maio de 1976, o governo do estado elevou Taquarussu à categoria de distrito e, em 12 de maio de 1980, por meio da Lei nº 76, a cidade foi considerada como município.

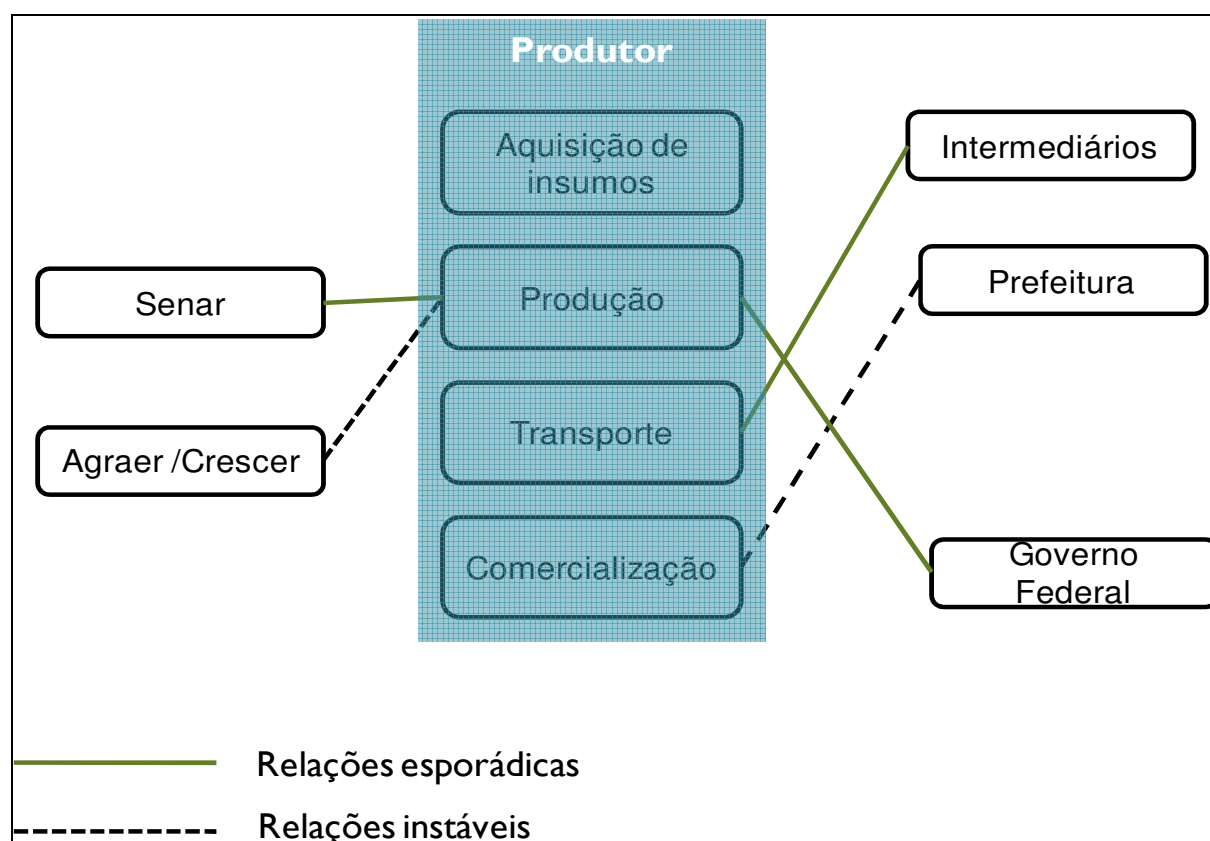
O município de Taquarussu é o menor do CONSAD. Situado a 318 km da capital, sua população foi estimada em menos de 4 mil habitantes (IBGE, 2009). Sua principal atividade econômica é a pecuária bovina, embora a instalação de uma usina de açúcar e álcool tenha mudado algumas paisagens da região.

O município possui apenas um assentamento rural, o Bela Manhã, que foi recentemente implantado no sistema coletivo de produção. O assentamento, apesar de decorridos quatro anos de implantação, ainda carece de infraestrutura básica para que as famílias consigam sobreviver das parcelas de terra.

As relações entre os atores dos municípios são frágeis; as atividades produtivas nos estabelecimentos rurais são marcadas pela baixa diversidade produtiva e pela falta de

organização produtiva dos agricultores. As dinâmicas das relações, a seguir descritas, podem ser visualizadas na Figura 20.

Figura 20. Relações entre os atores do município de Taquarussu



Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (Novembro de 2010)

- i) **AGRAER:** O assentamento no município é muito novo e o solo muito irregular. As reclamações dos entrevistados sobre a agência de extensão estão ligadas à demora na obtenção do crédito Pronaf.
- ii) **SENAR:** O órgão foi citado como um dos maiores atuantes na capacitação produtiva dos agricultores.
- iii) **Intermediários:** Os intermediários atuam no assentamento aproveitando-se da distância em relação ao núcleo urbano: 56 km. Os produtores que não possuem meios de transporte até o perímetro urbano são obrigados a pagar a outros assentados o deslocamento, ou esperar o transporte coletivo que uma vez por semana passa no assentamento.
- iv) **Prefeitura:** A prefeitura foi muito criticada por não prestar assistência aos produtores do assentamento Bela Manhã. As compras para a merenda escolar são realizadas em sua maioria no município de Nova Andradina e de quatro agricultores tradicionais do

município. Coincidentemente, os agricultores cadastrados para fornecer alimentos para a merenda escolar possuem ligações de parentesco com funcionários da prefeitura e um deles é funcionário da Agência de Extensão Rural do Estado. A feira do produtor que a prefeitura ficou encarregada de organizar constava, até o período das entrevistas, ainda como projeto.

v) **Governo Federal:** As relações com o governo federal referem-se à aquisição de crédito.

4.2.4 As transformações do território

Neste item, é realizada uma análise sobre a formação dos circuitos curtos no território CONSAD Vale do Ivinhema, sendo considerada a percepção do pesquisador sobre o ambiente observado e a relação desta com a teoria sobre a construção social do território e desenvolvimento. Parte-se da premissa de que a inserção dos agricultores familiares em circuitos econômicos é capaz de alterar as relações sociais, culturais e econômicas.

Para a análise, foi preciso resgatar um pouco da história dos atores envolvidos, as experiências e atividades exercidas antes da opção por esse tipo de comercialização.

A principal atividade econômica desenvolvida nos estabelecimentos agropecuários do território é tradicionalmente a pecuária extensiva. Muitos assentados, antes de adquirirem seus lotes, eram trabalhadores rurais nas grandes fazendas da região, operando equipamentos ou trabalhando na criação de gado leiteiro ou de corte.

As fazendas adquiridas para a reforma agrária nos municípios eram áreas onde se desenvolvia a bovinocultura de corte, sem qualquer preparo do solo para a produção agrícola. Recebidas as parcelas, os assentados continuaram a desenvolver a atividade para a qual, segundo eles, foram treinados toda a vida: criação de gado leiteiro. Dessa forma, a produção de leite nos assentamentos constitui-se na atividade principal em todos os assentamentos visitados.

A atividade leiteira constitui-se, para os assentados, numa fonte de segurança, apesar de a remuneração mensal ser inferior a um salário mínimo. Ela garante a permanência nos lotes, pela ocupação do solo para atividade produtiva, e remuneração mensal para as famílias.

O crédito, de acordo com os entrevistados, constitui-se também em um determinante sobre o que produzir na propriedade. A obtenção do crédito para a produção do leite é praticamente a mais aceita pelo Banco do Brasil, visto que garante renda mensal e

comprador certo. O crédito para outros projetos, quando submetidos, geralmente não é aprovado.

A pluriatividade era vista como alternativa para complementar a renda da família, além das aposentadorias e programas de distribuição de renda. A renda da unidade familiar era formada basicamente pelo trabalho de um membro em atividades fora da propriedade e pela remuneração obtida com a venda de leite para laticínios.

Com a possibilidade de inserção no mercado local, observa-se uma inversão positiva: a volta da família para o trabalho na propriedade. Essa inversão promove o resgate do agricultor familiar e de sua função de produtor de alimentos, bem como a utilização da propriedade como espaço destinado a sua reprodução social.

A comercialização dos agricultores nos circuitos curtos provocou mudanças nas relações dos produtores no território. As consequências das articulações podem ser analisadas de forma positiva e negativa para o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema.

Para entender as transformações ocorridas no território, utilizamos o aporte teórico sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, especificamente as dimensões do desenvolvimento rural propostas por Veiga (2001) e Kageyama (2008) e a dimensão territorial de Shejtman e Berdegú (2004), Saquet (2007) e Raffestin (1993).

Dessa forma, sintetizando as dimensões teóricas, a análise das transformações é realizada levando em consideração as alterações ocorridas nas relações econômicas (pluriatividade das famílias, geração de emprego e renda, integração mercantil, diversidade produtiva e econômica) e socioculturais (participação social, articulação multiatores, integração social, cultural).

4.2.4.1 Dimensões econômicas

Para Veiga (2001) e Kageyama (2008), o desenvolvimento resulta da sucessão de eventos que ocorrem não de forma isolada, mas pela combinação de multifatores, com potencial de modificar os espaços e promover a integração entre o urbano e o rural. Assim, na análise da dimensão econômica no território Vale do Ivinhema foram observadas as seguintes ocorrências:

- i) Pluriatividade das famílias

Segundo Schneider (2003), a pluriatividade representa as atividades não agrícolas praticadas dentro ou fora da propriedade. Para o autor, as famílias dedicam-se a outras atividades para complementar a renda ou pela necessidade de se ocupar com outras atividades quando o serviço no campo não é exigido.

A pluriatividade observada no CONSAD Vale do Ivinhema consistia em trabalhos rurais exercidos em propriedades da região, como forma de complementar a renda obtida pela atividade leiteira.

A inserção em circuitos de comercialização, também definida aqui como pluriatividade, possibilitou aos agricultores familiares outros meios de complementação de renda, ou seja, a realização da atividade comercial para a venda de sua produção sem a presença de intermediários.

As interações entre produtor e consumidor têm como pontos positivos o conhecimento das preferências dos principais clientes, a possibilidade de planejamento para o atendimento da demanda, a criação de relações baseadas nas trocas de informações.

Os aspectos negativos da atividade de comercialização referem-se ao fato de que muitos agricultores não estavam preparados para a função de comerciante e para as demandas dessa atividade, tais como análise de mercado, investimentos na produção e meios de transporte até o consumidor. Muitos até não levam em consideração, para a composição dos preços, os custos de produção. A realização do planejamento da produção não foi observada em todas as propriedades.

ii) Geração de emprego e renda

Um dos principais desafios do desenvolvimento territorial é a promoção de articulações capazes de gerar emprego e renda aos agricultores familiares. A definição de “rural” quase sempre foi utilizada como sinônimo de atraso, pobreza e de prática de agricultura de subsistência. (KAGEYAMA, 2008).

Foi observado e demonstrado que a participação da agricultura familiar na comercialização de alimentos é capaz de gerar renda e emprego para as famílias na propriedade, em muitos casos superiores aos rendimentos médios obtidos nos centros urbanos.

Observou-se, no entanto, também que o acesso a emprego e renda ainda não conseguiu atingir a maior parte dos agricultores familiares dos municípios; a atividade leiteira ainda é a principal fonte de renda de muitas famílias. As intervenções assistencialistas ainda estão presentes e fazem-se necessárias para muitos agricultores.

Iniciativas voltadas para a criação de agroindústrias poderiam reduzir a dependência da atividade leiteira e atuar na agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. A criação de cooperativas voltadas para a inclusão da mulher na produção, como ocorre em alguns assentamentos, poderia gerar outras fontes de emprego e renda para as famílias por meio da utilização de produtos locais.

iii) Integração mercantil

A construção de territórios e mercados é baseada nas relações sociais desenvolvidas pelos atores. Para Smelser (1968), as formas de mercado derivam das relações sociais.

A participação dos produtores em canais de venda no CONSAD Vale do Ivinhema quase sempre foi restrita à venda em leite *in natura* para laticínios. A proximidade dos municípios com o estado de São Paulo, grande centro de distribuição de produtos tradicionalmente produzidos pela agricultura familiar, faz que os acessos aos varejos sejam limitados a poucos produtores, tendo em vista que alguns supermercadistas realizam as compras de FLV no estado vizinho.

Nesse contexto, os circuitos curtos representam uma possibilidade de inserção nos mercados locais e de aproveitamento das características e vantagens comparativas de cada região. Nos municípios do CONSAD, pode-se dizer que os mercados foram criados por

iniciativa e articulação do setor público, especialmente com a adoção de medidas que possibilitaram aos agricultores o desenvolvimento e comercialização de sua produção.

O lado positivo da integração mercantil refere-se à criação de oportunidades para a comercialização da agricultura familiar em mercados locais, mesmo que em âmbito territorial, visto que, no território, a inserção em cadeias agroindustriais ainda é restrita.

Os fatores negativos que foram observados referem-se à dependência dos agricultores em relação ao poder público local para acesso aos mercados. A fragilidade das relações entre agricultores e instituições muitas vezes está subordinada a relações de poder criadas por razões políticas.

Assim, as ponderações de Raffestin (1993) sobre as influências das relações de poder na configuração dos espaços são mais que oportunas, uma vez que as ações das instituições nos municípios, na criação de espaços de comercialização, são apenas convenções que podem ser desestruturadas com alterações políticas no poder.

iv) Diversidade produtiva e econômica

Um dos grandes desafios para garantir segurança alimentar em algumas regiões do país são as dificuldades de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes. O acesso a alimentos nem sempre está ligado à ausência de renda, mas a hábitos de consumo e disponibilidade de produtos no mercado.

No Brasil, é atribuído à agricultura familiar o abastecimento de mercado interno de frutas, legumes e verduras, além do peso dos produtos na composição da cesta básica, que representam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. (IBGE, 2010).

No CONSAD Vale do Ivinhema, a agricultura familiar participa do abastecimento do mercado com a produção de FLV, mandioca, milho, produção de leite e derivados, feijão, café, entre outros. A participação dos produtores em circuitos curtos aumentou a oferta de FLV nos municípios, além de ofertar produtos específicos da cultura alimentar da região, como feijão de corda, maxixe, quiabo, “feijão andu” e outras diversidades de alimentos.

A diversidade produtiva conquistada pelos agricultores familiares do Vale do Ivinhema revela uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares. As mudanças na base das famílias demonstram uma capacidade de adaptação às conjunturas enfrentadas.

A diversidade das fontes econômicas obtidas pela combinação da atividade leiteira com a produção agrícola tem como aspecto positivo o fortalecimento da agricultura familiar com relação à redução da dependência de apenas uma atividade econômica como fonte de renda. O aspecto negativo da diversificação produtiva refere-se à maior demanda e intensidade da força de trabalho, que nem sempre pode ser atendida pelo número de membros da família, restringindo dessa forma as possibilidades de atendimento às demandas geradas pelo mercado.

4.2.4.1 Dimensões socioculturais

O território, na concepção de Saquet (2007) e Raffestin (1993), é o espaço territorializado pelos atores por meio das relações sociais, culturais e econômicas. Dessa forma, a transformação social percebida no território foi identificada pela análise dos seguintes fatores:

i) Participação social

As relações comerciais desenvolvidas no território CONSAD Vale do Ivinhema ocasionaram a transformação do agricultor como produtor de alimentos. Dessas relações, emergiu uma nova classe: o agricultor comerciante, como participante das relações comerciais desenvolvidas no município.

A propriedade deixou de ser o único território onde atuam os agricultores; as feiras tornaram-se espaços de apropriação dos novos comerciantes. É na feira que novas relações sociais são desenvolvidas; na relação *face to face*, o agricultor obtém informações para o direcionamento de sua produção e sente-se reconhecido como agricultor familiar.

ii) Articulação multiatores

Shejtman e Berdegué (2004) afirmam que o desenvolvimento territorial é favorável em ambientes onde ocorre a interação e articulação de multiatores. Assim, é certo afirmar que o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema dependerá cada vez mais de articulações entre poder público municipal, estadual e federal, além de interações locais entre produtores e entre produtores e sociedade, instituições e organizações.

Percebe-se, no território pesquisado, que muitas oportunidades de comercialização não são aproveitadas pela falta de interação entre os produtores, que não conseguem organizar-se de forma estruturada e formalizada para atingir mercados que demandam certa regularidade no fornecimento.

A falta de organização coletiva ficou evidente pela observação de que algumas iniciativas promovidas pelo poder público para agregação de valor e atividade leiteira não foram levadas adiante quando foram retirados os incentivos.

Para que ocorra um aproveitamento completo das possibilidades comerciais do território, torna-se necessária a efetiva participação da sociedade na composição de conselhos gestores de desenvolvimento territorial (CONSAD, conselhos de desenvolvimento territorial, conselhos municipais de segurança alimentar, entre outros), a articulação entre poderes públicos dos municípios para a criação de políticas territoriais de inclusão produtiva e articulação entre produtores para o desenvolvimento de produtos dotados de identidade territorial e agregação de valor.

iii) Integração sociocultural

As feiras estão promovendo mudanças de hábitos, criando a cultura de adquirir produtos fora dos supermercados, além de possibilitarem a integração do agricultor na sociedade. A oferta de alimentos nas feiras agrícolas é diversificada, mas a comercialização dos produtos ainda é essencialmente agrícola, na maioria das vezes sem nenhuma agregação de valor.

Muitos produtos, como as bebidas, queijos, doces típicos, entre outros, que são produzidos no território, poderiam ser explorados no sentido de criar identidade aos produtos da agricultura familiar no Vale do Ivinhema.

A integração sociocultural do agricultor familiar no território é possível não apenas por meio de ações que valorizem o meio rural como espaço de sobrevivência e reprodução da agricultura familiar na região, mas também pela aceitação e valorização dos produtos produzidos no campo, de acordo com a cultura e tradição local, ou pelo desenvolvimento de tecnologias adquiridas ou desenvolvidas pela agroindústria familiar.

As transformações que estão ocorrendo no território demonstram uma maior aceitação dos produtos da agricultura familiar, mas todo processo de mudança é demorado e conflituoso, que, se não for bem dirigido, pode gerar consequências negativas, como uma

maior dependência do agricultor de recursos externos à propriedade e comoditização das relações e de produtos tidos como “familiares”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar, de forma sintetizada, as conclusões do estudo, assim como as contribuições, as limitações da pesquisa e as recomendações para trabalhos futuros.

5.1 Conclusões

Este estudo analisou as relações entre os circuitos curtos e o desenvolvimento da agricultura familiar no território CONSAD Vale do Ivinhema, em Mato Grosso do Sul. Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: i) desenvolver um diagnóstico socioeconômico do território CONSAD Vale do Ivinhema; ii) Descrever e analisar os circuitos curtos encontrados nos municípios integrantes do território CONSAD Vale do Ivinhema, identificando os atores envolvidos e as dinâmicas do mercado local.

A análise socioeconômica do território demonstrou que, nos estabelecimentos agropecuários, a principal atividade econômica desenvolvida é a bovinocultura, que provoca impactos nas atividades desenvolvidas nos assentamentos rurais: por serem estes implantados em áreas destinadas a pastagens, possuem como principal atividade econômica a pecuária leiteira.

A concentração de terras ainda é um fator relevante no território, especialmente se considerada a participação da agricultura familiar em 9% das áreas dos estabelecimentos agropecuários.

Os principais canais de comercialização da agricultura familiar em circuitos curtos no CONSAD Vale do Ivinhema foram: agentes públicos municipais, estaduais e federais, agências de extensão rural, produtores, ONGs e sociedade.

Observou-se que a formação dos circuitos curtos no território sofreu influências do poder público local, particularmente na criação de oportunidades de acesso a mercados. Embora a relação entre os atores esteja em processo de consolidação, percebe-se a fragilidade das relações existentes, sensíveis a alterações de poder nos municípios.

Dessa forma, nota-se que a importância dos circuitos curtos para o desenvolvimento da agricultura familiar reflete-se na transformação do agricultor em sujeito social, posto ser capaz de promover sua inserção em mercados, gerar renda e emprego, garantir segurança alimentar e promover alterações nas relações sociais.

5.2 Contribuições

A realização deste trabalho traz como principais contribuições teóricas: a concepção do agricultor familiar como comerciante sujeito de seu processo de transformação social; a construção do modelo de estruturação dos circuitos curtos no território CONSAD Vale do Ivinhema. A contribuição para as políticas públicas está na apresentação das relações entre atores, apontando os pontos fortes e fracos, as falhas e as possibilidades de melhoria que podem ser aproveitadas para direcionar o planejamento e a intervenção governamental para o fortalecimento da agricultura familiar no território.

5.3 Limitações e recomendações

Apesar de a intenção do estudo refletir-se numa proposta qualitativa, algumas limitações do método foram encontradas no desenvolvimento do trabalho, a saber:

- i) A primeira limitação deste estudo diz respeito ao critério adotado para a determinação da amostra (bola de neve), pois, por intermédio de uma amostragem probabilística com um número maior de agricultores, poderiam ser obtidos resultados diferentes. Como recomendação, sugere-se que estudos quantitativos sejam desenvolvidos para analisar as relações entre as variáveis observadas.
- ii) A segunda limitação refere-se ao universo de pesquisa, visto que abrangeu entrevistados em municípios com características similares; caso a pesquisa fosse realizada conjuntamente em outros estados onde a agricultura familiar é relativamente desenvolvida, os resultados possivelmente seriam outros. Sugere-se que seja realizado um estudo comparativo entre agricultores familiares de diferentes estados.

CRONOGRAMA GERAL

Neste item, estão apresentadas as fases de execução do trabalho em sua totalidade, num período de 24 (vinte e quatro) meses, que incluem as atividades conforme descritas no quadro que segue:

Quadro 11. Cronograma geral

[illegible]

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. [S.l], vols. 28, nº1 e 2, p.1-29, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Representatividade e inovação. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, MDS/ CONDRAF, n.1, 25 de Agosto de 2005. Painel 3 – A Abordagem territorial e as políticas públicas de DR. Disponível em: < www.abramovay.pro.br/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc> Acesso em 02/06/2010.

ABRAMOVAY, Ricardo: **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios.< Disponível em: http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf > acessado em 14/06/2010.

ABDALA JUNIOR,B ; SCARPELLI, M.F. **Portos flutuantes**: trânsitos ibero-afro-americanos. Cotia / SP: Atêlie Editorial, 2004.

ABEVD – Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas. < Disponível em: http://www.abevd.org.br/htdocs/index.php?secao=imprensa&pagina=numeros2009_t > acessado em 14/06/2010.

ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

ACI- Aliança Cooperativa Internacional. Principles of co-operative.< disponível em: <http://www.ica.coop/coop/principles.html> > acesso em 14/06/2010.

ADIB, Alberto Renault. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2005 < Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/0749311385.pdf>> acesso em 12/06/2010.

BAGNASCO, Arnaldo; TRIGLIA, Carlo. **La construction sociale du marché**: le defi de la Troisieme Italie. Paris: Julillet, Editions de l'ENS-Cachan, 1993.

BATALHA, M.O. (Cord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

BATALHA, M.O.; SOUZA FILHO, H.M de.; BUAINAIN, A.M.; Tecnologia de Gestão e agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

RURAL, 42, Cuiabá/MT. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá: Sober, 2004. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf.> acessado em 20/11/2010.

BONANO, A. A.; A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife. Ed: da UFPE, 1999, p.47-94.

BUAINAIN, Antonio Marcio. ROMEIRO, Ademar R. GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, v.5, n.10, p.312-347. jul/dez.2003.

CAMPOS JR., Luis de Castro. **O cooperativismo no Vale do Paranapanema**: estudo das cooperativas Riograndense, Agropecuária de Pedrinhas, Paulista e Coopermota (1980/ 1995). São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARDOSO, Joel Henrique; FLEXOR, Georges; MALUF, Renato. S. Multifuncionalidade da Agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo luz (SC). In: CARNEIRO, Maria José. MALUF, Renato S. (orgs). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Editora Mauad Ltda, 2003.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1983.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COLLA, Crislaine et al. A escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da agricultura familiar de Cascável / PR. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina/ PR. **Anais eletrônicos**. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/6/141.pdf>> Acesso em 30/04/2010.

COOPER, Donald R; SHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman Editora S.A, 2003.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SHNEIDER, Sergio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai/ RS: suas metamorfoses e relações locais. In: SABOURIN, Eric; TONNEAU, J.P (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, v.1, p 47-60, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed., Porto Alegre: Ed. Artmed e Bookman, 2007.

CRUZ, Fabiana Thomé. Qualidade dos alimentos e escalas de produção: em defesa de critérios e normas para legitimação dos produtos artesanais/ tradicionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre/ RS. **Anais eletrônicos**. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/13/846.pdf>> Acesso em 17/06/2010.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1995.

DEMO, Pedro. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Soc. Estado**. [online]. 2005, vol.20, n.2, pp. 451-476.

FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim. distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. **Revista Informações Econômicas**. São Paulo, v.33, nº 11, p.24-37, Nov.2003.

FERREIRA, José. Desenvolvimento territorial rural: uma aplicação à Guatemala. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS (III CER), 3, 2008, Faro/ Guatemala, Universidade do Algarve. **Anais eletrônicos**. Disponível em:< http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/JFerreira_com.pdf> Acesso em 03/06/2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, v.16, p.273 – 284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FUNDO Nacional de Desenvolvimento Escolar _FNDE, Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-funcionamento> > acesso em 15/02/2011.

FURTADO DE SOUZA, J.R; PONTES FURTADO, E.D. **Revolução no desenvolvimento rural: território e mediação social**. A experiência com quilombolas no interior do Maranhão. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

GÉNÉREUX, Jacques. **As verdadeiras leis da economia II**. São Paulo: Loyola, 2006.

GUIMARÃES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Agroindustrialização familiar e “formas de agricultura”: Os (des) caminhos do desenvolvimento territorial da quarta colônia de imigração italiana do RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47º, 2009, Porto Alegre / RS. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/1320.pdf> > Acessado em 28/05/2010.

GRISA, Cátia. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**. v. 6, n. 2, p. 97-129, mai-ago/2010, Taubaté, SP, Brasil

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, por: BUAINAIN, Antonio Marcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Serie Desenvolvimento Rural Sustentável, V.5, 2006.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola. **Plano regional de desenvolvimento sustentável do Agreste, Pontengi e Trairi: programas e projetos**, v.3, Natal / RN, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Número da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=203 > acesso em 25/03/2010.

INCRA/FAO. Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: O Brasil Redescoberto. Dossiê estatístico. Projeto. UFT/BRA/036. Brasília, 2000. Disponível em: < www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com...task > Acesso em 23/03/2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 < Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/.../agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf> > acesso em 25/03/2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. In: Indicadores Agropecuários 2010 < Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201004comentarios.pdf > acesso em 26/05/2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Finalidade da história de Anaurilandia < Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/anaurilandia.pdf> > acesso em: 11/09/2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades < Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 11/09/2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa da desigualdade brasileira. < Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1> acesso em 14/09/2010.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Comunicado Ipea nº 42. **PNAD Rural**. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100401_ComunicaIpea_42_PNA_D_SetorRural.pdf> Acesso em 29/04/2010.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá/MT. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf> Acesso 02/06/2010.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

LAUSCHNER, Roque. Cooperativismo e agricultura familiar. Artigos Embrapa, Out-94 < disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/lauschner94.pdf> > acesso em 14/06/2010.

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Circuitos “curtos” ou circuitos “longos”? **Inovação em meio rural - Caderno nº7** - Julho de 2000. Disponível em: < <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/circuits/contents.htm>> Acesso em 12/01/2010.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada em el actor. San Luís. Potosí: CONSAN, 2007.

MACHADO, M.D. **Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar: um estudo em hortaliças**. São Carlos, 2004. 192 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004

MALUF, Renato S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento rural no Brasil in: MOREIRA, Roberto José (orgs) **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MARSDEN, T.K. **The Condition of Rural Sustainability**. Netherlands, Van Goram 2003, 268p. (European Perspectives in rural Development Series).

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, disponível em: www.mda.gov.br, acesso em 10 de fevereiro de 2010.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Referências pra uma estratégia de Desenvolvimento rural Sustentável no Brasil. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>, Brasília, 2005.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>, acesso em 06/06/2010a.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, disponível em:<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>> acesso em 16/02/2010 b.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS- Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>, acesso em 15 de fevereiro de 2010 c.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". in: GIARRACCA, N. (org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001

MEDEIROS, César. Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar < Disponível em: http://www.undp-povertycentre.org/doc_africa_brazil/2.SESAN_PAA_Cesar%20Medeiros.pdf > acesso em 06/06/2010.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Histórico do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.mte.gov.br/delegacias/ms/ms_historico_estado.pdf. Acesso em 08/09/2010.

MRE- Ministério das Relações Exteriores. Criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista2-mat8.pdf>. Acesso em 08/09/2010.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; JUNIOR, João Batista Padilha. **Agronegócio**; uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Editora Argos, 2005, v. 1. 337 p.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 515p.

ORTEGA, A.C; JESUS, C.M.; SÓ, L.L.S. O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. **Cadernos do CEAM**. Ano V, n. 24, p.57-89, ago./2006.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Desenvolvimento no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

PORTUGAL, A. D. O desafio da agricultura familiar. **Revista Agroanalysis**, FGV, São Paulo, v. 24, n.5, p. 43-44, mai/ 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**. Netherlands, v. 40, n.4, p.391-408, out/2000.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.2, p.249-284, maio/ ago.2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Série temas, volume 29. São Paulo: Ática, 1993.

RATTO, Luiz. **Comércio**: um mundo de negócios. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004.

REIS, José. Uma epistemologia do território. In: Instituto Superior de Economia e Gestão (org.). **Ensaio de homenagem a Antônio Simões Lopes**, p.353-366, Lisboa, 2006.

RENNÓ, Raquel. **Do mármore ao vidro**: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: Afinal de que se trata. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SABOURIN, Eric et al. Mudança Institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira: coordenação dos produtores para acesso à inovação e ao mercado. **Raízes**. Campina Grande, v.18, N.19, p.101-110, Maio/1999.

SABOURIN, Eric. Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido nordestino. **Raízes**. Campina Grande, Ano XVIII, nº 20, p. 132-143, nov/1999.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, nº3, p.715-751, set-dez, 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.17, p. 54-80. out/ 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Editora EGUFPel, 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHEJTMAN, Alexander y BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**. Marzo 2004. Disponível em :<<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870> >Acesso em: 10/06/2010.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre/ RS.ano 6, n.11, p.88-125, jun/2004.

SCHNEIDER, Sergio. TARTARUGA, Iván G. P. Território e abordagem territorial: das referencias cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes-Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande/ PB, UFCG, v.25, n.01 e 02, p.99-117, jan-dez 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referencias para pensar o desenvolvimento. Campo- **Território**: Revista de Geografia Agrária, [S.l], v.4, n.7, p.24-62, fev.2009.

SDT - Secretária de Desenvolvimento Territorial disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=532>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

SEMAC - Secretaria do Estado e Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Disponível em:< <http://www.semac.ms.gov.br>> Acesso em 24/05/2010.

SEMAC - Secretaria do Estado e Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia Disponível em: www.semac.ms.gov.br/control/showFile.php?id=76896. Acesso em 26/02/2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Clécio Azevedo da. Pensando o espaço socioalimentar em benefício da agricultura familiar. **Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona/ Espanha, vol.11, n.245, ago/ 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24553.html>>. Acesso em 03/03/2010.

SMELSER, N.J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968, 219p.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, nº 87, p.40-47, Dezembro/ Fevereiro 2000/2001.

SOUZA SANTOS, Boaventura (orgs.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SPROESSER, R. L.; LIMA FILHO, D. O. . Varejo de alimentos: estratégia e marketing. In: Mario Otávio Batalha. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 257-331.

TRIVIÑOS, A.N.S **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 175 p.

VESENTINI, José W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1986, 240p.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.101-119, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2º.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 224p.

VIALOU, Águeda V. **Pré-história de Mato Grosso: Cidade de pedra**. Volume 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 225p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>> Acesso em 21/02/2010.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar** – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008 (p. 125 – 170).

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações rurais e agroindustriais. **Revista de Administração da UFLA**, v.1, n.1, 1999.

WHITE, H. Where do markets come from? **The American Journal of Sociology**. Chicago, v.87, n.3, p.517-547, nov. 1981. Disponível em: www.jstor.org/stable/2778933 >Acesso em 19 de dezembro de 2010.

WOLF, E. **Sociedade e economia camponesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico de MS. Disponível em <[HTTP://www.semec.ms.gov.br/zeems/](http://www.semec.ms.gov.br/zeems/)> Acesso 09/08/2010.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D. ;NEVES,M. F.(Orgs). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

APÊNDICE
ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Caracterização:

Nome do entrevistado: _____ Estado de origem: _____
Cidade: _____ Assentamento: _____ Data: _____
MS: _____ Tamanho da propriedade: _____ Número do lote: _____
Quanto tempo reside: _____ Número de pessoas vivendo no lote: _____
Chefe de família: () F () M Escolaridade: _____ Número de filhos: _____
Experiência agrícola anterior _____
Assentado de reforma agrária () sim () não Outros _____
Residência:
() alvenaria () Energia Elétrica () Água encanada () poço () telefone/ celular
() internet () Automóvel () moto () caminhão () outros _____

2. Produz para o autoconsumo? () sim () Não _____

3. Algum membro da família possui remuneração fora da propriedade? () Sim () não

4. Qual é a renda da propriedade? _____

5. Qual é a renda total da família? _____

6. Produção:

Você cria animais em sua propriedade? () sim () não

Quais? _____

Algum animal é comercializado? () sim () não _____

Com que frequência é realizada a venda? _____

Qual é a produção diária? _____

Planta na propriedade? () sim () não

O quê? _____

Área (ha): _____

7. De que forma é definido o que será produzido na propriedade?

() consenso da família (autoconsumo) () orientação técnica () experiência

() preço no mercado () facilidade para plantar () facilidade pra vender ()

Outros _____

8. Algum produto é beneficiado ou processado? () sim (pule para 8) () não

9. Não beneficia

a) Algum produto pode ser beneficiado? Qual? _____

b) Quais as dificuldades para que isso ocorra? _____

10. Produto Beneficiado

- a) Qual? _____
- b) Como? _____
- c) É necessária a utilização de algum equipamento? () sim () não Qual? _____
- d) De que forma o equipamento foi adquirido? _____
- e) Como a técnica foi aprendida?
() tradição () experiências () aprendeu com vizinhos () assessoria técnica
() Universidades/ IE () Cursos () outros _____
- f) O beneficiamento é realizado onde? _____
- g) A estrutura é apropriada? () sim () não
- h) Falta algum equipamento ou espaço? () sim () não
- i) O quê? _____
- j) Tem crédito ou recursos externos? Quais? _____
- k) O produto tem alguma marca ou selo? () sim () não
- l) Qual? _____
- m) Tem autorização da vigilância sanitária? () sim () não Obs. _____
- n) Tem cadastro de pessoa jurídica? () sim () não
- o) A embalagem é apropriada? () sim () não
- p) Qual é a potencialidade produtiva da região? _____

11. É filiado a cooperativas? () sim () não Qual? _____

- a) Qual o trabalho realizado? _____
- b) Vende algum produto para a cooperativa? _____
- c) Teve ou tem dificuldades de entrar na cooperativa? _____

12. Participa de associações? () sim () não Qual? _____

- a) Qual o trabalho realizado? _____
- b) Vende algum produto pela associação? _____

13. No município:

- a) Tem feira do produtor? () sim () não. Participa? () sim () não Por quê? _____
- b) Ocorre a aquisição de alimentos pelo PAA? () sim () não. Participa? () sim () não Por quê? _____
- c) Você conhece algum incentivo da prefeitura para promover a comercialização? _____
- d) E de outra instituição? _____

14. Comercialização

a) Como é realizada a venda direta ao consumidor?

() de porta em porta () encomenda () consumidor vem buscar () feira- livre () feiras agrícolas () Prefeitura () barracas na cidade () venda direta em outra cidade

() outros _____

b) Qual era atividade desenvolvida antes dessa opção? _____

c) Qual foi a razão para deixar de exercê-la? _____

d) Qual era a renda auferida? _____

e) Quais são os produtos da comercialização?

f) Quem são os clientes? _____

g) De que forma são definidos os preços? _____

h) Em que local é realizada a venda? _____

i) O ponto de venda é próprio? _____

j) Qual o meio de transporte utilizado? _____

k) De quem são os custos do transporte? _____

l) Qual a forma de pagamento? _____

m) Qual a principal dificuldade enfrentada? _____

n) Os preços cobrados cobrem os custos? _____

o) Distância em relação ao cliente? _____

p) Precisa de armazenamento especial? _____

15. Ambiente: Como você percebe o ambiente em relação a:

a) Relações sociais entre os agricultores:

b) Relações com as instituições governamentais:

Prefeitura: _____ Agraer: _____

Inkra: _____

Movimentos sociais: _____

16. Quais são suas ações para a preservação do meio ambiente?

17. Quais as manifestações culturais de que você participa?

18. Quais as principais dificuldades enfrentadas?_____

APENDICE B

DESCRIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS VISITADOS

1. Anaurilândia

1.1 Assentamento Santa Ana e Mineira

O assentamento Santa Ana e Mineira foi criado em 1998, com o objetivo de assentar 72 famílias provenientes de áreas inundadas pela criação da UHE Porto Primavera. A entrada do assentamento situa-se a 32 km do município de Anaurilândia, próximo à rodovia MS 395. O projeto de assentamento foi instalado na antiga fazenda Santa Ana e Mineira, onde a principal atividade econômica desenvolvida consistia na pecuária.



Os assentados, antes agricultores familiares tradicionais que possuíam pequenas propriedades nas áreas de inundação, receberam a promessa de instalação em uma propriedade com melhores condições de vida e reprodução. A promessa, de acordo com relato dos assentados, consistia em melhores terras, infraestrutura e assistência técnica.

Reclamações sobre falta de água e insuficiência de energia elétrica são algumas das principais dificuldades apontadas pelos assentados, 13 anos após o reassentamento. A terra recebida, antes utilizada para pastagem, apresenta-se imprópria para a agricultura. Todos

os produtores que desenvolvem qualquer atividade agrícola relataram ser necessário fazer a correção do solo.



Tanque improvisado para combater a falta de água e irrigar plantações (Novembro, 2010)

O título de proprietário das terras onde residem as famílias ainda não foi expedido, e isso gera revolta dos agricultores com a CESP. Sem a titulação, os agricultores ficam impedidos de solicitar empréstimos para investimentos na propriedade. Alguns agricultores reclamam que foram “abandonados” pela CESP, que não conseguiu cumprir o que foi prometido.

Apesar de algumas iniciativas de comercialização de produtos agrícolas por parte de alguns agricultores, a principal atividade desenvolvida é a leiteira, e o leite *in natura* é vendido a laticínios da região.

A silvicultura também é uma atividade em crescimento na região. Muitas propriedades possuem, em média, três (3) ha de área plantada de eucalipto, que, segundo os relatos, serve como paravento e como poupança para alguma emergência (venda de toras).

Em 2010, a prefeitura cadastrou alguns agricultores para fornecer alimentos para a merenda escolar; muitos investiram economias na aquisição de equipamentos de irrigação e sombreiros, entre outros, para começar a produção, mas um temporal, ocorrido no dia 27 de

setembro de 2010, destruiu a zona rural do município. No período da entrevista, em novembro, dois meses após o ocorrido, ainda era possível ver os sinais de destruição nos assentamentos. Embora prometidos recursos para reconstrução, nada ainda havia sido realizado.

Muitos agricultores perderam animais, plantações e moradias nesse temporal; o fornecimento de alimentos para a merenda escolar foi interrompido e os contratos foram suspensos, sem previsão de retorno. Foi identificado apenas um agricultor que conseguiu manter o contrato nesse assentamento.

A venda de produtos do assentamento no município foi proibida pela prefeitura municipal, baseando-se na falta de inspeção da vigilância sanitária. A feira do produtor no município foi extinta, de modo que, para comercializar seus produtos, os agricultores deslocam-se até o município vizinho de Bataguassu (35 km), em que participam da feira do produtor.

No assentamento, encontramos agricultores que comercializam na feira do produtor em Bataguassu, por encomendas e para a merenda escolar. A propriedade mais estruturada possui uma agroindústria familiar devidamente registrada e com alvará de funcionamento.

Na agroindústria familiar, são produzidos doces em barra (nas variedades: banana, rapadura de cana-de-açúcar e abóbora) destinados à comercialização em supermercados da cidade e também à merenda escolar. No momento, em decorrência do temporal que destruiu a plantação de cana-de-açúcar e o bananal, utilizados para fazer doces, principais produtos comercializados, as atividades da pequena empresa foram paralisadas.

Apesar da proibição, alguns agricultores relatam levar “escondido” mercadorias encomendadas por conhecidos. Os alimentos encomendados constituem-se em ovos, leite, frango “caipira”, queijo, legumes, verduras e outros. Para os assentados, as proibições têm sentido político, uma vez que os responsáveis pela inspeção possuem familiares proprietários de supermercado no município.

A seguir, imagem de produto da agroindústria familiar:



Produto de agroindústria familiar (Novembro, 2010)

As principais culturas encontradas foram mandioca, cana-de-açúcar, abóbora, batata, banana, hortas (em menor quantidade) e pomar. As plantações agrícolas nas propriedades geralmente se estendem até três (3) ha; as maiores áreas são utilizadas para pastos.

1.2 Assentamento Santa Irene do Quebracho

O projeto de assentamento Santa Irene do Quebracho foi implantado no ano de 2000, com o objetivo de assentar 476 famílias de trabalhadores rurais desempregados e famílias sem-terras que acampavam às margens das rodovias. Nesse projeto, foram assentadas 72 famílias em propriedades de 34,5 ha em média (se consideradas as áreas de reserva legal).

O assentamento localiza-se aos fundos do reassentamento Santa Ana, e a principal atividade desenvolvida pelos assentados é a leiteira. Alguns agricultores dedicam-se à produção de legumes e verduras, destinados a venda na feira e à merenda escolar.

Um dos maiores problemas de comercialização relatados pelos assentados refere-se à distância entre o assentamento e o principal local de venda. O assentamento fica distante 45 km de Anaurilândia e mais de 43 km da feira de Bataguassu. As dificuldades de

comercialização também ocorrem no abastecimento das escolas: mesmo tendo produtos selecionados para merenda escolar, alguns agricultores não aceitaram assinar contrato por não haver meios de transportar os alimentos até o município.

Os agricultores que abastecem as escolas quase sempre arcam com os custos do frete para garantir o fornecimento. Segundo relatos, mesmo com contrato assinado o abastecimento nem sempre é garantido: muitas vezes alguns alimentos entregues na escola são devolvidos por não terem boa aceitação entre os alunos, ficando os prejuízos do transporte e dos insumos sempre com o produtor.

Outra frustração no assentamento refere-se ao projeto de Produção Agroecológica e Sustentável (PAIS). A AGRAER ministrou, no assentamento, cursos sobre a horta agroecológica e selecionou cinco famílias que receberiam kits do projeto. A área foi selecionada junto ao córrego Quebracho, e as famílias estão há mais de um ano à espera dos insumos e equipamentos que viabilizariam o projeto.

Das cinco famílias que aguardavam o início do projeto, apenas uma decidiu, com base nos conhecimentos obtidos no curso, “tocar” a horta adquirindo os equipamentos por conta própria. Essa família, apesar dos desafios, consegue obter renda da horta e fornecer alimentos para merenda escolar. Todas as variedades de verduras e legumes são produzidas na horta. Uma nova experiência da família é o cultivo de maracujá, com a intenção de montar uma agroindústria de sucos em polpa.

Todos os entrevistados relataram produzir leite e ocupar a maior parte da propriedade com pastos. A área destinada a outras culturas geralmente nunca é superior a três (3) ha. As dificuldades apontadas para expandir a produção são a falta de água e a má qualidade do solo.

Apesar das dificuldades, os agricultores entrevistados conseguem aproveitar a oportunidade de comercializar seus produtos nas feiras ou no mercado institucional e de vender leite pra laticínios.

2 Bataguassu

2.1 Assentamento Montana

O assentamento Montana foi implantado em 1998 e localiza-se a 20 km do núcleo urbano de Bataguassu. No local, residem 70 famílias, em uma área média de 20 ha por

parcela. O assentamento encontra-se bem estruturado, com vias de fácil acesso. Todas as residências são de alvenaria, com água e luz.

O Montana foi o único assentamento encontrado com projeto de inclusão digital e acesso a internet na associação de moradores. A associação de mulheres tem a adesão de quase todas as moradoras e realiza cursos de inclusão produtiva.

A principal atividade desenvolvida no assentamento é a leiteira, mas também têm destaque várias iniciativas de diversificar a produção, entre as quais a produção de pepino para vender a uma indústria de picles, a produção de bicho-da-seda, de mandioca, leguminosas e verduras.

Os agricultores entrevistados possuem infraestrutura para a produção de verduras e legumes, com sistema de irrigação, sombreiros e pequenos tratores. Os equipamentos obtidos foram financiados pelos próprios produtores.

Os produtores entrevistados são associados da Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina (CAMDA) e conseguem obter bons benefícios dessa associação. A aquisição de esterco, sementes e defensivos é feita por preços abaixo do mercado.

As hortas geralmente não ultrapassam um (1) ha. São plantados hortaliças, legumes e outros produtos, e os agricultores conseguem desenvolver mais de uma atividade conciliando a atividade leiteira com as plantações. Embora alguns agricultores admitam ser maior a renda obtida com a venda na feira e para a prefeitura, eles temem abandonar a atividade leiteira e ser prejudicados com a sazonalidade e fragilidade das plantações.

A prefeitura, segundo os entrevistados, incentiva a comercialização, realiza cursos e oferece espaço para a feira do agricultor no município. Alguns agricultores foram cadastrados para o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, mas nem todos conseguiram arcar com os custos da implantação da estrutura necessária para garantir esse fornecimento durante o contrato. A aversão ao risco de descumprimento do contrato fez que muitos agricultores preferissem vender apenas na feira do produtor.



Horta de produtor familiar no assentamento Montana em Bataguassu (Novembro, 2010)

É na feira do produtor que o agricultor consegue obter a melhor remuneração, mas, segundo os entrevistados, ultimamente grandes produtores de hortaliças de São Paulo têm participado da feira. A participação de outros produtores paulistas tem implicado o aumento da oferta e o consequente barateamento dos preços. Os agricultores do Montana dizem ter acionado a prefeitura para que ocorra a proibição desse tipo de comerciante: “é necessário que a feira seja somente para nós produtores; a gente não consegue competir, os custos deles são menores”.

No assentamento, foi localizada uma agroindústria familiar de produção de queijo mussarela. A agroindústria é bem rudimentar, mas, mesmo não regularizada, os proprietários conseguem obter renda para as necessidades familiares sem ser necessário o trabalho fora da propriedade. O queijo produzido é vendido, sob encomenda, para restaurantes, lanchonetes, vizinhos e para clientes na feira do produtor.

Uma dificuldade apontada refere-se à falta de apoio para a implantação de agroindústrias familiares e cooperativas no assentamento. De acordo com relatos, várias

reuniões sobre implantação de miniusina de leite já foram realizadas, mas a falta de adesão de outros moradores não permitiu que se concretizasse a ideia.

3 Batayporã

3.1 As dinâmicas dos assentamentos São João, São Luiz e Mercedina

Neste item, são tratadas as dinâmicas dos três assentamentos de Batayporã de forma conjunta, pois as fronteiras dos assentamentos estão de tal forma entrelaçadas que mesmo os moradores faziam confusão ao se referirem ao assentamento a que pertenciam.

Os projetos de assentamento foram implantados entre 1994 e 1996 e, no local, foram assentadas 228 famílias em áreas de 12 ha. As famílias assentadas pertenciam ao MST e relataram ter trabalhado a vida inteira com agricultura. As principais atividades desenvolvidas são a leiteira e a plantação de mandioca para a fábrica de fecularia situada no município.

De acordo com as famílias entrevistadas, a fecularia consiste em uma poupança: em decorrência do tempo de maturação da raiz, a produção só pode ser vendida depois de um ano. Geralmente a plantação de mandioca ocupa 2 ha, sendo o restante destinado à criação de vacas.

Recentemente a prefeitura cadastrou moradores para fornecimento de alimentos para a merenda escolar. De acordo com os relatos, foram montados grupos de fornecimento, e cada agricultor produz o que foi designado em contrato para que não haja excesso de produção de alguns alimentos e falta de outros.

A prefeitura ajudou os agricultores na obtenção dos insumos iniciais e participa também no fornecimento de transporte para a comercialização de produtos na feira do produtor. A feira do produtor ocorre todos os sábados em espaços cedidos pela prefeitura.

A rede de distribuição de água é precária: muitas casas não possuem abastecimento, apenas poços. A falta de água, de acordo com os entrevistados, constitui-se em num grande obstáculo ao aumento da produção.

No assentamento também há a produção de mandioca de mesa. Um entrevistado, o maior produtor de mandioca do assentamento, entrega mandioca nos supermercados da região e também recebe grandes encomendas de mandioca para festas e restaurantes. Os produtos comercializados são descascados, lavados e embalados para entrega.

Os tipos de canais de comercialização encontrados nos assentamentos são: a venda por encomendas, a venda na feira do produtor e para a merenda escolar.

4. Nova Andradina

4.1 Assentamento Teijin

O assentamento Teijin está localizado a 60 km do município de Nova Andradina e a 15 km do distrito de Casa Verde. O projeto foi implantado na antiga fazenda pertencente ao grupo Japonês Teijin; a fazenda, com 62 mil hectares, era utilizada para a pecuária e foi desapropriada duas vezes: a primeira, para a criação do assentamento Casa Verde; a segunda, para criação do Assentamento 17 de abril – Teijin, onde foram assentadas 1080 famílias.

A desapropriação da fazenda, iniciada em 2003, foi prorrogada por disputas judiciais que procuravam impedir que fosse usada para fins de reforma agrária. Somente em 17 de abril de 2006 o STF decidiu pela desapropriação das áreas e sua utilização para a criação de assentamento rural.

Apesar de a decisão do STF ter sido definida em 2006, no período de realização das entrevistas quase nenhuma produção havia no assentamento. Muitos lotes estavam abandonados; outros já haviam sido vendidos (alguns entrevistados eram os terceiros a ocuparem a parcela), e os barracos, em situação de degradação. Denúncias sobre desmatamento e carvoarias ilegais estão presentes na mídia e visíveis mesmo em uma breve passagem pelo assentamento.

As estruturas básicas, como água, energia e moradia, ainda não foram disponibilizadas para todos os assentados.

Alguns entrevistados relataram que a demora na obtenção dos recursos para construção de moradias é proposital, visto que desestimula as famílias a permanecer na região, além de que sempre que ocorre uma transferência de lote de uma família para outra são cobradas “taxas” para cadastramento dos novos assentados. De acordo com relatos, a liberação de materiais de construção para as moradias também pode ser “agilizada” mediante pagamento de “taxas” a funcionários responsáveis pela liberação de documentos.

A atividade econômica desenvolvida na região é a leiteira, e algumas plantações de mandioca. Alguns poços foram escavados, mas a água obtida é insuficiente para plantações, apenas pode ser utilizada para o consumo da família e para criação de animais.

4.2 Assentamento Santa Olga

O assentamento Santa Olga foi implantado em 2004, como projeto de assentamento coletivo. Os moradores receberam, na data da implantação, 2,4 ha de terra para

cultivar na parcela individual e 5,6 ha na área destinada à produção coletiva. Nesse projeto, foram assentadas 170 famílias pela FETAGRI. O assentamento localiza-se a 14 km de Nova Andradina.

Como quase sempre ocorre em assentamentos com áreas de produção coletiva, a área socioproprietária do Santa Olga encontra-se arrendada para um produtor da região. Os produtores rurais cultivam apenas nas parcelas individuais. Nessas parcelas, são cultivadas hortaliças, legumes, grãos, mandioca, frutas.

Como a vocação produtiva é o leite, os assentados organizaram-se e criaram a cooperativa Coopaolga, com o objetivo de utilizar a miniusina instalada no assentamento para vender leite ensacado para a merenda escolar. Quando a adesão à cooperativa foi realizada, vários moradores, por não acreditarem no futuro do empreendimento, não aceitaram participar. Atualmente, os avanços no processo de instalação da cooperativa motivaram muitos moradores a solicitar a adesão como cooperados.

Outra iniciativa que merece destaque é a do grupo de mulheres assentadas que fabricam e comercializam doces e conservas na feira Mulheres de Atitude de Nova Andradina. Essas mulheres, graças a um curso sobre manipulação de alimentos, decidiram unir-se e aproveitar os recursos disponíveis no assentamento. Quase todo o material utilizado na fabricação dos doces e conservas é obtido no próprio assentamento; a prefeitura forneceu inicialmente os potes de vidro e o açúcar, além de fornecer (até o momento da entrevista) o transporte até o local onde é realizada a feira.

No município de Nova Andradina, a feira do produtor ocorre três vezes na semana. Muitos agricultores estão animados com as vendas e com a renda obtida nesse circuito de comercialização. Para os entrevistados, a única alternativa antes da feira era a atividade leiteira, mas hoje já conseguem produzir e negociar seus produtos.



Produto comercializado na Feira do Produtor Rural de Nova Andradina (Novembro de 2010)

A feira do produtor é uma iniciativa da prefeitura para incentivar a comercialização dos produtos da agricultura familiar no município. Para ter acesso à feira, os produtores devem filiar-se a uma cooperativa, a AGROVI, e pagar uma taxa de 25,00 reais mensais. O pagamento da taxa garante ao feirante a barraca para comercialização e sua devida identificação como produtor familiar.

Outros canais de comercialização são utilizados pelos assentados, entre os quais podemos citar a venda de leite para laticínios, a comercialização porta a porta, feiras, mercados institucionais e encomendas. Outros produtores também atendem a supermercados da região, mas o acesso a supermercados é mais restrito. Em decorrência da proximidade com São Paulo, muitos proprietários preferem adquirir os hortifruti no outro estado.

As principais dificuldades apontadas pelos moradores do assentamento referem-se à falta de assistência técnica. De acordo com os entrevistados, as plantações são realizadas como experiência, sendo necessária uma orientação sobre o período de maturação dos alimentos, para que a plantação seja intercalada e o fornecimento seja garantido.

Os entrevistados relatam haver necessidade de uma organização produtiva no assentamento para que a área coletiva seja bem explorada. A organização produtiva impediria o excesso de produção em épocas em que os preços estão em alta e não haveria concorrência, uma vez que cada um estaria diversificando sua produção.

4.3 Assentamento Casa Verde

O assentamento Casa Verde foi implantado em 1987, sendo assentadas nesse período 471 famílias atuantes no MST. O assentamento foi emancipado 20 anos depois de implantado, em 2008, quando as famílias conseguiram obter o título definitivo da propriedade.

A principal atividade desenvolvida é a leiteira, mas com diversificação de outras atividades. O desenvolvimento do assentamento Casa Verde promoveu a criação de um núcleo urbano com mais de 2.500 pessoas e elevou o assentamento à categoria de distrito de Nova Andradina.

Os moradores do Casa Verde comercializam seus produtos no próprio distrito, fornecendo-os para restaurantes e para a merenda escolar; alguns se deslocam mais de 50 km e participam da feira do produtor em Nova Andradina.

Um dos entrevistados possui uma agroindústria de fabricação de queijo e mussarela de búfala. A produção é rudimentar, e as técnicas de produção foram desenvolvidas com base na experiência. O produto é bem recebido pelos compradores da feira do produtor: tudo que é levado para a comercialização é vendido e algumas unidades são produzidas sob encomenda. Uma das solicitações do entrevistado era que fossem divulgados os benefícios do queijo de búfala, sendo este mais saudável que os demais.

Embora o mercado institucional no município seja garantido, os produtores preferem vender na feira do produtor, onde o pagamento é à vista e o valor pode ser negociado.

As principais dificuldades de comercialização apontadas referem-se à distância do assentamento em relação ao município e dificuldades de organização produtiva.

5. Taquarussu

5.1 Assentamento Bela Manhã

O projeto de assentamento rural Bela Manhã foi implantado no fim de 2005. O assentamento é um projeto coletivo: os agricultores recebem uma parcela de terra para construir a moradia e suas plantações destinadas à subsistência, porém uma área maior deve ser utilizada no sistema coletivo de produção. No local, foram assentadas 80 famílias, em sua maioria trabalhadores rurais e desempregados.

O assentamento foi implantado em uma fazenda onde a principal atividade desenvolvida era a pecuária. A terra é arenosa, e as águas nos córregos da região são impróprias para o consumo humano. Na implantação, o INCRA perfurou três poços para o consumo das famílias; atualmente, dois deles foram interditados após uma análise que considerou insatisfatória a qualidade da água.

Muitos lotes estão abandonados pelos moradores, e a falta de água e a demora dos materiais para a construção das casas foram as principais dificuldades apontadas. Alguns moradores aguardam em barracos de lona a liberação do PRONAF para iniciar a construção de suas casas. A principal via de acesso ao assentamento encontrava-se, no período da entrevista, em péssimas condições de acesso, destacando-se que são mais de 55 km que separam os agricultores do núcleo urbano.



Estrada de acesso ao assentamento Bela Manhã (Taquarussu), Novembro de 2010

A produção no assentamento está totalmente voltada para o autoconsumo, com a produção de mandioca, milho e algumas culturas mais adaptadas ao solo arenoso.

A renda obtida pelos assentados vem do arrendamento da área coletiva a um pecuarista da região e de algumas diárias obtidas nas fazendas próximas. Nenhum agricultor do assentamento vende alimentos para a merenda escolar.

Foi encontrado apenas um morador do assentamento que consegue vender mandioca e frangos caipiras nas residências do município. Outro entrevistado, agricultor familiar residente próximo ao perímetro urbano, cultiva a maior horta da região, mas, segundo ele, a prefeitura não incentiva a comercialização e adquire de sua propriedade apenas 15 quilos de mandioca por semana, buscando em Nova Andradina, e com outros agricultores, os demais alimentos.



Construções abandonadas no assentamento Bela Manhã (Taquarussu, Novembro de 2010)